

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da
TAP, S. A**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 11

11 de abril de 2023

(17,18 h – 23,47 h)

Ordem do dia: — Audição do Dr. Manuel Beja, na qualidade de *Chairman do Board* da TAP SGPS, S.A., acompanhado pelo Dr. Nuno Lousa (advogado).

Presidente da Comissão: Jorge Seguro Sanches (PS)

Deputados Oradores: Bruno Dias (PCP)

Mariana Mortágua (BE)

Bruno Aragão (PS)

Hugo Carneiro (PSD)

Filipe Melo (CH)

Bernardo Blanco (IL)

Paulo Moniz (PSD)

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Srs. Deputados, Comunicação Social e a quem apoia a nossa Comissão, apresento os meus cumprimentos a todos.

Vamos dar início à nossa reunião.

Eram 17 horas e 6 minutos.

Começo por apresentar as minhas desculpas pelo ligeiro atraso, pois tivemos agora reunião de Mesa e de Coordenadores, onde estivemos a acertar as próximas semanas de trabalho da Comissão.

Já temos presente, há bastante tempo, o *Chairman* da TAP, o Dr. Manuel Beja e, portanto, para que não haja dúvidas quanto a essa questão, o atraso foi completamente do lado da Mesa.

Antes de passarmos à audição, que hoje é iniciada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, quero partilhar com todos que há um conjunto de requerimentos que foram distribuídos, o último dos quais nos últimos minutos, que têm que ver com pedidos de mais documentação, inclusive um também do Grupo Parlamentar do PSD que chegou há muito pouco tempo, e que também, nessa sequência e depois do pedido de documentos, sugere também uma alteração nos procedimentos que têm que ver com as nossas audições, pois temos um calendário muito forte pela frente.

Assim sendo, pergunto se alguém se opõe à aprovação destes documentos.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Estão aprovados, pelo que a Mesa irá providenciar no sentido de que sejam cumpridas as deliberações o mais rapidamente possível.

Quero, ainda, partilhar que na próxima quinta-feira faremos um ponto de situação de todos os documentos que nos vão chegando, nomeadamente para avaliar se há necessidade de trabalhar de uma forma mais eficaz quanto a essa questão, e que todos os procedimentos, todos os documentos, as necessidades, as inquirições e nomeadamente também a necessidade, quando foi identificada já aqui há mais de um mês, a necessidade de levantamento do sigilo profissional sobre documentos que tinham sido pedidos, esse processo está também em curso e estamos também a avaliar a necessidade de termos de o fazer, nomeadamente naquilo que tem a ver com as inquirições para o futuro. De qualquer forma, penso que na próxima quinta-feira poderemos partilhar mais essa informação.

Quero, ainda, dizer-vos que, na próxima semana, na quarta-feira, temos prevista a inquirição do Presidente da Comissão de Vencimentos da TAP e na quinta-feira três audições, com uma grelha que na próxima quinta-feira fecharemos, mas que será uma grelha mais ligeira, para conseguirmos dar resposta, de forma mais eficaz, às inquirições.

As inquirições que estão previstas são as inquirições da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), aliás como foram propostas pelos Srs. Deputados.

Penso que estas informações serão dadas de forma mais pormenorizada na próxima quinta-feira, mas achei que devia partilhar esta informação com todos.

Vou suspender os trabalhos, vou aguardar o Dr. Manuel Beja à porta e depois iniciaremos, então, as nossas inquirições.

Estão suspensos os trabalhos.

Eram 17 horas e 21 minutos.

Srs. Deputados, retomamos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 23 minutos.

Começo por cumprimentar o Sr. Dr. Manuel Beja e o seu advogado que está connosco, agradecendo a presença e recordando que as declarações que são feitas nesta Comissão de Inquérito, que, aliás, decorre do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, são declarações que têm de ser feitas, necessariamente, com verdade.

Fazendo aqui uma pequenina correção, o Sr. Deputado Bernardo Blanco, sempre atento, fez-me há pouco menção de que eu referi que, na próxima semana, haveria uma audição da CMVM, mas não, Srs. Deputados, a audição da CMVM é esta semana; na quinta-feira, para a semana, será a Parpública, pelo que quero fazer esta referência e esta correção, agradecendo ao Sr. Deputado Bernardo Blanco por isso.

Sr. Dr. Manuel Beja, na sua qualidade de *Chairman* da TAP, mais uma vez quero agradecer a sua presença e dizer-lhe que temos uma primeira ronda em que todos os grupos parlamentares têm um tempo disponível para colocar questões, que podem ser pergunta/resposta, e hoje vamos começar, conforme entendimento entre os grupos parlamentares, entre os Deputados desta Comissão, pelo Grupo Parlamentar do PCP, depois pelo Bloco de Esquerda, e assim por diante.

Nesse quadro, Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra, dispondo de 7 minutos nesta primeira ronda para colocar as questões.

O Sr. Dr. Manuel Beja, tem uma intervenção inicial, faça favor. Sr. Deputado Bruno Dias, peço desculpa pelo erro da minha indicação.

Sr. Doutor, tem a palavra para a sua apresentação, pelo tempo que entender. Estamos com todo o interesse em ouvi-la.

O Sr. Dr. **Manuel Beja** (*Chairman do Board* da TAP SGPS, S.A.): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agradeço a vossa convocatória para esta audição, um espaço nobre para quebrar o silêncio que tenho mantido em público por dever institucional.

Espero, com o meu testemunho, poder contribuir para a função dos inquéritos parlamentares: vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os atos do Governo e da Administração e, no caso particular desta Comissão, avaliar o exercício da tutela política da gestão da TAP.

Nesta intervenção inicial começarei por uma breve exposição sobre os papéis dos principais órgãos de gestão da TAP. De seguida, falarei sobre o projeto principal desta Comissão, a tutela política da TAP. Passarei para o tema da saída da Administradora Alexandra Reis, que situarei no contexto dos problemas de governança que têm vindo agora a público e que não são, para mim, novos. Termino com algumas considerações sobre as melhorias da governança societária alcançadas durante o presente mandato.

Os atuais Conselhos de Administração da TAP, S.A. e da TAP SGPS assumiram funções em junho de 2021. Eram inicialmente constituídos por 11 membros: seis administradores não executivos e cinco administradores executivos. Os administradores executivos que formam a Comissão Executiva têm a responsabilidade de gestão corrente da TAP, dentro dos limites amplos da delegação de poderes que lhes foi outorgada. A sua dedicação profissional é a tempo inteiro.

Os administradores não-executivos têm um papel de apoio, incentivo, desafio e escrutínio da ação da Comissão Executiva, propondo ideias e sugestões e alertando para riscos ou perspetivas para os quais os executivos possam não estar atentos.

Além disso, os gestores com funções não executivas exercem as suas funções com independência, oferecendo garantias de juízo livre e incondicionado em face dos demais gestores. Os administradores não

executivos, em conjunto com o Conselho Fiscal, existem para garantir um equilíbrio institucional adequado de freios e contrapesos. A discussão franca e aberta no seio de um Conselho de Administração diverso, aberta ao desafio e contraditório, cria as condições para decisões mais ponderadas e, por isso, tendencialmente melhores.

Na minha primeira mensagem aos trabalhadores das empresas TAP explicitarei que «enquanto Presidente do Conselho de Administração procurarei conciliar as aspirações de todas as partes interessadas: clientes, colaboradores, acionistas e parceiros. Em conjunto com os administradores não-executivos, trabalharei para criar as condições necessárias para que a Comissão Executiva, liderada por Christine Ourmières-Widener, se concentre no seu desígnio: conduzir a TAP rumo a um futuro sustentável, mantendo a confiança dos nossos clientes e o orgulho e o sentido de pertença dos nossos profissionais».

Um Conselho de Administração moderadamente interventivo e eficaz nessa intervenção contribui para o adequado equilíbrio de poderes e para que a Comissão Executiva se concentre no seu desígnio, apoiada e, se necessário, refreada pelo Conselho.

Ora, sem pretender ser exaustivo, três condições indispensáveis para a eficácia da ação do Conselho de Administração são as seguintes: primeira, a existência de uma maioria de administradores não executivos; segunda, a prestação de uma informação completa e transparente pela Comissão Executiva ao Conselho de Administração; e, terceira, o apoio do acionista e o seu respeito substancial pelas competências de cada órgão e pelos canais de comunicação.

Estas três condições foram progressivamente erodidas no decorrer do mandato, em larga medida por inação do acionista.

Passando, agora, ao tema central desta Comissão, a avaliação do exercício da tutela política da gestão da TAP no período entre 2020 e 2022,

diria que, em suma, este exercício de tutela política começou muito bem, mas perdeu o norte ao longo do caminho.

Os efeitos devastadores da pandemia covid-19 no setor da aviação são conhecidos de todos. Neste contexto extremo, o Governo, enquanto representante do acionista República Portuguesa, atuou de forma decisiva, traçando um rumo estratégico e claro para a empresa, investiu muito dinheiro e muito capital político para salvar a TAP e explicou ao País por que razão o fazia. Negociou arduamente e fez aprovar com a Comissão Europeia um plano de reestruturação que traçava o rumo para um futuro sustentável.

Independentemente das discordâncias partidárias sobre a bondade da ação do Governo, acerca das quais não me cabe pronunciar, valorizo, do ponto de vista empresarial, a capacidade de iluminar o caminho a seguir, com a clareza possível em tempo de incerteza radical.

Nesta fase do processo, assumiram papel positivo, decisivo, o Ministro Pedro Nuno Santos e, no que respeita à negociação com Bruxelas, o Secretário de Estado Miguel Cruz. Também no desenho da governança societária, o titular da tutela setorial manifestou as melhores intenções e acompanhou-as com decisões a condizer: apontou o plano de reestruturação como guia quanto aos objetivos do acionista para a gestão da TAP; restabeleceu, em junho de 2021, um Conselho de Administração completo, passando dos sete membros na SGPS, quatro na TAP, S.A., que estavam então em funções, para 11.

A Comissão Executiva, que emana do Conselho, foi reforçada, passando de dois para cinco membros. Os administradores foram escolhidos com base em competência e independência, procurando evitar más práticas frequentemente apontadas ao setor empresarial do Estado.

Foi contratada uma empresa especializada para o recrutamento e seleção da maioria dos novos executivos. O novo Conselho de Administração tinha uma composição adequadamente diversa, de

experiências profissionais no setor da aviação e noutros setores, de áreas de especialidade, bem como de género e nacionalidade. O Ministro Pedro Nuno Santos inovou com a inclusão do administrador eleito pelos trabalhadores, João Duarte, que trouxe contributos bons, importantes e, sobretudo, diferentes à discussão no Conselho.

Em suma, o Ministério das Infraestruturas e Habitação assumiu uma liderança determinada e clara no dossiê TAP. Assegurou a articulação com o Ministério das Finanças, o que no início protegeu a TAP das dissensões entre as duas tutelas e procurou mitigar os efeitos da lentidão e inação da tutela financeira.

E, por último, a tutela setorial explicitou a intenção de se autoimpor contenção na ação, exercendo o seu papel enquanto correpresentante do acionista, mas evitando ingerências ilegítimas, permitindo, assim, a cada órgão exercer as suas competências.

Foi esta coerência de intenções e ações da tutela que me permitiu que iniciasse funções com otimismo, desvalorizando vozes próximas mais cétricas que me alertavam para os riscos decorrentes de se tratar de uma empresa pública, politizada e mediática.

O tempo veio erodir paulatinamente aquelas boas intenções. O princípio da não interferência foi sendo progressivamente substituído pela prática do controlo. Num primeiro momento, o Ministério das Infraestruturas e Habitação empenhava-se nas conversações com os sindicatos, o que até poderia ser positivo ao criar um canal alternativo e matizar a ação da Comissão Executiva neste domínio.

Tornou-se, também, evidente que qualquer tema que pudesse ter repercussão mediática teria de passar pelo crivo do mesmo ministério ou de ambos. Seguiram-se ingerências na gestão, inclusive corrente, que são as públicas e que têm sido objeto desta Comissão. A título de exemplo, os comunicados de imprensa passavam pelo visto prévio dos ministérios em

matérias da competência da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração.

A saída da Administradora Alexandra Reis, desde que se tornou um caso público, contribuiu para evidenciar muitos problemas que afetam o bom funcionamento da TAP. Na verdade, essa saída não constitui apenas um exemplo destes problemas; agravou-os, como procurarei explicar adiante.

Em vários momentos, alertei os seis membros do Governo, das duas tutelas com quem trabalhei, para a necessidade de introduzir melhorias na governança da TAP, que são da sua exclusiva responsabilidade. Fi-lo propondo a adoção das medidas que me pareciam adequadas e necessárias, sem resultados. Fi-lo, mais recentemente, numa reunião conjunta com os Ministros Fernando Medina e João Galamba, a 10 de janeiro deste ano.

A ação da tutela política da TAP, em avaliação nesta Comissão, culmina na decisão injustificada das duas demissões dos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, que só pode ser interpretada à luz de fatores de conveniência política partidária.

Dedico-me, agora, à saída da Administradora Alexandra Reis, cujos factos principais foram já amplamente apresentados nesta Comissão. Em suma, esta saída resultou de uma iniciativa da Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières. A escolha e acompanhamento dos advogados que representaram a TAP nesse processo, bem como a articulação com o acionista, foi feita exclusivamente pela Presidente da Comissão Executiva. A decisão sobre a saída foi tomada pelo acionista, aqui representado pela tutela setorial, como já foi assumido pelos responsáveis políticos à data dos acontecimentos. O Acordo de Cessação de Relações Contratuais foi proposto pelos advogados das duas partes, que eu assumo conhecedores do quadro legal aplicável, para implementar a decisão do acionista, tendo sido assinado pela Administradora Alexandra Reis, em

representação própria, e pela Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières, e por mim, em representação da TAP, S.A.

Mas permitam-me recuar um pouco no fio do tempo.

A tensão e as divergências entre a Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières, e a Administradora Alexandra Reis foram crescendo gradualmente ao longo do mandato, tornando-se evidentes a partir de dezembro de 2021. Os tópicos ou objetos de discordância de que tive conhecimento, embora podendo criar alguma tensão no seio da Comissão Executiva — o que é, de resto, comum em qualquer equipa —, não punham, a meu ver, em causa a boa execução do plano de reestruturação, plano este suportado por ambas as administradoras.

Durante esse período, procurei, com neutralidade, estabelecer pontos de entendimento entre as duas administradoras. Acreditei, na altura, e continuo a acreditar, que a saída poderia e deveria ter sido evitada, em primeiro lugar, porque as razões invocadas não justificavam, na minha opinião, a saída; em segundo lugar, porque entendi que a TAP não deveria perder a competência, o contributo profissional e a memória do passado da Administradora Alexandra Reis.

Não obstante, tive, na época, a perceção de que as redistribuições de pelouros na Comissão Executiva desenhadas pela sua Presidente, Christine Ourmières, se traduziriam num esvaziamento objetivo das funções da Administradora Alexandra Reis, criando uma situação pouco sustentável no seio dessa comissão. Em qualquer caso, tive sempre claro que qualquer decisão de alteração na composição do Conselho de Administração seria da exclusiva responsabilidade do acionista.

Neste contexto, procurei chegar à fala, por quatro ocasiões, com o Ministro Pedro Nuno Santos, mas sem sucesso. À época, não era do meu conhecimento a existência dos contactos entre a Presidente da Comissão Executiva e o acionista sobre este tema, que foram posteriormente revelados.

Christine Ourmières deu-me nota, por mensagem, da sua conversa com a Administradora Alexandra Reis no dia 25 de janeiro e, em breves palavras, da evolução das negociações em dois momentos após o dia 25. Considerei a possibilidade de o processo de saída ser interrompido por uma mudança de Governo ou de ministro decorrente das eleições legislativas de dia 31 de janeiro.

Na noite de 2 de fevereiro, recebi uma indicação da Administradora Alexandra Reis de que haveria alguma probabilidade de os principais aspetos do acordo de saída estarem fechados. No dia 4, de manhã cedo, a Presidente da Comissão Executiva perguntou-me se estaria disponível para assinar o acordo de separação, que teria de ser assinado no mesmo dia. Só então, no dia 4, conheci o texto do acordo. Tive uma conversa telefónica com o Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Hugo Mendes, às 11 horas e 50 minutos, na qual este me informou da decisão do acionista. No fim do dia, o acordo foi assinado pela Administradora Alexandra Reis, pela Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières, e por mim.

Pelos motivos que atrás referi, esta foi uma decisão com a qual discordei e que procurei evitar. Duas razões principais explicam que, ainda assim, tenha assinado o acordo. Em primeiro lugar, não cumprir uma instrução do acionista num tema que é da exclusiva competência deste seria passível de ser considerado uma quebra do meu dever de lealdade. Em segundo lugar, a minha recusa em assinar o acordo não pararia a implementação do acordo de saída, já que, na forma legal encontrada pelos advogados, as assinaturas de quaisquer dois administradores seriam suficientes.

Passando para o tema Governo e governança da TAP, refiro que a saída da Administradora Alexandra Reis da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, por iniciativa da Presidente da Comissão Executiva e com a concordância e instrução do acionista, teve consequências

na dinâmica destes órgãos. Desde então, ao contrário do que aconteceu antes daquela saída, os membros da Comissão Executiva votaram sempre em bloco no Conselho de Administração.

Ora, em outubro e dezembro de 2021, o Conselho de Administração perdeu dois membros não-executivos. Dada a existência de uma minoria de administradores não-executivos no Conselho e o voto em bloco dos membros da Comissão Executiva, o poder de escrutínio, de contributo ou mesmo de dissuasão dos membros não-executivos foi reduzido. Desde então, a Comissão Executiva mostrou-se progressivamente menos disponível para responder de forma esclarecedora e completa a pedidos de documentação para discussão em reuniões de Conselho.

A resposta expectável à situação de desequilíbrio evidente no funcionamento do Conselho de Administração passaria pela nomeação, por parte do acionista, dos dois administradores executivos em falta. Embora a sua nomeação seja uma competência exclusiva do acionista, é habitual que o processo de recrutamento e apresentação de candidatos seja conduzido por uma comissão de nomeações, constituída por administradores não-executivos e liderada pelo Presidente do Conselho de Administração.

Nesse sentido, pedi propostas a três empresas de recrutamento de gestores seniores a 10 de fevereiro de 2022. A concordância do acionista para avançar com o processo foi dada pelo Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, a 11 de maio, após meses de insistência junto do Secretário de Estado Hugo Mendes. Este processo está sumarizado em documentação entregue a esta Comissão. Passaram-se 18 meses da primeira vacatura de não-executivos — repito, 18 meses — e, até à data, nenhum foi nomeado.

Outro aspeto a considerar foi a prática informal de comunicação entre o acionista e a TAP e o uso de múltiplos canais para o efeito. Embora conferisse uma agilidade e velocidade úteis para a gestão de uma companhia

com esta complexidade, esta informalidade permitiu e fomentou um reporte direto e contínuo da Comissão Executiva ao Governo, pondo em causa o papel do Conselho de Administração, tanto nos contactos entre acionista e empresa, como no reporte previsto da Comissão Executiva ao Conselho. Em diversas ocasiões, tive a oportunidade de transmitir aos membros do Governo a importância de adotar formas de comunicação mais adequadas.

Na reunião com o Ministro Pedro Nuno Santos, de 11 de maio de 2022, sublinhei o tema da participação do Conselho de Administração nas reuniões entre membros do Governo e a TAP e obtive a sua concordância para iniciar o processo de recrutamento de novos membros não executivos, o que restituiria a maioria original e correta de membros não-executivos no Conselho de Administração.

Na reunião de 9 de novembro, reforcei o primeiro tema, pedi a nomeação imediata de dois administradores não-executivos independentes, cujos candidatos já estavam, entretanto, identificados, e alertei o ministro para os problemas de transparência dentro do Conselho de Administração, com especial atenção a eventuais conflitos de interesse e a princípios de boa governança. Estes pontos estão evidenciados na informação providenciada a esta Comissão.

Tive a primeira e única reunião com o Ministro Fernando Medina a 10 de janeiro, oito meses depois do meu pedido para nos reunirmos. Este encontro realizou-se por iniciativa do gabinete do Ministro João Galamba e contou com a sua presença. Nesta reunião, conforme notas preparatórias manuscritas — que poderei, se relevante, fornecer à Comissão —, sugeri, novamente, as seguintes melhorias na governança da TAP:

Em primeiro lugar, a renomeação do Conselho de Administração completo, ou, no mínimo, o reequilíbrio do princípio «maior número de não-executivos do que de executivos»;

Em segundo lugar, contactos entre acionista e empresa coordenados pelo Presidente do Conselho de Administração, em cumprimento do regulamento do Conselho de Administração e da função comum do Presidente;

Em terceiro lugar, a formalização dos canais de comunicação entre a TAP e o acionista, formatos de autorizações e competências de cada parte;

Em quarto lugar, a densificação das competências da Comissão de Vencimentos e a nomeação de uma Comissão de Vencimentos adequada;

Em quinto lugar, a separação das administrações da TAP S.A. e da TAP SGPS, e foco dos administradores atuais na TAP S.A.;

Por último, em sexto lugar, a celebração dos contratos de gestão.

Espero, para o bem da TAP, que estas sugestões possam vir a ser implementadas no futuro.

Não tendo sido possível obter avanços e melhorias na governança por parte do acionista, o Conselho de Administração e eu próprio fizemos o que estava nas nossas atribuições. Sem querer ser exaustivo, refiro que aprovámos uma delegação de competências do Conselho de Administração na Comissão Executiva, que lhe conferia instrumentos para cumprir o seu papel e mantinha um conjunto de competências-chave no Conselho de Administração; criámos as comissões especializadas do Conselho de Administração relevantes, das quais destaco a Comissão de Finanças, Auditoria e Risco e a Comissão de Segurança de Voo e de Terra; assegurei pessoalmente o bom funcionamento do Conselho de Administração, garantindo uma cuidada preparação de reuniões que promovesse discussões ricas e sessões informadas; convoquei reuniões preparatórias, quer com a Presidente da Comissão Executiva, quer com os administradores não-executivos, e estimulei o bom fluir de informação entre os membros entre as reuniões; liderei o processo para encontrar bons candidatos para as vacaturas de membros não-executivos; procurei regularizar situações como a

inexistência de contratos de gestão e a inexistência de uma avaliação anual da Comissão Executiva, em particular da sua Presidente; intervim pontualmente em situações já conhecidas, como o uso indevido do serviço de motoristas ou a contratação da Diretora de Eficiência e Sustentabilidade; endereçámos, em sede de Conselho de Administração, temas como as políticas de relações com investidores, de abuso de informação privilegiada, de privacidade, anticorrupção, de prendas e cortesia e a prevenção de conflitos de interesse, o combate ao branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e o canal de denúncias, com a criação de regulamentos e processos e trabalho interno de formação.

Externamente, estabeleci pontes com os principais atores do Estado, começando por reunir com o Sr. Presidente da República, os membros do Governo relevantes para a TAP e todos os grupos parlamentares à época. Conheci parceiros, como os líderes da ANA (Aeroportos de Portugal) ou do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), bem como diplomatas dos nossos principais destinos. Trabalhei também com os atores do setor privado com quem a TAP vive em simbiose, como o setor do turismo, exercendo, em representação da TAP, o cargo de membro do Conselho Diretivo da Confederação do Turismo de Portugal.

Desde o início do meu mandato, Sr.^{as} e Srs. Deputados, assumi como principal função contribuir para a sustentabilidade da TAP, pela implementação bem-sucedida do plano de reestruturação. Como Presidente do Conselho de Administração trabalhei para o bom funcionamento dos órgãos da TAP e do seu modelo societário.

Três décadas de experiência profissional em empresas de sucesso do setor privado ensinaram-me o valor das boas práticas de governança. Atuando de forma discreta, com respeito pelas competências de cada órgão social e com lealdade face ao acionista, empenhei-me na criação de relações construtivas entre os intervenientes-chave e na defesa da TAP.

Estou seguro e tranquilo quanto ao papel que desempenhei e às decisões que tomei enquanto Presidente do Conselho de Administração da TAP. Estou determinado a defender a minha honra pessoal e profissional, perante quaisquer conveniências políticas que este processo encerre.

Estou agora ao dispor das Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados para as rondas de perguntas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Manuel Beja, pela sua intervenção inicial, que partilho com os Srs. Deputados. Entretanto, ela foi distribuída à Comissão e está já nos *e-mails* de cada um dos Srs. Deputados.

Usa agora da palavra, nesta primeira ronda de perguntas, o Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Dr. Manuel Beja e agradecer a sua intervenção inicial.

A primeira questão que irei colocar tem a ver com a separação da TAP S.A. e da TAP SGPS. Ela ocorre, fundamentalmente, no segundo semestre de 2021, a partir de 24 de maio de 2021, numa operação completamente artificial, onde todo o capital das empresas passa a ser público, mas a TAP S.A. fica com o capital na DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças) e o capital da TAP SGPS fica na Parpública. O senhor passa a ser o Presidente dos dois Conselhos de Administração de duas empresas que não consolidam uma na outra, mas que têm profundas relações, até funcionais, operacionais, uma com a outra.

Começo por perguntar se considera agora, ou se considerou na altura, isto normal, aceitável, compatível com a legislação em vigor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, analisámos esse tema com juristas e concluímos que, embora pudesse haver desvantagens e, em alguns momentos, pudesse haver conflitos de interesse entre ambas as empresas, que tinham de ser devidamente resolvidos, não havia impedimentos nesse sentido.

Como referi na minha intervenção inicial, a sugestão de separar os dois Conselhos de Administração é uma sugestão que está a ser feita ao acionista desde o início do mandato. Uma das soluções que foi ponderada em determinado momento foi um contrato de subordinação, que permitiria que as empresas tivessem o equivalente a uma relação de grupo sem terem uma troca de participações, sem haver uma relação de grupo do ponto de vista societário, do ponto de vista de pertença.

Não apenas eu fui, durante todo este período, Presidente do Conselho de Administração das duas empresas, como todos os membros se sobrepuseram durante esse período. O Conselho de Administração era o mesmo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O documento que o Dr. Manuel Beja tem aí à sua frente é uma carta enviada no dia 7 de outubro, por si mesmo, ao Ministro das Finanças e ao Ministro das Infraestruturas, portanto, ao Ministro João Leão e ao Ministro Pedro Nuno Santos. Foi no dia 7 de outubro. Para já, reconhece a carta? Está a ver qual é?

Pedia-lhe o favor de ler uma passagem muito breve, que é o último ponto da penúltima página, que começa por «consequentemente». É aquele ponto breve que está indentado.

Poderia lê-lo em voz alta, se faz favor?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — É o ponto que o Sr. Deputado teve a gentileza de assinalar?

A carta em questão foi assinada por mim e pelo Administrador Gonçalo Pires.

«Consequentemente, e agravado pelas circunstâncias de os administradores integrarem, simultaneamente, o Conselho de Administração da TAP, SGPS e da TAP, S.A., poderão surgir impedimentos dos administradores, mormente por conflito de interesses, nas decisões a adotar nos Conselhos de Administração da TAP, SGPS e da TAP, S.A., quando respeitem as relações entre estas duas sociedades.

O surgimento de situações de conflito de interesses passa a ser mais provável nestas circunstâncias, tornando possível situações de bloqueio a nível dos conselhos de administração de ambas as empresas em matérias de gestão e obrigando a que tais decisões sejam tomadas pelos respetivos acionistas.»

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Doutor, digamos que, eu penso que esta é, talvez, a passagem mais significativa, que tem, precisamente, a ver com as incompatibilidades e com os potenciais conflitos de interesse, que resultariam, inclusivamente, em situações de bloqueio — são expressões da carta que o senhor acabou de ler e que foi dirigida ao Governo.

Ora bem, antes de mais, esse alerta, a identificação desse problema, que é um problema sério, pois estamos a falar de empresas, por exemplo, o *handling* da TAP, uma empresa que estava sob a alçada da SGPS, e, portanto, não estamos a falar de participações avulsas pela economia portuguesa ou estrangeira, estamos a falar da operação da TAP.

Então, a pergunta que eu lhe coloco é a seguinte: quando acabou de dizer, na sua resposta anterior, que a conclusão a que chegaram com os juristas foi no sentido de que não havia esses problemas, essa observação foi feita depois de esta carta ser enviada? É isso?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, o que está neste parágrafo, e em toda a carta, é condizente com aquilo que disse na minha intervenção inicial, ou seja, havia potenciais conflitos de interesse, não os identificámos como sendo obrigatórios, mas falámos em «tornando possível situações de bloqueio ao nível dos conselhos», por exemplo.

Também há uma saída que é identificada mesmo neste parágrafo, onde se refere «obrigando, nesse caso, a que tais decisões sejam tomadas pelos coletivos acionistas».

Durante os 15 meses que se passaram desde o envio desta carta, não houve nenhuma situação em que nós ficássemos completamente bloqueados, não houve nenhuma escusa de conflitos de interesse por parte dos membros do Conselho de Administração em relação a temas que digam respeito a relações entre a TAP, SA e a TAP, SGPS, e, em alguns casos, poderá ter havido situações em que pedimos para as decisões serem tomadas pelos respetivos acionistas.

Reitero...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pode repetir, peço desculpa.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — E em alguns casos poderá ter havido situações em que pedimos a tomada das decisões pelos respetivos acionistas. Aliás, estou a lembrar-me de uma carta de janeiro enviada já a dois ministros diferentes, em que há referências a situações deste género, que, julgo, tem aí também.

Dito isto, seria preferível que os dois conselhos não fossem justapostos, até poderiam ter membros comuns, mas seria preferível que não fossem as mesmas pessoas a compor os dois conselhos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Antes de prosseguir, tenho só dois

pedidos de esclarecimento em relação ao que acabou de dizer.

Quando disse que «nunca ficámos completamente bloqueados», eu queria perguntar-lhe quando é que ficaram parcialmente bloqueados e em que situações concretas é que nos pode exemplificar, ou que nos pode relatar, de ter havido casos em que pediram a intervenção dos acionistas para desbloquear alguma coisa, presumo.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, deixe-me tentar explicar a disciplina que tentámos ter para conseguir resolver esta situação.

Sendo os membros comuns, quando reuníamos os conselhos, reuníamos um de seguida ao outro, mas tentávamos, de facto, ter a disciplina de fazer a reunião da S.A. primeiro e, depois, a da SGPS, ou vice-versa, e tentar... Eu fazia com frequência esse papel na reunião de conselho, lembrando aos senhores administradores que, naquele momento, estávamos numa reunião da TAP, SGPS e tínhamos de pensar enquanto administradores da TAP, SGPS.

Não encontrámos situações em que houvesse conflito de interesse, em que houvesse um choque entre os interesses de uma parte e da outra.

Uma das operações que terá de acontecer a breve trecho, que, julgo, os Srs. Deputados também terão recebido na documentação, que é referida numa carta — se não me falha a memória, de 30 de janeiro deste ano, dirigida aos ministros das duas tutelas —, ou melhor, é um *e-mail* de mim para o Ministro João Galamba, tem a ver, por exemplo, com o projeto para fazer transitar a posse das participadas da SGPS para a SA

Esse é o tipo de situação em que, simplificando, a SGPS é vendedora e a SA é compradora, há uma série de cuidados que têm de ser tidos nesse tipo de operações, e que estão a ser tidos, em que é preferível que essa decisão seja tomada pelo acionista exatamente pelos temas que o Sr. Deputado identificou, e bem.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É a isso que os senhores se referem no último parágrafo dessa carta, quando dizem «delinear um plano de opções para a recomposição da estrutura do universo TAP»?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, está a referir-se à carta que me passou?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ao último parágrafo...

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, Sr. Deputado.

O plano de opções para a recomposição da estrutura do universo TAP é algo mais genérico. Houve depois um documento que foi preparado pela liderança do administrador do pelouro financeiro, em que havia uma série de opções que eram tomadas em relação à estrutura do universo TAP e à sua recomposição.

Eu falei de uma coisa mais específica. No âmbito desse plano, que foi depois validado pelo acionista, e que emana, essencialmente, do plano de reestruturação, a TAP deverá, neste momento, fazer transitar as participações da SGPS, da Cateringpor, da UCS, da Portugália, da TAP, SGPS para a TAP, S.A. e esse alerta, por exemplo, que é um exemplo de uma situação de potencial conflito de interesse entre a SA e a SGPS que referi, foi lembrado ao Ministro João Galamba num *e-mail* em que resumi vários temas que estavam à espera de ação por parte das Finanças durante o mês de janeiro deste ano. Poderei encontrar esse *e-mail*, e fornecê-lo, mas julgo que estará na documentação, se nada falhou.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, vamos lá ver: de acordo com o quadro que é desenhado perante estes factos, o Governo acabou por aplicar

a mesma receita que conhecemos bem com a resolução e a reprivatização do BES, em que há, no fundo, a criação de uma espécie de «TAP má», que é a SGPS, onde deixou a SPdh, o Cateringpor, a Portugália, a Manutenção Brasil, a UCS, tudo ativos dos quais tem ordens para se desfazer, e uma espécie de «TAP boa», que é a SA, onde fica a operação aérea, a frota e de onde se limpam os passivos para poder ser valorizada e bem vendida — aliás, até no Estado, digamos, o encaixe fica em lugares diferentes.

Ora, este tipo de estruturação é muito pouco condigna com uma empresa pública e não ajuda à transparência e à clareza da gestão pública. E para agravar, com os mesmos administradores, num lado e no outro, a fazerem contratos consigo próprios, mesmo que o senhor alertasse e dissesse «nós agora somos da SGPS» e passados uns minutos «nós agora somos da S.A.»

Primeira pergunta: qual foi a resposta que teve do Governo e que seguimento é que teve esse plano de opções que surge no final dessa carta?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Eu comentaria que há muitos ativos na TAP, SGPS que são ativos bons.

O único ativo preocupante que temos no grupo é a TAP M&E Brasil e, como sabem, como tive a ocasião de dizer na Comissão de Economia há cerca de nove meses, uma das decisões de que todo o conselho se orgulha é de ter tomado, finalmente, a decisão de encerrar as operações na manutenção do Brasil.

Este tema da estrutura societária do grupo foi objeto de discussões longas com as duas tutelas, aqui com o envolvimento grande da tutela financeira, essencialmente lideradas pelo administrador com o pelouro financeiro Gonçalo Pires, que tinha assumido as suas funções pouco antes desta carta enquanto administrador executivo.

Encontrámos o processo que está, neste momento, a acontecer, houve

uma separação total das duas empresas que, neste momento, são irmãs, digamos assim, têm um acionista comum, mas não têm uma relação de grupo direta, e ponderámos, num determinado momento, utilizar um contrato de subordinação, mas essa opção, que resolveria alguns problemas, foi descartada pelo acionista e, neste momento, o passo mais importante que falta fazer é a transição de alguns ativos para a TAP, S.A.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe, está a dizer que a Portugália e a TAP não têm uma relação de grupo direta?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não. Eu disse que a TAP, S.A. e a TAP, SGPS não têm uma relação de grupo direta; a Portugália é uma subsidiária da TAP, SGPS, neste momento.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pedindo desculpa pela interrupção e trazendo um assunto menor, mas, do ponto de vista técnico, houve uma alteração de procedimentos nas gravações, que eu já pedi para voltar a ser reposta como estava a funcionar na semana passada, que eu acho que funcionou muito bem. Então, as minhas desculpas por isso, estou à espera de que consigam voltar a repor tudo como estava.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, por brevidade de tempo, vou passar à questão seguinte. A 13 de setembro de 2020 e mais tarde, em janeiro de 2023, já com o atual Ministro das Infraestruturas, num pedido de reunião, o senhor dirigiu-se ao Governo preocupado com a falta dos contratos de gestão. Portanto, tinha consciência

da nulidade das nomeações na ausência de contratos de gestão.

Pergunto: em que medida é que informou os restantes membros desse risco e que solução é que foi encontrada para esse problema?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Os contratos de gestão foram objeto de duas cartas, que fazem parte da documentação entregue à Comissão, datadas no início do mandato. A primeira, como o Sr. Deputado acabou de referir, é de 13 de setembro, em que é indicado explicitamente quais os contratos de gestão deveriam ser celebrados até o dia 24 de setembro.

Perante a resposta negativa às pretensões apresentadas nessa comunicação do Governo, das quais discordámos do ponto de vista jurídico, enviámos uma nova carta no final dezembro sobre esse tema.

Todos os membros do Conselho de Administração estavam cientes do risco da nulidade dos contratos estabelecidos a partir do dia 24 de setembro. O tema dos contratos de gestão foi levantado exatamente nessa época e foi sendo objeto de tentativas de resolução pela minha parte, mas esteve dormente durante um ano.

Com a entrada em funções do novo Ministro das Infraestruturas, João Galamba, em meados de janeiro, não sei precisar a data, recebi um pedido de estabelecimento de objetivos para que pudessem constar dos contratos de gestão. Os contratos de gestão foram densificados, houve uma nova legislação, proposta em dezembro de 2021, ainda durante o mandato do Secretário de Estado, Miguel Cruz, explicando as regras concretas que tinham de ser seguidas e o que é que se aplicava aos administradores executivos e não-executivos.

Resolvemos todos os temas e todas as dúvidas que existiam sobre esses temas em fevereiro com apoio jurídico, estabelecemos a proposta de objetivos para os administradores não-executivos e combinei com a Comissão Executiva que se estabelecessem objetivos para a Comissão

Executiva, para os administradores executivos, para serem aprovados na reunião de 16 de fevereiro.

Não foi possível à Comissão Executiva terminar esse trabalho a tempo dessa reunião e esse processo está por terminar para que sejam entregues as propostas de objetivos, para seguirem para a UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial) e para, depois, serem assinados individualmente entre cada administrador e o Estado.

Mas durante mais de um ano esse processo esteve dormente por inação do acionista, depois de duas insistências formais, escritas em carta dirigida aos governantes respetivos, coisa que não fizemos com muita frequência, em setembro e dezembro de 2021.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mais ou menos por essa altura, pelo que percebemos, começa a abordar com o Governo o problema dos seguros de risco.

Ter-se-á realizado um primeiro seguro de proteção dos administradores, aquela expressão dos *Directors & Officers (D&O)*, com um custo de 5 milhões de euros, que, mesmo assim, considera insuficiente e pede ao Governo para serem isentos de responsabilidade civil.

Recebe um parecer negativo da DGTF e encomenda um parecer, adquire um parecer, para rebater o parecer da DGTF. Mais uma vez, estamos perante comportamentos perfeitamente habituais numa empresa privada. Eu pergunto-lhe que riscos são esses, que motivaram tanta preocupação e que justificaram que o erário público tenha gastado mais de 5 milhões de euros num desses seguros de *Directors & Officers*, mais o contraparecer que foi feito pela Linklaters para contrariar o da DGTF.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, se me permitir, farei uma correção: o custo que refere, de 5 milhões de euros, não está correto. Esse é o valor da cobertura, *ok*?

A cobertura de 5 milhões de euros, para uma empresa como a TAP, é claramente insuficiente. Ou seja, pela natureza do nosso negócio — embora, felizmente, tal não aconteça na vida da TAP desde 1977 e a TAP tenha sido considerada recentemente a companhia mais segura na Europa —, os aviões podem cair.

Perante isso, as dificuldades legais que uma equipa de gestão pode ter, que são obviamente negligenciáveis perante a perda humana associada a uma tragédia destas dimensões, são muito significativas e podem destruir a vida de todos os administradores. Em qualquer empresa pública ou privada, o acionista tem de dar as garantias adequadas aos administradores para poderem exercer as suas funções.

Porque é que isso não acontecia naquele momento e porque é que não era possível encontrar soluções no mercado que segurassem um valor razoável, com um montante de cobertura razoável? Porque a TAP poderia falir a qualquer momento se não houvesse aprovação do plano de reestruturação. Estamos em setembro de 2021 e o plano de reestruturação tinha sido não aprovado em julho, como era inicialmente previsto. Pelo processo de investigação aprofundada da Comissão Europeia, tivemos seis meses de limbo, esperando se voltávamos à vida ou se a TAP não teria continuidade.

As seguradoras tinham esta consciência e, embora corrêssemos todo o mercado, não era possível encontrar um seguro mais alto do que isso. O objetivo foi o de, enquanto não houvesse uma cobertura mínima razoável, encontrar uma forma de mitigar essa situação durante esses seis meses, ou nove meses, na verdade, porque o novo seguro com o valor que atualmente

está em vigor, de 100 milhões de euros — um valor, isto é, não é um custo, é uma cobertura —, apenas foi celebrado em fevereiro ou março de 2022.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, deixo o alerta de que o seu tempo está praticamente a esgotar-se.

Faça favor, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A questão concreta é que uma coisa é haver as *liabilities*, os riscos associados à própria operação, outra coisa é o risco associado à responsabilização civil, desde logo em decisões perante o Estado.

Portanto, a questão que lhe coloco é a de saber se estávamos a pagar para o senhor ter um seguro para se defender daquilo que o Estado lhe colocasse enquanto responsabilização.

Essa questão estava ou não integrada na contratação de que estamos aqui a falar?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, eu corro o risco de não ser completamente correto, mas julgo que essa é uma exclusão habitual nesse tipo de seguros, até. Portanto, a intenção não era de todo essa, a intenção era ter as condições mínimas de segurança para poder exercer a função de administrador, e julgo que o seguro de D&O que temos atualmente tem essa exclusão.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, antes de começar a contar o tempo da minha inquirição, e sem prejuízo de cumprimentar o Dr. Manuel Beja, deixo a minha nota de repúdio por este ar condicionado direto para quem está sentado deste lado...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, hoje encontrámos aqui duas dificuldades: uma é o ar condicionado e outra é o sistema de som. Sei que os serviços estão a resolver as duas para que consigamos ter as melhores condições. Peço-lhe desculpa por ainda não estarem completamente resolvidas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu própria disse que ia tentar resolver.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada. Se quiser vir mais para junto do Presidente, esteja à vontade.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Dr. Manuel Beja, cumprimento-o.

A minha primeira pergunta é para saber se continua em funções enquanto Presidente do Conselho de Administração da TAP e até quando é que se mantém em funções.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Estou em funções, mas não sei até quando é que me manterei em funções.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a Sr.^a CEO (*chief executive officer*) da TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Tanto quanto é do meu conhecimento, a resposta será a mesma.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a TAP continua a ser gerida e a poder contar com o Presidente do Conselho de Administração em funções e com a Presidente da Comissão Executiva?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Obviamente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto-lhe também como é que recebeu a notícia de que iria ser demitido e se passou um processo semelhante ao da Sr.^a CEO ou se foi consultado antes desse processo.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Recebi a notícia da minha destituição por um telefonema do Ministro João Galamba, às 10 horas e 20 minutos da manhã, no dia da conferência de imprensa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E foi-lhe dito que essa destituição era por justa causa, tal como aconteceu com a CEO?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Nesse telefonema não houve qualquer referência a esse tema.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Gostaria de lhe perguntar também porque é que foi — enfim, as palavras são sempre difíceis — demitida, ou rescindiu, Alexandra Reis.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A Administradora Alexandra Reis foi... Saiu da empresa por decisão do acionista, depois de uma iniciativa tomada pela Presidente da Comissão Executiva.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a que é que se deve essa iniciativa? Porque é que há a iniciativa de afastar Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Há uma tensão crescente e divergências, que estão documentadas e que foram largamente discutidas no relatório da IGF (Inspeção-Geral de Finanças) nesta Comissão Parlamentar... E terão sido a razão da iniciativa da Presidente da Comissão Executiva.

Mas parece-me mais cordial que essas perguntas de intenção sejam feitas à própria, não é?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — As divergências eram com a CEO apenas ou também com o CFO?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não tenho consciência de divergências entre a Administradora Alexandra Reis e o Administrador Gonçalo Pires, administrador com o pelouro financeiro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que o Doutor soube da intenção da CEO de afastar Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Esta Comissão, e a Sr.^a Deputada em particular, tem tido uma preocupação muito grande em estabelecer uma linha de tempo, o que eu percebo, é louvável e necessário, sem qualquer tipo de dúvida.

Eu só consigo ser preciso em relação a datas — e tentarei sê-lo, sempre que conseguir — quando tenho documentação que me indique o dia, e de preferência a hora, dos acontecimentos.

Eu diria que a tensão foi crescendo ao longo do mandato e teve um pico nas reuniões do Conselho de Administração de 7 de dezembro, que está documentada, e de 15 de dezembro também. Que eu tenha consciência disso, essa intenção terá surgido algures em meados — dia 15 ou 20, como estimativa — de dezembro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas a CEO contou-lhe que iria pedir que Alexandra Reis se afastasse do Conselho de Administração? Informou-o disso?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Em algum momento terá contado. No dia 25 informou-me que tinha tido a conversa nesse sentido e, possivelmente, alguns dias antes terá referido a intenção, mas foi sempre um processo gradual.

Repare, uma das coisas que referi na minha intervenção inicial foi que procurei ativamente estabelecer pontes e, utilizando o princípio da generosidade, ou seja, pedindo a uma e a outra que olhassem as ações da outra à melhor luz possível, conseguir que continuassem a trabalhar em conjunto, porque ambas tinham contributos a dar à TAP.

Obviamente, é hoje público que não tive sucesso nessa iniciativa de diplomacia. Mas esse processo foi gradual, não lhe consigo dar uma data precisa de acontecimentos para isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 9 de dezembro, que é por volta do pico de tensão que aqui nos retratou, envia ao Secretário de Estado Hugo Mendes uma mensagem a dizer: «Terça-feira tivemos um Conselho de

Administração com uma votação muito dividida. Julgo útil falarmos sobre o tema.»

Se é aquela votação em que Alexandra Reis vota contra, imagino eu, uma decisão, pergunto-lhe se esta mensagem era sobre essas divergências e se falou com a tutela sobre elas.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, de todo. Ou seja, essa mensagem não era sobre essas divergências, era sobre o tema substancial que estava a ser ali discutido.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, nunca falou com a tutela sobre o conflito, mais ou menos latente, entre duas administradoras, sendo uma delas a Presidente do Conselho de Administração?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A tutela... O membro da tutela que eu acredito que teria uma intervenção relevante nesse tema era o Ministro Pedro Nuno Santos. Tentei repetidamente, por quatro vezes, chegar à fala com ele, mas não tive sucesso.

Como consequência, não falei com a tutela sobre esse tema. Manifestei o meu desagrado e desconforto em relação ao tema ao Secretário de Estado Hugo Mendes, mas sem desenvolver a conversa, na medida em que, para mim, era completamente claro que ele não era o decisor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos por partes.

Primeira questão: em relação a que tema é que manifestou desagrado a Hugo Mendes? O facto de não conseguir falar com o Ministro Pedro Nuno Santos ou o facto de haver um conflito na TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Provavelmente os dois, mas a referência ao conflito na TAP... Nem sequer há referência ao conflito na TAP, mas a referência à possibilidade da saída foi provavelmente só mesmo no dia 4 de fevereiro.

Ou seja, eu fiz duas aproximações à Chefe de Gabinete, depois um telefonema com o Secretário de Estado, depois uma tentativa de telefonema com o Ministro. E fui tentando dizer «se houver alguma possibilidade de alterações de composição, por favor falem comigo antecipadamente», fui tentando assinalar a importância de falar com o Ministro Pedro Nuno Santos durante esse processo, fazendo chegar o recado e garantindo que chegava à fala com o decisor real nesta situação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe-nos dizer as datas dessas tentativas de contacto?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr.^a Deputada, quando esta situação começou, pedi à operadora a lista das minhas chamadas, pelo menos as criadas e recebidas, mas, pelas novas leis que estão em vigor, esses dados só existem durante os últimos seis meses, de maneira que não consegui.

Sei que o último contacto, esse adicional, já fora desses quatro, para conhecer pela primeira vez a decisão do acionista sobre o tema — porque foi-me indicado pela Presidente da Comissão Executiva que tinha autorização, ou concordância com a decisão, da parte do acionista, mas eu não tinha nenhuma mensagem por nenhum canal, nem nenhuma indicação nesse sentido, e quis confirmá-lo —, aconteceu às 11 horas e 50 minutos, porque há uma troca de mensagens em que combinamos esse telefonema do dia 4 de fevereiro, do dia da assinatura do acordo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No dia 3 de fevereiro, há um SMS (*short message service*) enviado a Pedro Nuno Santos a pedir um almoço... Pronto, um almoço, na verdade, não pedia mais nada.

Estes quatro contactos, inclusive este SMS, eram para falar sobre Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Os outros quatro contactos eram explicitamente para esse tema.

O SMS a pedir um contacto com o Ministro Pedro Nuno Santos, no dia 3, também tinha isso como tema, embora tivesse muitos outros temas de governança e formas de comunicação da TAP de que queria tratar. Mas esse era um dos temas de que trataria.

Se nesse dia o Ministro Pedro Nuno tivesse devolvido o SMS com uma chamada, eu teria, obviamente, falado desse tema. Não obtive resposta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando fala ao telefone com o Secretário de Estado para coassinar o acordo de cessação de Alexandra Reis, que conversa é que têm e quais as preocupações do Secretário de Estado?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr.^a Deputada, foi há mais de um ano... Ou seja, o telefonema foi relativamente curto, o meu objetivo era confirmar que a decisão do acionista estava tomada e que era aquela. Era demasiado tarde para reverter o que quer que fosse naquela altura.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estava consciente, uma vez que tentou que houvesse um contrato de gestão, tal como previsto no Estatuto do Gestor Público, de que a figura da renúncia por acordo com aquela indemnização não existia e não era legal, à luz do Estatuto do Gestor Público?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O acordo foi redigido, ou proposto, por duas sociedades de advogados, por mera ordem, e a forma jurídica encontrada foi aquela.

A descrição do trabalho feito pela sociedade de advogados, que foi escolhida pela Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières, foi feita por ela, eu nunca tive qualquer contacto com a sociedade de advogados em causa e, por boa-fé, assumi que os pareceres jurídicos que recebemos, que a recomendação, na forma como a recebemos, era correta.

Obviamente que não estava — nem eu e acredito que nenhuma das pessoas envolvidas — consciente de que pudesse ser considerado haver alguma ilegalidade nesse processo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Porque é que não comunicou essa decisão, quanto mais não fosse na altura da assinatura, sabendo que envolvia uma indemnização, à tutela financeira da TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A comunicação era feita com a tutela setorial em relação a quase todos os temas. Houve instruções, inclusive, da tutela setorial para que a comunicação fosse feita por esse canal.

Adicionalmente, a nomeação foi feita assim, pela tutela setorial, para todos os membros, exceto o administrador com o pelouro financeiro. Aliás, o Ministro Fernando Medina, na audição à Comissão de Orçamento e Finanças, que ocorreu neste Parlamento no dia 6 ou 5 de janeiro deste ano, disse: «A forma da nomeação que está presente na legislação, e que é seguida entre os vários organismos públicos dos quais há tutela setorial e financeira, é que a indicação dos administradores operacionais cabe à tutela setorial e a indicação daquele que tem o pelouro financeiro cabe à tutela financeira. Não cabia, por isso, ao Ministério das Finanças a sua proposta». O Ministro

Fernando Medina disse isto sobre a nomeação da Presidente Alexandra Reis para a NAV.

Isto também se aplicou na TAP. No momento em que fui convidado pelo Ministro Pedro Nuno Santos, todos os 10 administradores, com a exceção do Administrador João Weber Gameiro, que foi o administrador financeiro nomeado pelas Finanças, foram nomeados pela tutela setorial. O único que foi nomeado pela tutela financeira foi o administrador com tutela financeira.

A TAP recebeu instruções claras e sinais repetidos para fazer a articulação exclusivamente com o Ministério das Infraestruturas. Se fosse necessária uma articulação entre as duas, tal deveria ser feito entre as duas tutelas.

Não me parece que o Presidente do Conselho de Administração deva, e pergunto-me se deve, fazer a articulação entre dois altos responsáveis governamentais que, em muitos casos, não se entendem, nem que possa a tutela setorial dar-lhe uma instrução para a qual julga necessária a autorização da tutela financeira sem a confirmar.

Ou seja, todos estes argumentos levavam-me a pensar que, se houvesse alguma articulação necessária com a tutela financeira — que julguei que não existiria —, ela seria feita pela tutela setorial, e o canal natural seria entre os Secretários de Estado Hugo Mendes e Miguel Cruz, que trabalhavam muitas vezes em temas da TAP em conjunto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não se trata de uma nomeação, mas sim de uma destituição, ainda mais num contexto específico.

Por isso, retorno à pergunta: porque é que não comunicou ao acionista, que, na verdade, é o Ministério das Finanças, que representa o acionista, e que comunicação e que instrução é que lhe foi dada para comunicar sempre com a tutela setorial?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Em relação à última pergunta, não tenho comunicações escritas nesse sentido, porque foram, muitas vezes, comunicações informais.

Foi do conhecimento desta Comissão que a Presidente da Comissão Executiva teria, digamos, uma forma de funcionar habitual no Ministério das Infraestruturas.

Em relação à razão pela qual não comuniquei com a tutela financeira, expliquei-lhe os argumentos todos anteriormente. Essa responsabilidade, a ser necessária, que era duvidoso, seria da tutela setorial. A articulação entre altos responsáveis governamentais deve ser feita pelos próprios, já que não me parece que faça sentido o Presidente do Conselho de Administração ou qualquer outro membro da Administração da TAP passar esses recados entre Ministérios que muitas vezes não se entendem. E a tutela setorial não entendeu que a autorização da tutela financeira fosse necessária, senão iria confirmá-la.

As declarações do Ministro Fernando Medina que confirmam a forma de nomeação, por maioria de razão também se aplicam à destituição, do meu ponto de vista.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse, na intervenção inicial, que o Ministro das Infraestruturas começou por assumir a liderança e coordenação com o Ministro das Finanças e que isso, no início, protegeu a TAP das dissensões entre as duas tutelas.

Pergunto-lhe se houve dissensões entre as duas tutelas depois. Porque, se no início isso protegeu a TAP de dissensões, isso implica que, nalgum momento, elas existiram.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Houve vários momentos em que a vontade do Ministério das Infraestruturas de fazer acontecer era desacelerada pelo imobilismo do Ministério das Finanças. E isso acontece com frequência.

Risos do PSD.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O resto da frase é precisamente essa, procurou mitigar os efeitos da lentidão e inação da tutela financeira. Essa lentidão da tutela financeira punha em causa a agilidade e as decisões que eram necessárias na TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Do meu ponto de vista, sim.

Apenas a título de exemplo, porque foi uma constante no último ano de mandato, o *e-mail* que referi, enviado por mim ao Ministro João Galamba no mês de janeiro, lista vários temas que estão à espera de decisão da tutela.

Dou-lhe um exemplo ainda mais fresco: a devolução da quantia recebida por Alexandra Reis está, neste momento, à espera de uma orientação da DGTF.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu tinha essa pergunta para lhe fazer, porque é que a TAP ainda não respondeu a Alexandra Reis. Ficamos a saber que é porque a DGTF ainda não deu ordem para que isso aconteça. É assim mesmo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, não é «deu ordem». A TAP, em *e-mail* enviado no dia 23 de março, se não me falha a memória — mas poderei confirmar —, pelo Administrador Gonçalo Pires à Diretora-Geral de Tesouro e Finanças, Maria João Araújo, pediu instruções ao abrigo do regime do setor empresarial do Estado.

Essencialmente, há dois ou três problemas que se colocam, mas, simplificando, para ter cuidado com o nosso tempo, era, em primeiro lugar, o cálculo de férias, que é de alguma forma previsto ou indicado como possível na opinião da IGF, e em segundo lugar, era o tema do IRS: ou seja, a Administradora Alexandra Reis não recebeu um valor de 450 000 € ou 500 000 € líquidos, de maneira que há uma parte que a TAP entregou ao Estado — ao Ministério das Finanças, em última análise —, há outra parte que entregou à Administradora Alexandra Reis e ambas têm de ser devolvidas. E, entre o parecer da IGF, as instruções necessárias da DGTF e a devolução que terá de ser feita por acerto de contas com o fisco, essa situação está a ser deslindada e está, neste momento, na secretária da Diretora-Geral do Tesouro e Finanças.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda sobre a relação com a tutela. Não me quero intrometer em assuntos de natureza pessoal, nem pensar nisso, mas, no acervo de mensagens que nos enviou, há uma mensagem enviada ao Secretário de Estado, no dia 18 de outubro de 2021, em que, enfim, diz: «A nível pessoal, há consideração e muita estima que não devem ser postas em causa, indiferentemente das nossas responsabilidades. Farei por preservar essa boa vontade, essa estima e essa consideração.»

Refiro-me a isto para perguntar se isto é reflexo de algum conflito que tenha havido na sua relação com o Secretário de Estado Hugo Mendes, ou não. Se não, não tenho nada a ver com o resto.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Repare, a minha relação com o Secretário de Estado Hugo Mendes é estritamente profissional. Ou seja, eu nunca tinha conhecido o Secretário de Estado antes de começarmos a trabalhar juntos na TAP, e a relação, que foi genericamente frutífera e positiva, foi estritamente profissional.

Uma insistência que fiz por vários canais, incluindo junto do Secretário de Estado, foi para a participação do Presidente do Conselho de Administração nos contactos entre a TAP e os membros do Governo, o que seria cordial. Tive respostas positivas — que entendi como positivas — por parte do Ministro, mas tudo passaria pelo Secretário de Estado.

E, nesse dia em particular, lembro-me muito bem da ocasião...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pode só aproximar o microfone? Não se ouve bem.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sim, perdão.

Estava muito perto da Assembleia quando esse telefonema aconteceu. Voltei a insistir com esse tema e o Secretário do Estado Hugo Mendes terá dito que só faria reuniões conjuntas se fosse obrigado a isso.

E, pela primeira vez, na altura, em mais de um ano de relação que, em geral, era construtiva e positiva, senti que a conversa foi sucessivamente arrastada para entrarmos num registo que pudesse quebrar a confiança. E, como a confiança era essencial para que pudéssemos trabalhar juntos e como a relação — não pessoal, no sentido da amizade, mas a relação em si — deveria ser preservada, enviei essa mensagem.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que estava em causa era a participação do Presidente do Conselho de Administração nas reuniões de coordenação com o Governo e a Comissão Executiva, é isso?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Os contactos genéricos entre o Ministério das Infraestruturas e a TAP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Falámos aqui de vários temas que tiveram a sua intervenção. Gostaria que nos descrevesse a questão da utilização dos automóveis e motoristas, já aqui falada, que acho que era importante que ficasse clarificada.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr.^a Deputada, é uma pergunta muito aberta, mas posso tentar, da forma mais sucinta que conseguir, explicar o que se passou nesse tema.

O tema iniciou-se numa deslocação de serviço. Eu estava sentado ao lado do motorista e fiz uma pergunta casual, como: «Então, muito trabalho?» Ao que o motorista respondeu de uma forma muito cândida: «Ah sim, hoje está complicado porque eu estou aqui consigo, há outro motorista que está com a Christine e há um terceiro que está com o marido da Christine hoje, o dia todo.» Isto causou-me perplexidade, e acho que perguntei apenas: «Mas essa situação já tem acontecido?» A resposta foi medianamente invasiva: «Ah, acontece de vez em quando.»

Obviamente, não lhe perguntei o que quer que fosse. Confirmei com a Secretaria-Geral, que é a área da TAP que gere esse serviço, se isso acontecia, porque há um registo das deslocações, e foi-me confirmado que aconteceria. Depois de pedir a confirmação, confrontei diretamente a Presidente da Comissão Executiva sobre o tema, que me foi dando várias respostas. Primeiro, dizendo apenas «se isto é um problema eu termino já com isso», mas depois dizendo que não era a única pessoa que o fazia, de maneira que aquilo poderia ser uma perseguição pessoal. Passou para um terceiro momento, em que havia uma tentativa de justificação da prática.

Posso-lhe dizer que foi das poucas situações em que eu, de alguma forma, perdi a paciência. Eu não sou uma pessoa de perder a paciência, mas achei que se estava a tentar justificar o injustificável e que, no contexto português, aquilo não seria, de todo, uma prática desejável e aceitável. Isto

em qualquer empresa, em qualquer contexto, mas particularmente num momento em que procedêramos a muitos despedimentos e em que estávamos, por exemplo, a discutir a possibilidade de encerrar o infantário. Também por falta de uso, mas um dos argumentos que era usado era a necessidade que os nossos trabalhadores tinham de deixar os seus filhos, e os argumentos que estavam a ser utilizados não eram de todo aceitáveis, pois revelavam uma liderança pouco servidora e revelavam uma preocupação de bom senso e de razoabilidade que me preocupou bastante.

Havia um vazio de regulamentação, de maneira que pedi à Secretária-Geral para criar regulamentação para isso. Essa proposta foi enviada pela Secretária-Geral à Presidente da Comissão Executiva, a meu pedido, a 11 de janeiro, e, no dia seguinte, foi aprovada na Comissão Executiva. Sendo um tema menor, seria claramente aquele o espaço para o fazer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E considera que existiu uma retaliação da CEO ao motorista que falou sobre o assunto?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr.^a Deputada, nunca foi evidente, mas as coincidências podem permitir essa interpretação.

A ideia seria ou despedir, ou passar para outro serviço, o dito motorista porque, num momento, não estava vacinado contra a covid e, num segundo momento, reduzir a equipa de motoristas, que foi passado, talvez, um ano. E isso pareceu-me talvez até mais preocupante do que o episódio inicial.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há um momento em que a CEO e o CFO querem concentrar em si todo o poder de coordenar o processo de privatização da TAP e levam essa delegação de competências a uma reunião do Conselho de Administração.

Há uma mensagem sua a dizer que os não-executivos se opõem completamente a essa delegação de competências, e ela acaba por acontecer.

Gostaria que explicasse porque é que se opuseram inicialmente e depois permitiram.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — As condições em que foi proposta inicialmente e as condições em que aconteceu não foram as mesmas e houve, na resolução, mudanças substanciais.

No primeiro momento, a proposta que recebemos foi para delegar o processo de contratação da empresa que apoiaria a TAP — obviamente que poderá haver empresas que apoiem o acionista nesse processo — nesses dois administradores e delegar o acompanhamento do trabalho dessa empresa nestes dois administradores. Isso não chegou a ser votado porque iria ser chumbado e não fizemos uma votação.

Depois encontrámos uma solução alternativa, um dos casos em que houve uma pressão clara por parte do Secretário de Estado Hugo Mendes para proceder como foi indicado.

Na segunda reunião, o que fizemos foi ouvir as propostas, e ouvimos mais do que uma empresa que tinha apresentado proposta para esse processo, foi votado por todo o Conselho e foi aprovado, pelo Conselho, a contratação daquela empresa, com algumas abstenções, a Evercore, exatamente.

A resolução do Conselho, a que julgo que teve acesso, diz explicitamente que os dois administradores que acompanham o trabalho se obrigam a *feedback* regular ao Conselho sobre o decorrer dos trabalhos.

Há uma diferença, portanto, substancial entre a primeira via que estava a ser seguida e aquela que foi efetivamente implementada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o que é que isso diz sobre a tentativa de centralização da tomada de decisão na CEO e no CFO?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A resposta que recebi sobre esse tema é que esse era o interesse do acionista, e ela é confirmada, por exemplo, porque agora há a prestação de contas que lhe referi.

A prestação de contas nunca aconteceu, era um tema que, com alguma frequência, nas reuniões de preparação e na reunião do Conselho, eu pedia à Presidente da Comissão Executiva: «Há avanços no dossiê Evercore? Podemos levá-los ao Conselho de Administração?». E a resposta que recebi, tipicamente, era: «Não, não há nenhum trabalho feito.»

A certa altura, recentemente, foi público que havia trabalho de entregue por parte da Evercore, que tinha sido entregue ao Governo, e nessa altura eu comentei isso com a Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières-Widener, que me respondeu que o Governo deu instruções para que este processo apenas passasse pela Presidente da Comissão Executiva e pelo Administrador Financeiro.

Tive a ocasião de encontrar, casualmente, num evento na NAV, o Ministro João Galamba e descrevi a situação. Ele mostrou alguma perplexidade e eu, no meu entender, disse que não haveria problema que isso fosse partilhado com todo o Conselho. Devolvi esse tema à Comissão Executiva, que escreveu para o assessor do Ministro João Galamba, que respondeu, num *e-mail* claro, dizendo que se o Conselho de Administração tivesse interesse em saber mais sobre esse tema, teria de perguntar ao acionista, porque essa matéria é da exclusiva responsabilidade do acionista.

Acontece que sendo a Evercore paga pela TAP, contratada pelo Conselho de Administração da TAP, o reporte tem de ser feito ao Conselho de Administração da TAP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma outra situação que mencionou há pouco, que foi a contratação de Isabel Nicolau Silva. Gostaria

de saber em que contexto é que foi discutida e qual foi a posição que teve nessa contratação.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Depois do que foi público na altura e das discussões que se tiveram na imprensa sobre esse tema, no início de outubro, eu falei com as três intervenientes — a Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières-Widener, a Diretora de Recursos Humanos, Ana Dionísio, e a Administradora com esse pelouro, Sofia Lufinha —, que me deram as suas explicações em relação ao tema, não apontando para nenhum conflito de interesses.

No dia 25 de outubro, já estava, então, uma auditoria interna, que julgo que será do conhecimento da Comissão, e eu enviei um *e-mail* para a Diretora de Auditoria Interna com instruções sobre o tema, assegurando o reporte direto a mim e à Presidente da Comissão de Finanças, Auditoria e Risco, a administradora não-executiva Ana Lehmann.

Depois houve um esboço do relatório, houve um ponto da situação com a Diretora da Auditoria, Joana Gonzalez, e, finalmente, esse relatório, que está aqui e julgo que será do conhecimento da Comissão, foi discutido em sede de Comissão de Auditoria. Foi uma Comissão de Auditoria particularmente tensa, porque, do meu ponto de vista, ainda havia temas para esclarecer em relação ao tema, não havia certezas.

A conclusão global do relatório foi de que não havendo, na altura, uma política de conflitos de interesse, não há um não cumprimento de uma política inexistente, mas de qualquer forma existiram dúvidas sobre o tema. Eu utilizei uma apresentação nessa reunião — uma apresentação, um *slide* —, para manifestar as minhas dúvidas e tentar obter esclarecimentos mais cabais sobre o tema, que posso partilhar consigo e com toda a Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Doutor. Já pedimos.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — E essas dúvidas não foram respondidas, e foi também, de facto, um momento preocupante para a vida da TAP, do meu ponto de vista, pelas não respostas, não tanto pela... as intenções podem ter sido as melhores, podemos ter encontrado a melhor profissional possível, mas há uma série de características no processo que podem ser motivo de desconforto, e, do ponto de vista reputacional, claramente não foi um bom momento para a TAP e não revelou bom senso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Com certeza que vamos distribuir o documento a todos os Srs. Deputados.

Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o Sr. Presidente do Conselho da Administração opôs-se a essa contratação. Acha que diretora que foi contratada não tem capacidade para ocupar o lugar e a função, ou foi uma mera verificação de conflitos de interesses?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não tenho opinião, ou seja, estamos a falar de uma diretora de segunda linha, que eu nunca conheci — e não por ser essa diretora, porque conheci todos os diretores de primeira linha, não conheci todos os diretores de segunda linha, que são dezenas de pessoas —, e pareceu-me que o processo de contratação não foi adequado.

Relembrei o tema à administradora a quem reporto e à Presidente da Comissão Executiva, que me deram muito bom *feedback* do seu trabalho nos meses posteriores, de maneira que eu ponho a hipótese de ter sido uma excelente escolha para a TAP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Presumo que tenha tido conhecimento, aliás, tenha tido conhecimento do *e-mail* do pedido da agência de viagens para uma alteração de um voo do Presidente da República. Na verdade, o pedido inicial seguiu para a assistente do Presidente do Conselho de Administração, que é o Dr. Manuel Beja.

Pergunto-lhe que sequência é que deu a esse *e-mail* depois de o ter recebido.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O canal habitualmente era esse, ou seja, os temas da agência de viagens eram tratados, muitas vezes, com a minha assistente pessoal. Comentei o tema com o Presidente da Comissão Executiva e ambos dissemos aquilo que sempre dissemos, e em relação ao qual estivemos sempre alinhados, que era a operação da TAP em primeiro lugar e não haver desvios em relação a esse tema.

Estávamos surpreendidos, estávamos incrédulos que pudesse ser do conhecimento e ser um pedido do Presidente, estivemos sempre alinhados nesses temas. A Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières-Widener, tratou o tema, como é conhecido.

Eu acho que é importante fazer uma separação entre pedidos legítimos e ilegítimos, este sendo, claramente, um pedido ilegítimo. Um exemplo de pedidos legítimos: eu recebi de inúmeros embaixadores, em alguns casos até membros do Governo, de outros países pedindo para estabelecer as rotas da TAP entre Lisboa e esses países diretamente. Faz parte do trabalho deles, é completamente legítimo. Em todos, ou quase todos, os casos não demos sequência, porque não fazia parte da nossa estratégia de rede.

Recebi, por exemplo, uma vez um pedido de *upgrade* de um membro do Governo de um país de língua oficial portuguesa, com quem me tinha encontrado na residência de um embaixador em Lisboa poucos dias antes, e através de uma pessoa do *staff* dele e da minha secretária. Num primeiro

momento a minha secretária deu uma nega a esse pedido, no segundo momento eu dei uma nega a esse pedido.

De maneira que, felizmente, percebeu-se, de facto, que esse pedido não tinha saído da cabeça do Presidente da República ou da Presidência e caiu em saco roto, como se sabe.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, segundo a troca de informação, esse não foi o primeiro pedido, inclusive o primeiro pedido aceite, porque tinha havido um outro pedido aceite no passado, que não aconteceu por causa da pandemia. Presumo que, pelas datas, não estivesse no Conselho de Administração, não tenho a certeza, mas se me puder confirmar...

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Eu não tenho consciência de nenhum pedido, feito pela Presidência ou por algum membro do Governo, com essas características durante o nosso mandato, excetuando este, que não foi feito pela Presidência, sejamos muito claros, foi feito pela agência de viagens.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma outra questão que gostaria de lhe perguntar e que tem a ver com factos passados antes do seu mandato, mas que são factos importantes, que é a evidência da existência de «paraquedas dourados», de indemnizações, de acordos de pré-reforma milionários pagos pela TAP.

Há pouco falava-se da possibilidade de 5 milhões de euros por um seguro ser imensa, e percebeu-se que isso era a cobertura; 5 milhões é só o que foi feito num contrato de prestação de serviços com a Atlantic Gateway, e 1 milhão e 600 mil euros é só o que foi pago por serviços de consultoria a Fernando Pinto. Não é coisa pouca.

Soube-se de um acordo de pré-reforma a um antigo Administrador, Maximilian Otto Urbahn, de 1 milhão e 350 mil euros. Entretanto, pelo que percebo, a TAP tentou contestá-lo. Pergunto-lhe se tem alguma informação sobre isso e se tem alguma informação — e termino — sobre a auditoria que a TAP pediu a esse tipo de pagamentos.

E, apenas uma outra pergunta: nós já sabíamos que Fernando Pinto — sabíamos porque tivemos acesso a essa informação — saiu com um contrato de prestação de serviços no valor de 1 milhão e 600 mil euros, entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2020, sem ter evidência de que serviços prestou. Mas, além disso, saiu com um prémio de 420 mil euros correspondente a 2018.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ora, em 2018, Fernando Pinto foi administrador um mês.

A que título é que Fernando Pinto recebe uma minimização de 420 mil euros por um ano em que não trabalhou?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A Sra. Deputada fez muitas perguntas, farei o meu melhor para me lembrar de todas.

Em relação aos acontecimentos antes da nossa entrada em funções, em junho de 2021, não lhe consigo dizer muito, não foi esse o nosso foco de gestão. Na medida em que se tornou relevante, foi pedida uma auditoria, que está em curso — julgo que estará, se não terminada muito perto de terminar —, à empresa EY (Ernst & Young). A Sr.^a Deputada mostrou, numa das últimas audições desta Comissão, a preocupação se viria a tempo desta Comissão, mas eu tenho toda a convicção que virá, de maneira que verá respondidas as suas perguntas.

Em relação à existência de «paraquedas dourados» no passado, se são anteriores ao nosso mandato não os conheço.

Em relação aos mandatos atuais, não tenho conhecimento da existência, embora não conheça o teor dos contratos individuais que foram estabelecidos com as duas únicas administradoras que têm contratos individuais e sei hoje, neste momento, que eles serão inválidos à luz do Estatuto de Gestor Público.

Em relação ao caso do administrador Maximilian Otto Urbahn, há dois documentos relevantes, que foram discutidos no Conselho de Administração no dia 16 de fevereiro deste ano. Um é um longo parecer jurídico sobre o tema, porque, de facto, como disse a minha colega Christine Ourmières-Widener, tem uma complexidade jurídica antes, mas em duas penadas não seria possível ao administrador estabelecer contratos em proveito próprio, ou participar na decisão de uma pré-reforma em direito próprio.

O que a TAP fez imediatamente foi notificar o senhor de que iria suspender os pagamentos, suspender os pagamentos e reservar-se o direito de obter a devolução dos dinheiros pagos, o que implica, antes disso, conseguir a invalidade do contrato. E esse processo está em curso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse que eram dois documentos...

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Um é um documento...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Perdão, dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Obrigado. Um documento é um parecer de 20 páginas em formato jurídico e outro é uma apresentação para executivos e não executivos mais sucinta.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, nós não temos esta ata, já pedimos, não chegou. Se o Dr. Manuel Beja nos puder deixar estes documentos, caso estejam na sua posse, seria muito útil aos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Sim, se o Sr. Dr. Manuel Beja nos puder fazer chegar estes documentos e entregá-los hoje, eles serão distribuídos aos Srs. Deputados. Sendo reservados, eles terão o tratamento que é natural.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Presidente, eu tenho a apresentação em causa completa. Em relação ao parecer, só tenho duas ou três páginas, que foram aquelas que me pareceram mais relevantes.

O Sr. **Presidente**: — Esses elementos são importantes independentemente...

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Mas a minha sugestão é que seja pedida à TAP pelos canais habituais e será entregue pelo nosso departamento jurídico.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza. Muito obrigado, Sr. Doutor.

Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Bruno Aragão.

Faça favor, Sr. Deputado, tem 9 minutos.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Dr. Manuel Beja e faço-lhe já a primeira pergunta.

Qual é para si o ponto zero de todo este processo, isto é, o momento preciso em que sabe que Alexandra Reis está de saída?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, como tive ocasião de responder à Deputada Mariana Mortágua, tenho dificuldade em fazer uma cronologia das coisas que não têm um suporte documental. Não há um suporte documental para esse ponto zero, de maneira que não consigo dar-lhe uma data para esse momento.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Não conseguindo dizer o dia, consegue mais ou menos saber em que altura foi?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Em resposta ao PCP, ainda há pouco, sobre os contratos de gestão, disse que todos os membros do Conselho de Administração estavam conscientes da sua importância e da necessidade de ter que os assinar. Confirma?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Confirmo, sim. Houve conversas informais sobre o tema. Tenho uma convicção elevada de que possa também constar em atas do Conselho de Administração.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Em resposta ao Bloco de Esquerda, a propósito do Estatuto do Gestor Público, diz que, e estou a citar: «Nem eu

nem nenhuma das pessoas envolvidas no processo estava consciente, àquela data, em janeiro, desse processo». Confirma?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Confirmo que não tínhamos consciência das consequências que o Estatuto do Gestor Público teria num processo de saída, tal como foi desenhado pelos assessores jurídicos.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — No final de dezembro, o Conselho de Administração e o Sr. Doutor têm conhecimento da rejeição que a DGTF faz à minuta do contrato de gestão que havia sido enviado. Certo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Presidente, não percebi a que documento é que o Sr. Deputado se refere?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode repetir a pergunta?

A Mesa terá isso em conta, para efeitos do desconto no tempo de que dispõe.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Disse que, no final de dezembro, tinham tido conhecimento do parecer da DGTF, nomeadamente da rejeição ou da objeção à minuta do contrato de gestão que havia sido remetido em setembro.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Como a intervenção principal da IGF nesta Comissão foi posterior, perdi-me no ano.

Está a falar de dezembro de 2021. Não sei se foi dezembro, julgo que até foi antes de dezembro, mas pode ter sido em novembro, que tivemos conhecimento de um documento, mas julgo que o parecer não era apenso. Não sei se não é o parecer da IGF. Acho que era o parecer da IGF que não estava apenso. Aliás, fizemos chegar isso, depois, aos ministros da tutela.

Portanto, o documento que recebemos, que era uma... — estou a falar de memória e espero não me enganar, mas o Sr. Deputado terá acesso à documentação —, repito, o documento que recebemos da DGTF fazia referência a um parecer da IGF que não veio anexo. De maneira que julgo que nunca recebemos o parecer da IGF a que se está a referir.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ainda assim, houve diligências da parte do Conselho de Administração em resposta a essa questão, certo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Há, sim, suportadas também por juristas.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Esses juristas são...?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Naquele caso, em particular, os juristas que assessoraram a TAP nesses termos de governança foram os da Linklaters.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, foi pedido à Linklaters um parecer, confirma?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A resposta que foi dada e a segunda vez em que insistimos na necessidade de estabelecer os contratos de gestão, que foi ainda em dezembro de 2021, foi preparada com o auxílio da Linklaters.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Esse pedido de parecer tinha uma questão muito concreta que preocupava os diferentes administradores do Conselho de Administração, certo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O Sr. Deputado pode ajudar-me e referir qual é que julga ser essa questão?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Essa é a pergunta que lhe faço.

Quando fazem o pedido parecer, havia uma questão que preocupava particularmente os membros do Conselho de Administração. Qual era essa questão?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Há uma preocupação com o estabelecimento dos contratos de gestão, há uma preocupação com a proteção jurídica dos administradores, como já foi discutido com o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ou seja, uma questão relativa à cláusula de risco que tinha sido incluída na minuta dos contratos de gestão.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não havia minuta dos contratos de gestão, Sr. Deputado. Havia uma proposta da TAP para, na celebração dos contratos de gestão, incluir determinados articulados, sem prejuízo de todos eles.

Lembro também que, a essa data, não estava ainda publicada a legislação, que foi publicada no dia 21 de dezembro de 2021, que especificava, que detalhava, a forma de estabelecer contratos de gestão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Não utilizarei a expressão «minuta», mas proposta. É indiferente.

Pergunto: teve conhecimento e leu esse parecer da Linklaters?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Obviamente que sim, na medida em que conduzi o processo pela TAP.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Esse parecer foi enviado para a tutela com conhecimento de todos os administradores, porque todos estavam envolvidos e porque todos tinham essa preocupação, certo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Na minha prática, tentei, sempre que pertinente — o que achei quase sempre —, dar informação a todos os meus colegas das ações que tomava.

Este caso, indiferentemente de ser um tema que tocava todos os administradores, era um tema que deveria ser reportado a todos os meus colegas. Não tenho memória de o ter feito, mas será muito coerente com a minha prática.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Esse parecer foi enviado a todos os administradores, fazendo referência a isso, no dia 12 de janeiro.

Tem o parecer consigo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, não tenho, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, posso ler o ponto 2.5 desse parecer, sem que isso desconte o tempo de que disponho para as minhas questões?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é uma pergunta.

Risos.

O Sr. Deputado está a usar um elemento que a Comissão conhece e, por essa razão, penso que não faz sentido estar a ler aqui um documento. Pode fazer uma referência ao documento e poderemos tratar dessa forma.

Sr. Deputado, o documento é muito longo? Não quer antes optar por distribuir o documento por todos os Srs. Deputados?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Eu leio, Sr. Presidente.

O ponto 2.5 desse parecer diz que — para utilizar a sua expressão —, «obviamente», leu, o seguinte: «Consequentemente, o regime jurídico do setor público empresarial é aplicável a essas sociedades e o Estatuto do Gestor Público é aplicável aos membros do Conselho de Administração». Certo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Confio no Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — O ponto 6.2 desse parecer transcreve como justificação para a necessidade dessa cláusula de risco para os membros da entidade, fazendo referência específica, como argumentação, ao artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público, entre os quais, ao n.º 4, que diz: «Os contratos de gestão não podem estabelecer regimes específicos de indemnização ou qualquer outro tipo de compensação por cessação de funções, nem contrariar o fixado no artigo 26.º», que é o artigo referente à demissão por mera conveniência. Certo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Eu gostaria de ver o parecer na totalidade para poder analisá-lo.

Em qualquer dos casos, não me parece que seja uma discussão jurídica para a qual esteja capacitado.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado pode prosseguir, se assim o entender.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Sr. Doutor, a questão não é jurídica. O Sr. Doutor pediu um parecer em resposta a uma dificuldade que os membros do Conselho de Administração sentiam.

Essa resposta é o parecer da Linklaters, que o senhor «obviamente leu», e esse parecer é taxativo nestas duas expressões ou duas frases que eu aqui tive oportunidade de ler.

Portanto, no dia 12 de janeiro de 2022, quando corre o processo de Alexandra Reis, a TAP tinha informação que vinculava o Estatuto do Gestor Público e que era clara sobre indemnizações e compensações por caducidade de contrato, ou, neste caso também, pela demissão por mera conveniência. Certo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, é hoje evidente que o Estatuto do Gestor Público se aplicava. É também evidente que todos os envolvidos no processo — duas sociedades de advogados de renome, todos os gestores envolvidos — não tiveram consciência de que o Estatuto do Gestor Público se aplicava. É ainda conhecido que, no dia 25 ou 26 de dezembro, foi publicamente dito por um professor catedrático de Direito que a indemnização de Alexandra Reis poderia ser de 1,5 milhões de euros.

Imputar-nos a responsabilidade de conhecer e analisar toda a legislação aplicável é pouco razoável.

Nesse processo, o que a Presidente da Comissão Executiva fez, e bem, foi contratar as sociedades de advogados de primeira linha para a assessorarem nesse processo. Um gestor não é especialista em todos os temas, menos ainda em Direito.

Mesmo neste momento, as circunstâncias legais associadas à saída da Administradora Alexandra Reis estão em causa.

Há uma opinião da IGF, mas a opinião da IGF não faz a lei. Muitos aspetos da opinião da IGF podem ser questionados.

De maneira que o caminho que está a seguir, tentando assumir que eu próprio ou a Presidente da Comissão Executiva deveríamos ter indicado — contra o parecer dos advogados, contra a opinião de juristas que existiriam nos ministérios — que aquela informação jurídica era errada, parece-me... não encontro o adjetivo certo para utilizar, mas não me parece razoável, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Doutor, eu não vou fazer considerações sobre como deve considerar. A minha questão aqui é factual.

Portanto, a evidência não tem que ver com o que, entretanto, aconteceu com a IGF, tem que ver com um parecer que o Conselho de Administração, que a TAP, solicita para uma resposta concreta. Esse parecer baseia-se no Estatuto do Gestor Público e, ao basear-se nesse estatuto, especifica, concretamente, os artigos 18.º e 26.º, que estão diretamente relacionados com o processo que dá origem a estas dificuldades com Alexandra Reis. Este parecer é enviado e lido — deduzo eu, e também pela sua afirmação — em janeiro, o mês em que discutimos todo esse processo.

Por conseguinte, não tenho mais nenhuma questão, mas queria deixar essa questão muito clara.

Pergunto-lhe só o seguinte: para quem é que enviou este parecer e com quem é que o partilhou?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não sei a resposta à sua pergunta, mas, reportando-me à prática habitual do que faria, diria que terei enviado para os meus colegas no Conselho de Administração.

Repare que o parecer que refere não é sobre a saída de administradores. Não era esse o tema central no tema.

Adicionalmente, o parecer que eu acabei de referir, por exemplo, é um parecer de 20 páginas que eu, não sendo jurista, mesmo que o leia quatro vezes, não me vou lembrar dele passados dois meses, com todas as coisas que eram laterais ao próprio parecer.

De maneira que, não sendo eu especialista em Direito, não sendo eu especialista no Estatuto de Gestor Público, assumir que era a minha responsabilidade, depois de duas sociedades de advogados, de equipas do ministério e de várias pessoas especializadas no tema terem redigido a solução jurídica encontrada, não me parece, volto a dizer, razoável.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Concluo que, nesse mês, o mês de janeiro de 2022, a TAP tem um parecer e discute questões relacionadas com o Estatuto do Gestor Público e que, nesse parecer, há uma dimensão concreta sobre as indemnizações por caducidade ou por rescisão, enfim, esse conjunto de matérias.

Assim, avanço para o que realmente me importa.

A CEO da TAP colocou o seu ponto zero no dia 4 de janeiro — este parecer que referi é do dia 12 — e tudo termina a 4 de fevereiro, como sabemos. A pergunta que lhe faço é: quem é que o informou de todo este processo e da saída da Eng.^a Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — As únicas duas pessoas com quem tive contacto sobre o processo, até ao dia 4 de fevereiro — altura em que fiz o telefonema ao Secretário de Estado, Hugo Mendes —, foram: a própria Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières, e Alexandra Reis.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Qual é o primeiro dia de que se recorda de ter conhecimento e informação da saída da Sr.^a Engenheira?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O primeiro registo que tenho de informação, e, logo, o primeiro que posso datar, é o dia 25 de janeiro, em que tenho uma mensagem com um teor parecido com: «Manuel, já tive a conversa com a Alexandra», ao que eu respondo, «Muito obrigado pela sua mensagem».

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — O dia 25 é o ponto zero da Eng.^a Alexandra Reis e, portanto, é o dia que inicia todo o processo.

Há a conversa com a Eng.^a Alexandra Reis, o Presidente do Conselho de Administração é informado; naturalmente, Alexandra Reis é informada, e o processo inicia-se a partir daí e termina a dia 4. Portanto, estamos a falar de um intervalo de 10 dias.

Diz-me que não?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, Sr. Deputado.

O facto de eu não identificar o ponto zero não quer dizer que o ponto zero seja o dia 25 de janeiro. O que eu lhe disse foi que o dia 25 de janeiro era o primeiro dia em que eu tinha um registo que pudesse ser datado.

Obviamente que as dissensões que são referidas são anteriores. Por exemplo, do dia 7 de dezembro há uma ata do Conselho de Administração em que quatro administradores se abstêm, dois votam contra e quatro votam a favor. Este é um momento em que esse processo já está em curso ou, pelo menos, já está a germinar.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Quem coloca o ponto zero a dia 25 é a Eng.^a Alexandra Reis; foi o que eu disse.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Ah, perdão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ou seja, no dia 25 todos têm conhecimento e o processo inicia-se. Termina no dia 4, tem um fim de semana no meio, são 10 dias.

E a pergunta que lhe faço é: isto era um processo que tinha caráter de urgência?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Do que me foi dado conhecimento do processo, o ritmo foi imposto pelas duas partes.

Havia, por parte da Presidente da Comissão Executiva, uma vontade de resolver a situação com rapidez. Nesse período, entre 25 de janeiro e 4 de fevereiro, se bem se lembra, Sr. Deputado — acho que, provavelmente, lembrar-se-á —, aconteceram eleições legislativas, no dia 31 de janeiro.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Lembro-me perfeitamente, porque era candidato, mas a TAP não estava no processo eleitoral...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Ai não que não estava!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — ... e, portanto, é uma informação que não é muito relevante.

No dia 25, às 18 horas e 2 minutos, a CEO da TAP enviou uma mensagem pelo WhatsApp à SRS, a sociedade de advogados que apoiou o processo.

Na informação que nos trouxe, escreveu apenas: «A Eng.^a Alexandra Reis informou-me que iria contratar um advogado.» Neste momento, sabemos que a mensagem dizia bastante mais do que isso, e a mensagem era:

«Alexandra ligou-me, indicará um advogado, quer ser tratada como qualquer outro colaborador que deixou a companhia.»

Teve conhecimento desta mensagem?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não tive, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Entre o dia 25 e o dia 3 de janeiro, teve algum contacto com a CEO sobre este processo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Entre o dia 25 de janeiro e o dia 3 de fevereiro? Terei tido, nós reuníamos com alguma frequência. Lembro-me de a Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières, me ter referido «A proposta inicial é muito elevada, 1 milhão e meio de euros.» Lembro-me de que, passados uns dias, disse qualquer coisa como: «A coisa está a convergir.» Mas o tipo de *report* em relação ao tema era bastante sucinto.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E não teve curiosidade em saber, mais concretamente, o que é que estava a acontecer num processo que era, como disse, importante na gestão e na *governance*?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, esse processo era um processo que não devia acontecer. E, desse ponto de vista, a única ação útil que eu poderia ter era convencer o acionista a tomar a decisão sensata de não permitir a saída, de não decidir a saída da Administradora Alexandra Reis.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — O dia 2 foi central neste processo, porque é o dia em que temos, enfim, a mensagem que todos conhecemos, às 18 horas e 15 minutos, do Secretário de Estado: «*Please close everything.*»

Teve conhecimento desta autorização neste dia? Foi informado?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, não tive, Sr. Deputado.

A única mensagem que recebi nesse dia foi mais tarde do que isso, talvez às 9 horas da noite — posso confirmar se for importante —, da Administradora Alexandra Reis, dizendo-me: «Há uma possibilidade de os aspetos principais do acordo estarem fechados.»

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Na sua apresentação, a CEO da TAP colocou expressamente este dia como o dia em que o informa sobre isto. Confirma?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não me informou por mensagem, que era um canal que usávamos com muita frequência. Não me lembro de nos termos encontrado nesse dia. Não posso confirmar nem infirmar.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, não temos como confirmar aquela informação que a CEO nos trouxe?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Só podemos recorrer à memória e, passados 14 meses, tenho alguma dificuldade em ser mais preciso do que isto, Sr. Deputado. Não é por falta de dedicação e boa-vontade, como deve calcular.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — A confirmação do Secretário de Estado, «*Please close everything*» é às 18 horas e 15 minutos. Deduzo que não tenha conhecimento do que antecede esta mensagem, esta confirmação.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não só não tenho conhecimento do que antecede, como não tenho conhecimento dessa mensagem.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Às 17 horas e 5 minutos, portanto, pouco mais de uma hora antes, a CEO envia um contrato fechado, pronto, ao Secretário de Estado — por *e-mail*, portanto, num canal formal — e escreve assim: «*Please find below the final agreement that I would recommend.*» «Por favor, encontre em anexo o acordo que eu recomendo.»

Teve conhecimento desta recomendação?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não tive conhecimento dessa recomendação e, como julgo que disse na minha intervenção inicial, a primeira vez que vi o acordo foi no dia 4 de fevereiro, às 8 horas e 36 minutos.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Às 8 horas e 35 minutos, mais precisamente.

Há uma mensagem da CEO para o CFO às 14 horas 38 minutos desse dia, horas antes de recomendar o contrato ao Governo e horas antes da autorização do Governo, que diz: «Fechámos com Alexandra.»

Alguma vez falou com o CEO sobre este assunto?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Assumo que o Sr. Deputado queira perguntar se falei com o administrador com o pelouro financeiro, o CFO, certo?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sim.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Nunca falei com o administrador do pelouro financeiro, Gonçalo Pires, sobre este tema, até dia 4 de fevereiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria só alertá-lo para o facto de o seu tempo estar praticamente a esgotar-se.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente. Terminarei a minha intervenção com esta questão, e depois continuamos na segunda ronda.

Portanto, o CFO sabe às 14 horas 38 minutos, primeiro do que o Governo, a quem é enviado o contrato com uma recomendação para assinatura às 17 horas e 5 minutos, antes de saber da autorização que o próprio Governo dá, e muito antes da informação que lhe é transmitida, só no dia 4 — que é o derradeiro dia, de que depois falaremos na segunda ronda, certo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Parece-me uma conclusão daquilo que acabou de construir.

O Sr. **Presidente**: — Está concluída esta intervenção do Grupo Parlamentar do PS.

Passamos agora ao Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, tem a palavra, durante 9 minutos. Faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, o Dr. Manuel Beja e o Dr. Nuno Lousa, que o acompanha.

Antes de mais, gostaria de lhe perguntar se teve conhecimento de um *e-mail* enviado por Alexandra Reis à tutela setorial, a 29 de dezembro, colocando o seu lugar à disposição, se esse fosse o entendimento da tutela, sem receber nenhuma indemnização.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A sua pergunta tem um nível de detalhe que eu não consigo acompanhar.

A própria Administradora Alexandra Reis deu-me nota de ter feito uma comunicação — não conhecia o canal — à tutela.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E em que data é que ela deu essa indicação?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Acho que foi ainda no mês de dezembro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, seria uma comunicação contemporânea do envio desse *e-mail*?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Possivelmente.

Há uma mensagem da Administradora Alexandra Reis para mim, ainda de dezembro — dos últimos dias de dezembro —, dando nota de que não tinha recebido resposta a essa iniciativa, chamemos-lhe assim.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E explicou-lhe o conteúdo dessa missiva?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Em linhas gerais.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pedro Nuno Santos reuniu, em 4 de janeiro, com a CEO, numa reunião de Teams, salvo erro. Em 12 de janeiro, há um *e-mail* seu a João Leão e Pedro Nuno Santos, em que anexa também o parecer da Linklaters, já hoje aqui tão citado, e no dia 12 de janeiro, Pedro Nuno Santos sabe que Alexandra Reis já tinha colocado o lugar à disposição

— portanto, sabia perfeitamente que o Estatuto do Gestor Público se aplicava.

Podemos fazer esta linha do tempo perfeitamente? Portanto, Pedro Nuno Santos sabia que o Estatuto do Gestor Público se aplicava, porque, quando mais não seja, tinha o parecer da Linklaters?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, no parecer da IGF, na declaração final, algo que é surpreendente é que há uma cobertura que é dada aos membros do Governo, dizendo que o seguimento das indicações dos advogados é adequado para os membros do Governo e que os desresponsabiliza — simplificando bastante —, mas que isso não se aplica aos signatários do acordo em nome da TAP, nomeadamente a Presidente Christine Ourmières e eu próprio.

Da mesma forma que eu não consigo assumir que eu próprio ganhei, subitamente, um conhecimento detalhado sobre o Estatuto do Gestor Público pelo facto de, coincidentemente, haver uma missiva de várias páginas em que o Estatuto do Gestor Público é referido, também não acredito que o Ministro das Infraestruturas tivesse essa obrigação. Não estabeleço um padrão mais elevado para o Ministro das Infraestruturas do que estabeleço para mim próprio.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Começou a sua intervenção de forma muito forte e assertiva.

Disse que há uma decisão política e partidária quanto à sua demissão, falou em ingerência e que «a tutela perdeu o norte; de interferência, passamos a uma situação de controlo». E disse também que Pedro Nuno Santos não respondeu às quatro tentativas de contacto.

Será que conseguimos fazer aqui um exercício — eu sei que já foi tentado antes — de tentar definir, na linha do tempo, onde é que estes quatro momentos ocorreram?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Ó Sr. Deputado, foram provavelmente em janeiro, provavelmente na segunda metade de janeiro. Não sei se começaram a 15, não sei se começaram a 10, não sei se começaram a 18, mas a partir do momento em que eu senti que havia uma possibilidade de esta via ser a via de resolução, e que não havia resultados da diplomacia que tentei estabelecer para conseguir garantir que continuávamos a contar com o contributo de ambas as administradoras, fiquei apreensivo e a tentar exercer a minha influência para perceber exatamente o que se estava a passar.

Por exemplo, como já referi também, eu não tive consciência da reunião de 4 de janeiro, da reunião de 12 de janeiro.

Ou seja, eu só soube de todos estes contactos em dezembro deste ano, perdão, quando foram aqui discutidos e apresentados pelos Srs. Deputados, de maneira que tentei, à medida que achei pertinente e de alguma forma aumentando o tom, alertar para a importância e para a autoridade que seria falar com o Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estes factos são muito importantes para percebermos também o papel de cada um.

Disse que João Galamba lhe comunicou o seu despedimento numa conversa telefónica antes da conferência de imprensa. Quanto tempo é que demorou essa conversa e qual foi o seu conteúdo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A conversa foi curta. O Ministro João Galamba telefonou-me, eu não pude atender, devolvi a chamada passados, talvez, 20 minutos. Estava num local público, até, mas consegui privacidade.

E o Ministro João Galamba terá dito que, perante o relatório final da IGF, a decisão do Governo seria destituir-me, a mim e à Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières, e que isso seria anunciado numa conferência de imprensa às três da tarde ou às quatro da tarde, bastante antes do que aconteceu.

É do que me recordo dessa conversa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E não reagiu a esse anúncio?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Da mesma forma que, quando tive a conversa no dia 4 de fevereiro com o Secretário de Estado, Hugo Mendes, em que ele confirmou a decisão do Governo de aceitar a saída de Alexandra Reis, também achei que, nesta situação, a decisão estava tomada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para continuar a perguntar.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — E de alguma forma...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sim, terminei, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Como é que avalia o relatório da IGF?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A avaliação do relatório da IGF deve ser feita por juristas e não me parece que haja muitos comentários que eu possa fazer sobre o relatório da IGF.

Comentei a minha surpresa pela bitola que é autorizada para os governantes não ser a bitola que é autorizada para os administradores, e não me parece que haja mais comentários a fazer.

A IGF fez um trabalho exaustivo e fez um parecer jurídico. É importante, também, dizer que as opiniões da IGF não têm força de lei, como é público; embora desde o início do processo, o Ministro das Finanças, Fernando Medina, e o próprio Primeiro-Ministro quisessem colocar a IGF como o decisor neste processo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Considera que houve uma decisão política para empurrar para a IGF uma conclusão que era conveniente à decisão política?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, Sr. Deputado, não sou comentador.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estava a tentar interpretar as suas palavras, não me interprete mal.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Peço desculpa, tenho muita dificuldade em analisar intenções. Os procedimentos foram os que o Governo entendeu fazer, no seu exercício de ação acionista, e recorreu-se das instituições que tem, no âmbito do Governo e da dependência direta do Ministério das Finanças, para fazer as averiguações que entendeu.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A CEO disse, aqui, que o *chairman* e o CFO tinham conhecimento da saída de Alexandra Reis, desde o início. Inclusivamente, há vários *e-mails* sobre como é que deveria ser a estrutura da Comissão Executiva. Como é que reage a essas declarações?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não sei a data dessas discussões. Em determinado momento, quando a discussão da estrutura da Comissão Executiva é colocada no mesmo plano e no mesmo momento da saída de Alexandra Reis da Administração, eu questiono o que é que motiva o quê, ou até que ponto é que há uma possibilidade da estrutura que foi proposta ser aquela que asseguraria a saída de Alexandra Reis, e não o contrário. Mas é um problema de ouvir a linha a que não consigo responder.

Em qualquer dos casos, algumas mudanças, como o esvaziamento de funções da Administradora Alexandra Reis, foi anterior. Se não me falha a memória, a passagem da responsabilidade da frota de aviões da Administradora Alexandra Reis, que tinha o pelouro de *Chief Corporate Officer* (CCO), para o administrador com o pelouro financeiro, foi anterior a essas mudanças.

Uma das mudanças que estava a ser proposta era a mudança das compras, o que me preocupou bastante, porque a Administradora Alexandra Reis tinha feito um excelente trabalho como diretora, a montar o processo de compras.

O processo de compras, numa empresa como a TAP, é extremamente importante porque, felizmente, a TAP compra muito. Dessa forma, tem um impacto também grande na economia, sendo que esse processo tem de ser o mais profissional possível.

Não é que o profissionalismo se tornasse reduzido com a mudança de pelouros, mas não me pareceu desejável que as compras e a área financeira, como um todo, dependessem do mesmo administrador.

Respondi-lhe, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Respondeu, sim, obrigado.

A partir do momento em que não tem respostas da tutela setorial, nunca procurou o Ministério das Finanças para abordar a questão de Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, Sr. Deputado. Será útil que repita as razões que apresentei à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua?

Deixe-me ser sistemático, por favor: no momento em que fui convidado, em junho de 2021, a nomeação de todos os administradores, excetuando o administrador com o pelouro financeiro, foi feita pelo Ministério das Infraestruturas. Ainda discuti com o Ministro Pedro Nuno Santos, na altura, alguns nomes, os últimos nomes que entraram no Conselho de Administração.

A TAP recebeu instruções para se articular exclusivamente com o Ministério das Infraestruturas. O facto de a nomeação ser uma responsabilidade da tutela setorial está confirmado nas declarações do Ministro Fernando Medina, nesta Casa, em janeiro de 2023.

Se fosse necessário fazer a articulação entre as duas tutelas, tal deveria ser feito entre as duas, dado que não pode ser pedido ao Presidente do Conselho de Administração que articule entre dois altos responsáveis governamentais.

Claramente, se a tutela setorial entendesse que a instrução tinha de ser confirmada, ou que necessitava da concordância da tutela financeira, tê-la-ia pedido.

Por estes motivos, não fiz qualquer comunicação com o Secretário de Estado das Infraestruturas, que seria o meu principal interlocutor no Ministério das Finanças, e que estava, como seria de fácil interpretação, também de saída de funções, pois estava, ainda, num governo de gestão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Era fácil falar com o Ministério de João Leão?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Era um desafio possível. O Secretário de Estado do Tesouro, Miguel Cruz, era geralmente acessível. Quando as coisas eram, de facto, importantes, era possível chegar à fala com o Secretário de Estado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em 23 de julho de 2021 escreve uma mensagem a Hugo Mendes, dizendo: «Ajude-nos, por favor, a mover as Finanças». Em 29 de setembro de 2021, escreve a Pedro Nuno Santos, dizendo: «Foco no João Leão, agora, para comunicarmos bem e minimizar danos. Que haja fumo branco depressa.»

Pode explicar-nos o contexto destas mensagens e o seu quase desespero? Pelo menos é isso que eu depreendo, destas palavras.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O problema de mensagens escritas é que não têm tom.

Em relação à primeira, não, não me recordo. Se for, de facto, muito importante, posso verificar qual era o contexto. Disse 23 de julho?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — 23 de julho e 29 de setembro.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Em relação à de 23 de julho, não tenho memória. Em relação à de 29 de setembro, tenho uma memória muito clara: o administrador com o pelouro financeiro, selecionado pelas Finanças, nomeado pelas Finanças, o único que foi nomeado pelas Finanças — João Weber Gameiro —, entendeu entregar a sua renúncia.

Para a Presidente da Comissão Executiva e para mim foi claro que era indispensável para a reputação da TAP, para a confiança dos investidores, apresentar uma solução rápida de substituição, e que não seria desejável apresentar informação sobre a saída desse administrador ao mercado sem que houvesse um substituto nomeado.

Ora, a responsabilidade da nomeação do administrador com o pelouro financeiro executivo, e exclusivamente este — bem como, do meu ponto de vista, a de destituição —, é da responsabilidade das Finanças.

Desse ponto de vista, a solução sobre a qual a Presidente da Comissão Executiva e eu próprio concordámos foi sugerir o nome do Administrador não-executivo Gonçalo Pires, que era, de alguma forma, o administrador financeiro-sombra para essa função, de forma interina. Foi preciso algum convencimento do Secretário de Estado Miguel Cruz, não para aceitar esse nome, mas para perceber a urgência do tema. O Secretário de Estado Miguel Cruz entrevistou o administrador em causa, e esse processo foi facilitado por mim, tive várias conversas com ele nesse sentido e, no dia 28, julgo que até mandei uma mensagem ao Ministro João Leão, pedindo a sua atenção para este tema. O Sr. Deputado confirma?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Muito obrigado, obrigado pela sua ajuda.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Porque é que Miguel Cruz não queria anunciar publicamente o nome de Gonçalo Pires?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não consigo pensar em intenções e não tenho, de todo, a perceção que fosse por não querer anunciar o nome de

Gonçalo Pires. Foi mais por ter de tomar naquele momento uma decisão e anunciar o nome nesse momento.

Ou seja, num primeiro momento houve uma vontade de levar mais tempo a tomar uma decisão, que, aliás, é uma atitude habitual nas Finanças. No caso específico dessa situação, conseguimos... convencê-lo — acho que esta é a melhor expressão que encontro — do impacto negativo para a TAP de não haver diretor financeiro, num momento tão crítico da vida da TAP, em que o plano de reestruturação ainda não estava aprovado.

Portanto, acho que não houve nenhuma objeção particular ao nome do Administrador Gonçalo Pires, que se tem revelado um bom administrador financeiro para a TAP. Houve, sim, alguma dúvida sobre o momento da decisão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em 22 de julho de 2021, portanto, pouco tempo depois de estar em funções na TAP, também enviou uma mensagem a Hugo Mendes, dizendo: «Vamos avançar, se lhe parecer bem, com pedidos de audiência para outros membros do Governo, Primeiro-Ministro e Ministro da Economia, pelo menos. A Marta, da equipa do Ministério das Infraestruturas, pediu que fizéssemos o primeiro rapidamente. aguardo o retorno. Obrigado.»

Precisava deste tipo de autorizações para interagir com outros membros do Governo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não considero autorizações, achei que era uma cortesia. Ou seja, nunca me coibi de reunir com quem quer que fosse por indicação ou falta de indicação da tutela setorial, mas, nesse caso, pareceu-me cordial dar conhecimento das ações que estava a tomar. Também dei conhecimento da audiência que pedi ao Presidente da República, que foi prontamente respondida. Dei conhecimento da audiência que pedi ao

Primeiro-Ministro, que nunca foi respondida. Fiz, de alguma forma, esta cortesia, de dar nota disso ao membro do Governo com quem me coordenava com mais frequência.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tinha conhecimento de eventuais dificuldades de comunicação entre Pedro Nuno Santos e João Leão?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Digamos que sentíamos que a relação não era fácil.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E percebia os motivos?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, nunca percebi. Mas, repare, despersonalizando, a relação entre as Finanças e todos os outros ministérios é difícil, naturalmente e tradicionalmente difícil, sem qualquer valoração, pois o papel das Finanças é um papel difícil. Isto é uma realidade da vida política de qualquer democracia: os CFO e os ministros das Finanças têm sempre uma vida difícil e têm, muitas vezes, relações tensas com as tutelas setoriais.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Existiu alguma mudança no padrão de conduta das Finanças, de João Leão para Fernando Medina, quanto aos tempos de resposta à TAP, em face das necessidades da TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não sei se estou a entrar em alguma subjetividade, em algum dos comentários. Julgo que as relações entre ministros melhoraram, e as coisas que tinham de ser resolvidas a nível dos ministros também melhoraram.

As relações entre secretários de Estado pioraram. O Miguel Cruz era um Secretário de Estado extremamente presente, interventivo, com alguns tratos diretivos. Foi essencial na aprovação do plano de reestruturação e dedicou-se. Conhecia a TAP com muita profundidade. Julgo que a nível dos secretários de Estado, que é o nível mais operacional, as coisas se terão tornado menos ágeis.

No entanto, a falta de agilidade do Ministério das Finanças — que, para mim, é uma das aprendizagens que fiz e que levaram a tornar-me um bocadinho mais descrente em relação ao setor empresarial do Estado, com muita pena minha, porque acredito na importância do setor empresarial do Estado, em geral — está relacionada com aspetos que acho que são mais estruturais. Acho que são, de alguma forma, culturais, por um lado, mas, por outro lado, são também legislativas. Ou seja, olhando para o tema do ponto de vista de sistema humano e de sistema organizacional, acho que a questão é mais profunda do que apenas as pessoas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Podia esclarecer melhor os oito meses que estive à espera de uma reunião com Fernando Medina?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, não posso, acho que só o Ministro Fernando Medina poderá esclarecer. Voltei a fazer um pedido, se não me engano, a 29 de dezembro, e a única vez que falei com o Ministro Fernando Medina foi no dia 10 de janeiro, por iniciativa do gabinete do Ministro João Galamba, e em conjunto com este.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas, em dezembro, conseguiu falar com Alexandra Reis, Secretária de Estado?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Muito rapidamente. Tive uma primeira reunião com ela, de cortesia, informal, e, dois dias depois, tivemos uma reunião de trabalho, com uma vasta equipa do lado da Ministério das Finanças, e com uma equipa mais reduzida por parte da TAP, para resolver ou para tentar avançar com temas que estavam à espera de resposta por parte das Finanças há largos meses.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, no Governo, Alexandra Reis era quem ia ficar com a pasta da TAP nas Finanças?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não chegámos a ter uma resposta cabal a isso. No momento em que tive a primeira reunião informal julgo que isso ainda estava em dúvida. Dois dias depois pareceu claro, de tal forma que a Secretária de Estado Alexandra Reis aceitou a reunir connosco para tratar de temas da TAP. Mas, num primeiro momento, houve algumas dúvidas sobre se se manteria com o Secretário de Estado João Nuno Mendes, que, entretanto, tinha passado para as Finanças, ou se ficaria com a Secretária de Estado do Tesouro Alexandra Reis.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Inclusivamente, chega a enviar a Alexandra Reis mensagens em que pergunta, relativamente à segunda reunião, se deveriam fazer uma reunião mais técnica, onde era dispensada a sua presença, ou se também era importante a sua presença.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Exatamente, ao que a Secretária de Estado Alexandra Reis me respondeu: «Esse tema é o tema *chairman*, não é?», ao que eu disse «sim, claro sim, lá estarei». E também disse que era imprescindível ter o administrador financeiro, Gonçalo Pires.

As pessoas que estiveram nessa reunião foi o meu colega da Administração e os meus colegas das áreas financeira e legal, Renato Inácio e Manuel Simões.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E de que temas trataram nessa reunião?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Essencialmente, os temas constam de um *e-mail* meu para o Ministro João Galamba, de 30 dias depois. Tinham, essencialmente, em linhas muito gerais, que ver com um aumento de capital na TAP Manutenção & Engenharia Brasil e com a realização de uma assembleia geral que era necessária, e que também já foi referida nas respostas ao Sr. Deputado Bruno Dias, relativamente à compra dos ativos da TAP SGPS pela TAP S.A.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, como entraram em tantos detalhes sobre a TAP, era evidente, pelo menos na segunda reunião, que Alexandra Reis teria um papel importante nas Finanças sobre os assuntos da TAP.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sim, naquele momento, pareceu-me que já estava assumido que a tutela de todas as empresas do setor empresarial do Estado não financeiro ficaria sob a responsabilidade da Secretária de Estado Alexandra Reis.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Nesta relação com o Estado, disse, a determinada altura, que passámos de uma situação de interferência para uma situação de controlo, e, inclusivamente, disse que os ministérios

participavam na elaboração dos comunicados que a TAP tinha de emitir. Pelo menos foi isso que percebi.

Num dos comunicados onde nós sabemos que houve interferência de um dos ministérios foi o comunicado que explicava a situação de Alexandra Reis. Existiram outros comunicados ou outras interferências dessa natureza?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O que escrevi na minha declaração inicial, se o Sr. Deputado me permitir a precisão, foi que passámos de uma situação de não ingerência, de uma intenção de respeito pelas responsabilidades de cada órgão — para o princípio de distanciamento, se quiser —, para uma prática de controlo.

Em relação aos comunicados de imprensa, essa é uma responsabilidade da Comissão Executiva, de maneira que raramente me envolvi nesse tipo de temas. Envolvi-me, claramente, no caso da Administradora Alexandra Reis, porque me pareceu que era importante naquele momento validar ao detalhe, e fiz um trabalho que é pouco típico do Presidente do Conselho de Administração, que foi validar cada declaração que estávamos a fazer, pedir a sustentação e pedir a documentação para cada linha que estava a ser escrita, mas, em geral, a percepção que eu tinha, não como participante direto nesse processo, das descrições que ouvia dos meus colegas da Comissão Executiva, é que havia uma validação, em alguns casos, de comunicados de imprensa, em temas que tinham um impacto mediático maior ou em temas como a apresentação de contas. Não havia, propriamente, uma coredação.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ainda sobre essa interferência, a polémica situação das viaturas. Portanto, a TAP ia comprar, ou, pelo menos, ter um *renting* de viaturas, cancelou esse *renting* e deu um determinado valor

aos colaboradores que tinham direito a essas viaturas para utilizarem na Uber ou em serviços semelhantes.

Esta contratação do *renting* dos carros foi impedida pelo Ministério das Infraestruturas?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Tanto quanto é do meu conhecimento foi revertida por instrução do Secretário de Estado Hugo Mendes.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O tal controlo a que se referia?

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra para responder, se assim o entender.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É um exemplo do controlo a que se referia?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não entendo isso como uma pergunta, mas é um exemplo de uma participação do ministério numa ação de gestão — sem prejuízo agora do conteúdo da ação — corriqueira da Comissão Executiva. Dados os valores que estavam em causa, isso nunca seria um tema para ir a Conselho de Administração. Obviamente que perante o impacto mediático que teve e os danos reputacionais que teve para a TAP, os administradores não-executivos intervieram no tema, mas até àquele momento era uma decisão de gestão completamente corriqueira.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Recordar-se de outras situações parecidas com essa das viaturas, em que também tenha havido essa interferência?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, a maior parte do contacto corriqueiro sobre a gestão corrente era feito diretamente entre a Comissão Executiva e os membros do Governo, de maneira que, desse ponto de vista, qualquer testemunho que eu possa dar sobre esses temas é em segunda voz. Digamos que havia, do meu ponto de vista, uma perceção de que essa presença do Governo em alguns casos seria benéfica e justificada, mas em muitos casos seria um extravasar de competências e seria uma vontade bem-intencionada, claramente bem-intencionada. Porque, repare, acho muito importante também dizer isto, o empenho político posto em todos os momentos, não só no primeiro, mas também ao longo de todo o mandato, pela equipa do Ministério das Infraestruturas, em particular pelo Ministro Pedro Nuno Santos e também pelo Secretário de Estado Hugo Mendes foi enorme. A dedicação, a vontade de fazer acontecer, a vontade de resolver, a salvação da TAP, politicamente, indiferentemente de alguns grupos parlamentares discordarem dela, foi conseguida por estes dois governantes, não tenho qualquer tipo de dúvida em relação a isso. Mas o âmbito da sua intervenção, do ponto de vista do respeito pela divisão de responsabilidade entre os vários órgãos, em alguns casos foi excessivo; em alguns casos, também, para domar alguma insensibilidade ou alguma falta de bom-senso em relação a decisões, como, por exemplo, a dos carros.

O facto de a interrupção feita pelo Secretário de Estado Hugo Mendes ser correta não quer dizer que o ato não seja da sua competência e essa decisão deveria ter sido revertida pela própria Comissão Executiva.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tivemos o exemplo, também, da viagem do Presidente da República, foi mais uma interferência; tivemos esta questão das viaturas. No caso das viaturas, o Secretário de Estado Hugo Mendes transmite essa orientação à TAP. Será que o ministro teve conhecimento?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não tenho qualquer elemento para saber disso ou o seu contrário. Não posso comentar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E não se recorda mesmo de mais nenhum exemplo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Poderia tentar ir às atas, mas assim, de forma espontânea, não encontro outros exemplos relevantes, neste momento.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A operação do Brasil: a TAP decidiu descontinuar, fazer o encerramento da operação no Brasil. Havia muitos constrangimentos a este encerramento. Pode explicar-nos um bocadinho este processo, que constrangimentos eram esses?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Essencialmente, acho que era uma questão de coragem de gestão. A decisão, de facto, foi discutida e amplamente discutida, mesmo antes do plano de reestruturação. Depois de muitos anos de tentativa não conseguimos que a TAP M&E Brasil fosse uma operação viável; não conseguimos encontrar compradores, mesmo a preço zero, que nos dessem as garantias necessárias para as responsabilidades que tinham de assumir; e o último caminho que tivemos foi de decidir por esse encerramento, que foi uma decisão extremamente importante. Aliás, quando estive aqui na Comissão de Economia aponte a aprovação do plano de

reestruturação e essa decisão como sendo os dois marcos mais relevantes dos primeiros, se não me engano, 10 meses de mandato.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A determinada altura aparece um grupo brasileiro interessado, o Itapemirim — julgo que é assim que se diz — , que, entretanto, ficou pelo caminho. Pode explicar-nos este processo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não forneceu as garantias necessárias para poder avançar com a aquisição e não parecia um comprador credível. E era importante para a TAP garantir, em todas as suas operações, compradores credíveis.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A decisão de encerramento no Brasil dependia só da Administração da TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Formalmente, sim. Eu diria que, formalmente, juridicamente, sim, embora a dimensão do tema revelasse, fosse tão grande, que eu diria que era sensato que o fizéssemos com alguma coordenação com o acionista. Mas esse é um bom-senso em qualquer empresa: se há decisões muito grandes, estratégicas, da empresa é natural envolver os acionistas.

Mas, repare, era prevista, também, não necessariamente o fecho, mas uma solução para a TAP M&E Brasil, já no próprio ponto de reestruturação e, desse ponto de vista, as orientações estratégicas que o Governo, enquanto representante da República Portuguesa, enquanto acionista, tinha de nos dar estavam plasmadas nesse plano. E a concordância do acionista com as soluções para a TAP M&E Brasil, de alguma forma estava indicada nesse plano.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O CFO, a determinada altura, disse que era preciso constituir uma provisão de 70 milhões ou mais por causa da operação do Brasil nas contas da TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Ao contrário do trabalho realizado pela Evercore no acompanhamento da privatização, o processo de encerramento da TAP M&E Brasil foi exemplar do ponto de vista da prestação de informação da Comissão Executiva ao Conselho. Nós fomos assessorados por uma empresa internacional, mas pela sua delegação baseada no Brasil, que, com frequência — não diria em todas as reuniões do Conselho, mas talvez reunião sim, reunião não — nos dava um ponto de situação, as alternativas eram apresentadas e as opções eram propostas pela Comissão Executiva e foram constituídas provisões — o valor que eu tenho na cabeça é um bocadinho superior a esse, até, julgava que era de 110 milhões de euros, mas pode ser uma falha de memória minha —, que eram os valores necessários para fazermos uma liquidação ordenada da TAP M&E Brasil. E esses valores foram discutidos em sede de Conselho de Administração.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E foram provisionados já nas contas da TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Tudo aquilo que havia ou haverá a pagar no Brasil — e, neste momento, é muito mais «havia» do que «haverá», ou seja, a maior parte desse percurso já está feito, nomeadamente os valores que são necessários pagar — está totalmente provisionado na conta da TAP. Começou a sê-lo em 2021 e depois a provisão foi ajustada em 2022, em função da execução.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o que é que falta pagar no Brasil para encerrar definitivamente a operação?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, a pessoa ideal a quem fazer essa pergunta será o meu colega Gonçalo Pires, administrador com o pelouro financeiro. O número de que me recordo é na ordem talvez dos 20 ou 30 milhões de euros, mas é sujeito a confirmação. Não estarei longe por uma grande ordem de grandeza, mas poderá não ser o número exato.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E esse valor já está provisionado nas contas da TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sim, confirmo que todos os valores a serem pagos estão provisionados nas contas da TAP, de acordo com a melhor estimativa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Isso significa que confirma que o encerramento da operação no Brasil poderá ter custado à TAP, com todas as perdas que teve ao longo dos anos, 900 milhões de euros?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Acho que seria preciso uma auditoria de 14, 15 anos de presença da TAP na M&E Brasil, desde a criação inicial, para chegar a um valor adequado. Como foi respondido aqui pelo meu colega Gonçalo Pires, a maior parte do valor que consta nas contas, entre a TAP SGPS, diz respeito a isso e é aproximadamente esse valor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quem era a CEO da TAP Brasil?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A CEO da TAP Brasil...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Cláudia Loureiro, confirma?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, Gláucia Loureiro. Estava a tentar perceber a partir de que momento...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, Gláucia Loureiro até certo momento e depois Bruna Chimenti.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A Administradora Bruna Chimenti foi nomeada há bastante pouco tempo, há poucos meses, numa fase diferente da empresa, em que já não há operação. Ela era a advogada da TAP no Brasil, de maneira que tinha as competências e o perfil adequado para fazer a gestão da empresa neste momento.

Julgo que o nome da administradora anterior é Gláucia, mas pode ser falta de memória minha.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A indicação que tenho aqui, pelas atas da SGPS, é Cláudia Loureiro, mas posso ter passado mal para o papel. Portanto, às tantas, o apelido é o mesmo...

No dia 10 de novembro de 2022 houve uma reunião do Conselho de Administração da TAP SGPS em que foi discutida a indemnização que a CEO da operação no Brasil pede à TAP para sair, uma vez que no Conselho de Administração queriam que ela saísse e fosse substituída pela jurista que acabou de referir, pela Dr.^a Bruna Chimenti. E a CEO no Brasil pede uma indemnização de 3,6 milhões de euros. Confirma?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O tema da saída da administradora da M&E Brasil foi, julgo eu, tratado antes, antes de janeiro. Poderá ter havido

atualizações por parte da empresa que já referi, Alvarez & Marsal, sobre esse tema na reunião dia 10 de janeiro, mas o processo foi sujeito a negociação e a TAP não pagou qualquer valor parecido com esse, nem em reais, que seria seis vezes menos do que isso.

Ou seja, a opção que a TAP tomou foi pagar aquilo que era de lei brasileira e eu, dada a minha experiência de três anos como diretor-geral, administrador-delegado de uma empresa portuguesa no Brasil, sei que a previsibilidade da lei é bastante grande, bastante mais do que no enquadramento jurídico português.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, esta reunião não é de janeiro, é de novembro, de 10 de novembro de 2022, e a CEO da TAP Brasil pedia 20 milhões de reais, mas a TAP SGPS dizia que não deveriam pagar mais do que 5 milhões de reais. E há, inclusivamente, uma menção sua, muito presente nas atas da TAP SGPS, em que se diz que, em nenhuma circunstância, deve ser feito um pagamento relativo a bónus passados. Portanto, os valores pedidos eram 20 milhões e a TAP só aceitava pagar 5. Confirma que isto aconteceu? Explica-nos o contexto?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, não me lembro dos valores exatos, lembro-me claramente dessa referência que fiz, no sentido de garantir que a saída era feita em estrito respeito pelas nossas obrigações legais. Julgo que o valor que foi pago foi menor do que aquele que está a ser indicado, mas terei de verificar. Aliás, o que consta na ata não é propriamente uma decisão de indemnização, que essa decisão de negociação de uma saída... Ou seja, não é uma CEO, é uma empregada no Brasil e o reporte dessa pessoa era à Comissão Executiva.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pelo menos na ata da TAP SGPS aparece referida como CEO, é a função que ela tem, embora, admito, o poder máximo seja da TAP SGPS.

Estas indemnizações foram discutidas com o Governo, com a tutela?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não tenho nenhuma evidência disso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu ia pedir-lhe, depois, para, se puder, remeter à Comissão informação mais detalhada sobre esta matéria. Acho que isso era pertinente.

Nas reuniões do Conselho de Administração, a determinada altura, passou a participar da reunião, a convite, Marta Sommer Ribeiro. Qual era a função desta colaboradora da TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Marta Sommer Ribeiro foi diretora jurídica interina durante longos meses, depois da saída da diretora jurídica anterior Stéphanie Sá Silva e antes da entrada da atual diretora jurídica, Manuela Simões.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quantas pessoas tem o Departamento Jurídico da TAP, sabe?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O Departamento Jurídico atualmente resulta da fusão de dois Departamentos diferentes, que é o Jurídico e o Jurídico Laboral. Não sei lhe dizer o número, sei que, durante bastante tempo, sentimos que eram insuficientes para a complexidade jurídica e para a quantidade de trabalho que tínhamos, até como fruto das saídas durante o período de 2021, em toda a estrutura.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não era frequente a participação de membros do Departamento Jurídico nas reuniões do Conselho de Administração, mas Marta Sommer participou, pelo menos, entre dezembro de 2021 até março de 2022, mas depois deixou de participar. Porque é que participou neste período em específico?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Tornou-se comum. Ou seja, no Conselho de Administração anterior havia uma série de práticas que eram feitas, uma delas era a participação do diretor do Departamento Jurídico. Eu optei por uma participação à medida, ou seja, convidava as pessoas em função dos itens de agenda, mas a certa altura sentimos que era preferível — e isso ainda foi durante o mandato da diretora Stéphanie Sá Silva — que participassem até para garantir um melhor trabalho da secretária da sociedade, para termos quatro olhos a fazer atas.

Nos últimos meses da presença da diretora Stéphanie Sá Silva na TAP, que são os últimos meses de 2021, ainda participou. E julgo que, embora fosse interina, na maior parte do período em que esteve como tal, a nossa colega Marta Sommer Ribeiro também participou nas reuniões do Conselho da Administração. Atualmente, temos como regra que a Diretora Jurídica participe nas reuniões do Conselho.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Marta Sommer Ribeiro comunicava ou reportava a alguém?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A Diretora Jurídica reporta e reportou sempre durante o nosso mandato à Presidente da Comissão Executiva, embora estivesse numa função interina. Aliás, devo registar o excelente trabalho feito pela diretora interina Marta Sommer Ribeiro, porque acompanhou o Departamento Jurídico num período extremamente difícil e

conseguiu fazê-lo, sendo que estava apenas como interina. Estava previsto que esse período fosse mais curto, mas durou tanto tempo porque a TAP teve muita dificuldade em encontrar uma diretora jurídica — todas as candidatas que tivemos foram mulheres. A TAP teve muita dificuldade em encontrar uma diretora jurídica e contratar uma pessoa com o perfil adequado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O que tem a dizer sobre as informações falsas prestadas à CMVM na sequência da saída de Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Presidente, peço a sua tolerância, porque não ouvi a primeira metade da pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Pode repetir, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Qual é a apreciação que faz sobre as informações falsas prestadas à CMVM sobre a saída de Alexandra Reis — portanto, sobre o motivo da saída que depois obriga a que a CMVM solicite recorrentemente correções às informações ao mercado?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Tenho dificuldade em acompanhar os pressupostos da sua pergunta, Sr. Deputado, porque de alguma forma é carregada... Como é público também, o conteúdo do comunicado à CMVM foi negociado entre os advogados das duas partes e constava explicitamente no anexo.

Da memória que tenho, houve uma correção, não julgo que tenha havido duas, mas, em qualquer dos casos, obtive informação, poucos minutos antes — cerca de uma hora antes — do início desta audição, de que a CMVM tinha aberto um processo contraordenacional contra a TAP.

Naturalmente, o Presidente da CMVM, que estará cá amanhã, poderá esclarecer os Srs. Deputados, sobre esse tema. Isto porque eu não conheço ainda o teor, simplesmente porque o recebi uma hora antes e já estava a caminho da Assembleia da República.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode usar da palavra, mas alerto-o de que o seu tempo está prestes a esgotar-se.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Gostaria que confirmasse novamente se o parecer da Linklaters, onde é referido que os administradores da TAP estão ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, foi enviado também a Pedro Nuno Santos, Ministro.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, não consigo confirmar isso. Dou como boas as declarações do Sr. Deputado que referiu esse tema. Lembrando-me da dinâmica disso, parece-me provável, e posso confirmar, que, na comunicação que fizemos aos dois ministros sobre o tema, tenhamos anexado o parecer.

Repito também que esse tema em particular era bastante lateral, num parecer cujo objeto tinha a ver essencialmente com a proteção jurídica dos administradores e a necessidade de celebrar o contrato de gestão. Ou seja, sem desprimor para os advogados em geral, como qualquer gestor que lê pareceres jurídicos sabe, o poder de síntese nem sempre é uma capacidade da classe, embora sejam exaustivos e cuidadosos nos seus pareceres. Não me parece que seja expectável que o leitor de um parecer, em muitos casos com muitas páginas, apreenda toda a informação, em particular a lateral como a que consta neste parecer.

A Linklaters tem a capacidade de fazer pareceres extremamente sintéticos, mas, mesmo assim, esse seria um tema lateral ao que estava ali

em discussão, de maneira que não me parece razoável que eu ou o Ministro Pedro Nuno Santos entendêssemos toda a extensão de todos os artigos do Estatuto do Gestor Público por causa dessa referência.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Faço duas últimas perguntas. Portanto, chegamos à conclusão de que Pedro Nuno Santos e João Leão tinham essa informação desde 12 de janeiro de 2022.

Na primeira negociação do plano de reestruturação, em junho de 2021, existia a previsão ou a possibilidade de haver um *additional support* de 512 milhões à TAP, elemento que cai na aprovação do plano em dezembro. Gostaria que explicasse porque é que caiu e que financiamento ou que recursos próprios é que a TAP arranjou para deixar cair este ponto. Pergunto também se está em condições de assegurar que não haverá mais injeção de capital com o plano de reestruturação que foi negociado e com o acordo celebrado com a Comissão Europeia no âmbito do plano de reestruturação com a TAP.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, julgo que a razão pela qual esse valor caiu do acordo foi uma imposição da Comissão Europeia, ou seja, fez parte da negociação e não foi propriamente, tanto quanto me foi descrito na altura pelos intervenientes diretos nessa discussão, uma opção da TAP.

Em segundo lugar, é do conhecimento público que, durante os próximos 10 anos, não há novas entradas de capital por parte do acionista-Estado na empresa, porque isso é uma decorrência da legislação europeia.

O Sr. **Presidente**: — A pedido do Dr. Manuel Beja, vamos fazer agora um pequeno intervalo de 10 minutos. Peço a compreensão de todos e pedia que fôssemos muito rigorosos com o tempo. Estão suspensos os trabalhos durante 10 minutos.

Eram 20 horas e 2 minutos.

Temos quórum, vamos, assim, retomar a nossa audição.

Eram 20 horas e 21 minutos.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 8 minutos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Manuel Beja e o Sr. Advogado que o acompanha.

Gostava de começar, Sr. Doutor, com uma informação recente. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista já reagiu, há instantes, à imprensa, através do Sr. Deputado Carlos Pereira, imputando toda a responsabilidade ao Dr. Manuel Beja e à CEO da TAP neste processo da Alexandra Reis, porque conhecia o Estatuto do Gestor Público. Que comentários é que isso lhe merece?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, como deve calcular, tendo estado aqui, não acompanhei essas declarações.

No dia 27 de fevereiro, fontes governamentais referiam ao *ECO* que a responsabilidade do processo, a condução da negociação tinha sido feita pelo Presidente do Conselho de Administração. É hoje completamente evidente que não tive qualquer envolvimento na negociação que foi feita para a saída de Alexandra Reis.

Repare, se nós tivéssemos consciência da aplicabilidade do Estatuto do Gestor Público, tê-lo-íamos, obviamente, aplicado, de maneira que essa declaração bate, evidentemente, contra isto. No meu caso particular, se tivesse a consciência da aplicabilidade do Estatuto do Gestor Público no

momento em que assinei o acordo, teria usado isso para impedir a saída da administradora Alexandra Reis.

De maneira que não resiste ao menor teste de lógica esse tipo de assunções. Obviamente, como tem sido muito evidente ao longo deste processo, o papel do Grupo Parlamentar do PS não é o papel de escrutínio enquanto grupo parlamentar da Assembleia da República, é um papel de proteção do Governo e poderá ser a forma que têm para o proteger. Eu não consigo encontrar uma interpretação diferente desta, mas admito que esteja a entrar numa interpretação. Acho que o Sr. Deputado poderá perguntar ao Grupo Parlamentar do PS como é que chega a essas conclusões ilógicas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Portanto, refuta por completo estas afirmações do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

E pergunto-lhe se terei ouvido ou interpretado bem: que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não faz o seu papel de escrutínio ao Governo, mas sim de proteção ao Governo?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Ó Sr. Deputado, deixo para si e para os seus colegas a luta política, não vou entrar nesses documentários. Se terei dito algo que pudesse entrar nesse sentido, terá sido um excesso do meu papel, que estou a fazer nesta Comissão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Bruno Aragão pede a palavra. É uma interpelação à Mesa. Peço desculpa, mas estamos no meio de uma inquirição. A pergunta que faço: qual é a razão para que haja um pedido de interpelação à Mesa no meio de uma inquirição?

Sr. Deputado Bruno Aragão, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, peço-lhe desculpa, mas esta interpelação à Mesa tem a ver — apresento a expressão do Dr. Manuel Beja — com o excesso de linguagem da intervenção anterior que coloca em causa a honestidade da minha intervenção inicial, relativamente a uma matéria que eu trouxe a esta Comissão, que cabe aos Deputados trazer a esta Comissão e que teve o cuidado escrupuloso — escrupuloso! — de colocar, sobre essa matéria, todos os envolvidos, incluindo ex-governantes do PS.

Estive extremamente com muito cuidado para ter a sujeição sobre a suspeição da audição e do papel que a mim me cabe enquanto Deputado. Penso que esta expressão final de «excesso», de alguma forma, serve de retrato e, portanto, podemos avançar, mas não podia deixar de fazer este ponto à mesa. É uma questão, naturalmente, de rigor também da minha parte.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu queria só dizer o seguinte: acho que nós, por uma questão de eficácia nos nossos trabalhos, temos uma grelha de tempos que está definida.

Neste momento, usa da palavra o Sr. Deputado Felipe Melo, do Grupo Parlamentar do Chega, que está a inquirir o Dr. Manuel Beja. Pedia que continuássemos e, no fim, teremos todos sempre a ocasião para fazer, nas nossas intervenções, qualquer tipo de comentário.

Sr. Deputado Felipe Melo, faça favor de continuar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relembro que, nesta Comissão, o Sr. Doutor pode sentir-se à vontade, e deve, para dizer tudo o que pensa e tudo o que sente, para bem dos trabalhos da Comissão.

Posto isto, e não obstante o possível excesso que colocou, pergunto-lhe se é mesmo isso que sente: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não faz escrutínio ao Governo, mas, sim, protege o Governo.

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Sr. Deputado, julgo que o meu papel é informar esta Comissão sobre factos. Em alguns casos poderei, com cuidado, transmitir pensamentos. Não acredito que seja o meu papel transmitir sentimentos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas foi o que o senhor fez. Mas passemos à frente. Registamos com alguma estupefação o que disse, mas registamos.

Pergunto-lhe se teve conhecimento de que a CEO — ex ou atual, ainda não sabemos bem — esteve reunida com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e com membros do Governo. Soube disso?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Soube disso no momento em que foi discutido nesta Comissão de Inquérito, não soube antes desse momento.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Pedro Nuno Santos queria, é sabido, que o anterior *chairman*, Miguel Frاسquilho, tivesse continuado na função, é público. Foi desautorizado pelo Sr. Primeiro-Ministro, que impôs o seu nome. Porquê?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Não tenho nenhuma evidência de que os factos que dá como factos e como públicos sejam verdadeiros, são especulativos. Terá de perguntar ao Primeiro-Ministro e ao Ministro Pedro Nuno Santos quais foram as suas opiniões. Posso dizer-lhe que o convite que me foi feito, foi feito diretamente pelo Ministro Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Teve alguma reunião de passagem de pasta com Miguel Frasquilho?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — O Presidente Miguel Frasquilho teve a amabilidade de me convidar para ir à TAP e tivemos uma conversa longa no momento, não propriamente uma passagem de pasta formal — não sei o que seria exatamente uma passagem de pasta —, mas tivemos um encontro na TAP poucos dias antes de eu tomar posse e contactámos, ou casualmente ou por minha iniciativa, posteriormente quando foi necessário.

Por exemplo, no processo que foi referido pela Sr.^a Deputada Mariana da Mortágua da auditoria que está a ser feita pela EY de pagamentos a administradores passados, foi-me pedido que estabelecesse a ponte com o Presidente Miguel Frasquilho, coisa que eu fiz.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Qual foi a duração dessa conversa em reunião?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Duas horas? Duas horas, talvez.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Procurou saber, mostrou-se interessado em saber, sobre os temas mais relevantes e as pastas mais preocupantes da TAP para o mandato que ia assumir?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Sr. Deputado, deixei, de alguma forma, que o Presidente Miguel Frasquilho partilhasse comigo aquilo que entendia necessário. Foi a primeira vez que nos encontrámos, também não foi uma reunião estritamente de trabalho, conhecemo-nos, ou seja, não me lembro de ter uma intensidade de trabalho muito grande nessa reunião, mas estabelecemos a ponte e eu fiquei com um canal aberto, disponível,

profissional para esclarecer todas as coisas que poderiam ser necessárias esclarecer. Não senti necessidade de o fazer, para ser honesto.

A única vez, se não me falha da memória, que contactei profissionalmente o Presidente Miguel Frasquilho para esclarecer temas da TAP, foi para lhe pedir a sua participação para ser entrevistado pela EY, no âmbito de auditoria que está em curso.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A informação que nós temos é de que foi uma reunião, uma conversa muito, muito curta, e de que o Sr. Doutor tinha mostrado, de certa forma, total desinteresse nos temas de fundo da TAP e estaria preocupado, e passo a citar, «em fazer conversa de circunstância.» Podemos assumir isto como verdadeiro?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Não percebo, Sr. Deputado, quais são as suas fontes e acho que aquilo que acabou de dizer não retrata aquilo que se passou nesse encontro entre o Presidente Miguel Frasquilho e eu.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Como é que foi a sua entrada na empresa, a sua aceitação na empresa, a forma como viu a empresa?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Considero que a entrada foi muito positiva, encontrei uma empresa pública com características muito diferentes do ambiente empresarial onde me tinha movido antes, entendi que a TAP era um desafio profissional, naquele momento em particular, muito grande para todas as pessoas que estavam envolvidas, ao mesmo tempo que era uma honra poder servir o País num tema tão importante. Encontrei uma empresa com uma cultura muito forte, com aspetos positivos e negativos, como qualquer cultura empresarial, mas extremamente interessante; encontrei uma

equipa dedicada e aprendi muito a falar com os nossos colegas de todas as áreas da TAP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vários trabalhadores nos transmitiram que a sua entrada na empresa não foi pacífica, até porque exigiu, nos primeiros dias, não ser tratado por «*chairman*», mas sim por «*chairperson*». É verdade?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Não, Sr. Deputado, não é verdade, não é o tipo de temas em que seja razoável fazer uma exigência. Nas expressões em inglês, coisa que evito em geral, utilizei em comunicações em inglês o termo «*chairperson*» e não o termo «*chairman*».

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Qual a sua opinião acerca do seu papel, enquanto *chairman*, para a manutenção da paz social na empresa?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Sr. Deputado, enquanto Presidente do Conselho de Administração — eu também disse isso na minha intervenção inicial —, julgo que tenho de ter uma intervenção discreta e que, se puder contribuir para dar paz social da empresa, o devo fazer ativamente, não me sobrepondo ao papel explícito da Comissão Executiva, de negociação, em particular com os sindicatos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Teve conhecimento de algum processo disciplinar com suspensão, que foi colocado a um comandante, por este ter feito um comentário com alguns colegas sobre identidade de género?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Sr. Deputado, tive conhecimento pelas notícias, foi público. A memória que tenho desse caso, que julgo que foi

muito perto do início do meu mandato, que era um comentário que não tinha nada a ver com identidade de género, era de um comentário homofóbico, alegadamente, e apenas tive conhecimento dessa situação por aquilo, no primeiro momento, que saiu nas notícias, depois por reporte que me foi feito, não sei se pelo Presidente da Comissão Executiva, se pelo administrador com o pelouro operacional, Ramiro Sequeira, sobre esse tema.

Não tive, para esclarecer, qualquer interferência em qualquer processo disciplinar na TAP, ao longo desse processo, nesse em particular, nem noutro, ao longo dos últimos dois anos, como é evidente, Sr. Deputado, embora houvesse uma notícia de um jornal, na altura, sugerindo isso. Parecia-me completamente descabido que um Presidente do Conselho de Administração se envolvesse em qualquer processo disciplinar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, a informação que nós temos não é essa, é bem oposta, e de que por intermédio de uma intervenção que teve no processo, esse comandante ficou sem voar durante um mês, foi castigado durante um mês. Foi suspenso e não teve, sequer, oportunidade de se defender. É verdade?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — É falso que tenha tido qualquer intervenção nesse processo e as declarações que recebeu e ouviu são difamadoras.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Se a paz social da empresa o preocupa tanto, se tem um processo destes que podia requerer a sua intervenção, porque é que não o fez?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — É um processo disciplinar que não requeria a minha intervenção. Os processos disciplinares são tratados, em primeiro

lugar, pelo Departamento Jurídico e de Recursos Humanos e em segundo lugar pela Comissão Executiva.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Falando de outro caso: um técnico de manutenção de aeronaves, com 55 anos de idade e 34 anos de TAP, foi forçado a assinar um acordo de rescisão. Foi colocado dois meses numa sala vazia, num piso vazio com 50 salas — sexto andar, edifício 25 — sete horas e meia por dia ali sozinho e, palavras do próprio, abandonado. Conhece este caso?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Não conheço esse caso, não o dou como bom. Parece-me uma prática incorreta de todos os pontos de vista. Ficaria muito surpreendido se pudesse acontecer na TAP ou em qualquer empresa digna.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E se eu lhe disser que o senhor almoçou com este trabalhador, que lhe reportou esta situação?

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Digo que o Sr. Deputado está a mentir.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Primeiro, o senhor não me vai dizer que eu estou a mentir.

O senhor, nesta Casa, não vai tecer esse tipo de considerações, porque eu não o estou a fazer; nem eu pessoalmente enquanto Deputado, nem enquanto pessoa lhe vou admitir isso. E que fique registado que eu não lhe vou admitir isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o Sr. Doutor Manuel Beja...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Presidente vai-me desculpar a interrupção, eu não falo por cima do Sr. Presidente, mas não admito que este senhor venha aqui e que teça algum tipo de comentário sobre a minha pessoa. Não admito, ponto! E exijo que se retrate! Exijo que se retrate nesta sala!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, pedia-lhe que continuasse a sua inquirição.

Deixe-me só falar também com o Dr. Manuel Beja, pedindo-lhe que tenha, sobre esta questão, a máxima moderação na forma como se exprime, nomeadamente perante titulares de órgãos de soberania, Membros desta Casa, que têm todo o gosto em ouvi-lo.

Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor de continuar a sua inquirição.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, peço que o tempo não seja contado, eu não vou continuar sem que este senhor se retrate.

O Sr. **Dr. Manuel Beja**: — Sr. Presidente, agradeço a sua intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, eu mantenho e peço ao Sr. Presidente, enquanto órgão máximo nesta sala, que exija um retratamento ao Sr. Dr. Manuel Beja pelo que aqui disse. Eu não vou continuar a audição, Sr. Presidente, sem que haja um retratamento público.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, pedia-lhe o seguinte: nesta instituição, na Casa onde representamos o povo, temos algumas obrigações e alguns direitos no respeito. Foi o que fiz, sobre isso, tentando fazer uma moderação desta questão, mas, como o Sr. Deputado sabe — o Sr.

Deputado é também Vice-Presidente desta Comissão —, não tenho intervenção sobre aquilo que é o conteúdo, quer das perguntas, quer das respostas.

Quando há um momento em que, por qualquer razão — e isso acontece-nos a todos, a mim também já me aconteceu em determinados momentos —, achamos que há qualquer coisa que não corre bem, aquilo que fazemos é tentar criar consenso entre as pessoas. Aliás, acho que é isso mesmo que os portugueses esperam; esperam, nomeadamente, que o Sr. Deputado Filipe Melo possa continuar a sua inquirição e que o Dr. Manuel Beja nos possa responder, porque o objetivo principal que nos move a todos para estar aqui é que esta Comissão de Inquérito consiga chegar aos objetivos que o povo português está à espera que tenhamos.

Penso que tudo isso é muito mais importante do que qualquer outra questão e, portanto, Sr. Deputado Filipe Melo, eu apelava ao seu bom senso e ao seu trabalho, para que continue a inquirição e ultrapassemos este momento. Portanto, o tempo não lhe é contado e faça favor de continuar.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, com o devido respeito que tenho pelo senhor e por toda a gente que está aqui a trabalhar, não vou concluir a minha intervenção sem que alguém que vem à Casa da democracia portuguesa ofender um Deputado em plena Comissão de Inquérito... Isto foi uma ofensa que eu não vou tolerar e o Sr. Presidente não pode tolerar que este senhor se dirija nestes termos a qualquer um que está nesta sala, independentemente da função que aqui desempenha, seja Presidente, seja técnico, seja Deputado, seja jornalista, seja assessor, seja o que for.

Nada confere um estatuto a este cavalheiro para vir aqui proferir tais insinuações.

Sr. Presidente, não continuo enquanto este senhor não se retratar publicamente do que disse.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não posso obrigar nenhum dos Srs. Deputados a continuar a missão que está aqui a cumprir.

Penso que houve um momento menos bom no debate, sobre a forma como o Dr. Manuel Beja referiu que, se isso acontecesse, estava a mentir... Nem sequer disse que estava, era «se isso acontecesse»; penso que foi esta a ideia que aqui transpareceu e, portanto, acho que não vale a pena estarmos a criar um caso sobre aquilo que é...

Já estamos aqui há horas, estamos todos cansados e, portanto, aquilo que pedia ao Sr. Deputado Filipe Melo era que continuasse a emprestar à Comissão o seu empenho e as perguntas de uma forma moderada, da forma como temos todos conseguido trabalhar ao longo destas semanas, para alcançarmos os nossos objetivos.

Eu pedia-lhe isso, Sr. Deputado, e pedia também ao Dr. Manuel Beja que nos conseguisse responder de uma forma mais objetiva. Acho que, no fim, ficaremos todos muito mais satisfeitos se conseguirmos esse objetivo.

Pedia ao Sr. Deputado Filipe Melo, com a consideração de ser membro da Mesa desta Comissão, que pudesse dar também este contributo, para conseguirmos chegar a este objetivo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, a bem do trabalho e do desenvolvimento da Comissão de Inquérito, e também do País, porque é isso que se pretende, vou prosseguir, sendo certo — e para que fique registado em ata — que este senhor irá responder, noutras instâncias, por um insulto, proferido dentro da Assembleia da República, a um órgão de soberania. Que isto fique registado em ata.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, com certeza que ficará.

Pedia-lhe, então, que continuasse, para que continuássemos a dar um resultado positivo aos nossos trabalhos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Manuel Beja, não lhe vou devolver o insulto, mas vou dizer-lhe que vai ficar provado que o senhor almoçou com esse colaborador e que isso lhe foi transmitido. No fim, o senhor vai responsabilizar-se, perante o País inteiro, por — o senhor, sim — ter faltado à verdade nesta Casa.

É bom que o senhor saiba que aqui dentro não pode mentir, e o senhor já o fez. Vou apresentar-lhe as provas de que o senhor almoçou com esse trabalhador e até lhe digo o dia em que almoçaram, foi no seu primeiro dia de trabalho.

Pense bem se não se lembra disto. Pense bem, e não brinque com os trabalhadores da empresa. Não brinque com os trabalhadores da empresa!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor Manuel Beja — como gosta de ser chamado —, os trabalhadores da empresa não recebem 168 000 € por ano, para nem sequer o Estatuto do Gestor Público conhecer. O senhor não é digno da função que exercia. Repito, 168 000 € por ano.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pedia-lhe moderação na forma como estamos a trabalhar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o que é isto?! O que é isto?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pedia-lhe moderação na forma como está... O Sr. Deputado faça o questionário, faça as questões que deve colocar...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, estou a fazer as questões da forma que me parece mais correta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não, não são questões!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, mas nós temos um dever de urbanidade na forma como todos lidamos e se, de alguma forma, qualquer um de nós exceder as nossas obrigações, também tenho aqui o papel de chamar à atenção. É isso que estou a fazer e peço ao Sr. Deputado que faça isso da forma como temos vindo a trabalhar — e o Sr. Deputado sabe bem qual é, até porque, volto a referir, tem uma importância acrescida nesta Comissão pelo facto de ser membro da Mesa.

Penso que é isto que os portugueses estão à espera que nós façamos no nosso trabalho.

Sr. Deputado Filipe Melo, peço-lhe essa ajuda, que é uma ajuda para todos nós porque, de facto, é esse o nosso objetivo.

Sr. Deputado, faça o favor de colocar as questões.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente — antes de começar a contar o tempo —, o que mostrei ao Sr. Doutor Manuel Beja foi a ata de remunerações da empresa, onde consta o valor que auferi, e acho que não é depreciativo dizer que alguém que auferi este valor não ter respeito pelos trabalhadores da empresa, que tiveram cortes avultadíssimos, que passaram por graves dificuldades financeiras, familiares... Isto é algo que não se admite, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só vamos chegar às conclusões quando fizermos o relatório. Por agora temos de questionar, averiguar factos, mais do que estarmos a fazer declarações.

Sr. Deputado, pedia-lhe que fizesse as questões. Pedia-lhe, mesmo. Acho que é o objetivo que temos e aquilo que os portugueses esperam de nós.

Portanto, mais uma vez, apelo a que o Sr. Deputado possa fazer as questões, questionar. E, com certeza absoluta, cada uma das intervenções que aqui são feitas fica — todas elas ficam — registada.

Por isso, pedia-lhe, mesmo, ajuda nessa questão.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem, retomando, Sr. Doutor Manuel Beja, este trabalhador de quem lhe falo tem relatórios médicos a atestar depressões profundas e gasta todo o dinheiro que recebeu em médicos e em fármacos; perdeu a família, perdeu dinheiro e acusa a TAP de ser responsável por isto. O que é que nos pode dizer sobre isto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, durante os últimos dois anos, lembro-me de ter tido dois almoços com técnicos de manutenção, explicitamente, dessa área da empresa, ambos na cantina da empresa.

Quanto ao primeiro, o Sr. Deputado diz que foi no dia 25 ou 28 de junho, não sei, nos primeiros dias na empresa. Não me recordo da data, mas lembro-me de que muito cedo, nos primeiros dias na empresa, houve um colega nosso, um trabalhador, que veio ter comigo e me perguntou se podia

almoçar comigo. Eu disse-lhe que sim, obviamente que sim, que podia almoçar comigo, e ele contou-me o seu processo, a sua vida na TAP, com amarguras e com muitas... algumas alegrias, também.

Não me falou, de todo, de um processo de intimação que passasse por estar sete horas sentado numa sala, não me falou em depressões, não me falou em toda a descrição que o Sr. Deputado me fez. Aliás, se não me falha a memória, julgo que até trocámos *e-mails* de agradecimento, ou ele agradeceu-me o facto de ter sido ouvido... Posso ir à procura desse *e-mail*.

Não nego, obviamente, a existência desse almoço; nego todo o conteúdo que atribui e tudo aquilo que, alegadamente, me terá sido dito, mas que, claramente, não me foi dito, porque se alguma vez soubesse que numa empresa em que eu era porteiro alguém passava sete horas escondido numa sala para ser despedido, insurgir-me-ia contra isso. De maneira que não há qualquer possibilidade de essa conversa ter incluído esses conteúdos.

A segunda vez que almocei com um técnico de manutenção foi por sugestão do nosso colega e administrador João Duarte, que me disse: «Há uma pessoa da manutenção que gostaria de falar consigo. Quer marcar um almoço?» — ao que eu disse: «Almoçamos na cantina na próxima semana.»

Julgo que estes esclarecimentos são cabais em relação ao conteúdo das conversas que tive, nesse caso, com trabalhadores.

Os técnicos de manutenção eram um grupo que me preocupava particularmente porque, nas ocasiões em que voava com o TAP, tinha oportunidade de falar, com alguma qualidade, com os colegas que estavam a fazer o serviço em económica e em executiva e com o comandante e o copiloto, que estavam a fazer o voo, mas com a manutenção era um bocadinho mais difícil encontrar ocasiões para o fazer, e essas foram duas ocasiões, além de contatos, por exemplo, com os presidentes dos Sitema (Sindicato dos Técnicos de Manutenção de Aeronaves).

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ficamos a saber que, pelo menos, almoço houve, esperemos o restante desenvolvimento.

É acusado, por vários trabalhadores e ex-trabalhadores, de que é ausente na comunicação e que sempre se recusou a falar com os sindicatos. É verdade?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Tive reuniões... Telefonei, no primeiro dia de trabalho, aos principais sindicatos da TAP, indicando que a negociação iria ser feita pela Comissão Executiva e que esse era o canal privilegiado para fazer a negociação com os sindicatos, e recebi todos os sindicatos que o solicitaram.

No momento em que, possivelmente, se aproximava a minha saída, voltei a falar com esses sindicatos, dessa vez por minha iniciativa. Encontrei alguns líderes sindicais noutras ocasiões e mantive sempre a porta aberta.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quando soube — e já nos contou há instantes, na resposta a uma pergunta — da questão dos abusos, dos excessos cometidos com os motoristas da empresa, enviou o caso para a Secretaria-Geral. Porque é que não o comunicou à tutela?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, eu não enviei o caso para a Secretaria-Geral. Fiz duas coisas: confrontei a Presidente da Comissão Executiva com esse tema e garanti que a Secretaria-Geral agia sobre o tema e que, depois, ele era aprovado em Comissão Executiva.

O tema, obviamente, não era um tema de Conselho de Administração. Sendo um tema de tutela, seria, na minha avaliação, inconcebível, na medida em que era, claramente, um tema interno à TAP e que deveria ser resolvido pela TAP. Ou seja, a partir do momento em que eu referi aqui que, em alguns momentos, achava que a intervenção da tutela na TAP era excessiva... se

fosse pedido à tutela para ser informada ou para intervir em temas menores, destes, não teria qualquer tipo de coerência.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A função do *chairman* será a de fazer a ligação entre a empresa e o Estado, ou estarei enganado?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A função dos Presidentes do Conselho de Administração, genericamente...

Perdão, Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Muito obrigado.

A função dos Presidentes do Conselho de Administração, genericamente, é fazer a ligação entre a empresa, a administração como um todo e os acionistas. É uma das funções, efetivamente.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Numa resposta, também, disse que havia demasiada ingerência política na gestão da TAP.

Falou de Pedro Nuno Santos e aludiu ao Primeiro-Ministro. De que forma é que o Primeiro-Ministro tentou essa mesma ingerência na gestão da TAP?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, a ingerência que eu referi que acontecia em alguns casos, de forma desadequada, de acordo com os poderes dos vários órgãos, estava relacionada com o não-exercício ou o exercício, por cada órgão, das suas responsabilidades.

O acionista tem responsabilidades próprias e deve exercê-las... E essas interferências eram, por exemplo, em temas operacionais. Se, por exemplo,

algum membro do Governo nos viesse indicar como é que deveríamos gerir o serviço de motoristas, isso seria uma ingerência claramente desadequada.

Não tenho qualquer visibilidade em relação a qualquer papel do Primeiro-Ministro na TAP. A única vez que o encontrei foi em dois jantares de Estado, e não falei com ele. Perdão, por lapso de memória, tenho consciência de uma participação do Primeiro-Ministro na vida da TAP, que foi na minha nomeação.

Quando o Ministro Pedro Nuno Santos me convidou para a TAP, eu disse que teria de falar em casa, por exemplo com o meu marido, sobre a possibilidade de entrar na TAP, e o Ministro Pedro Nuno Santos disse que precisava da confirmação do Primeiro-Ministro da aceitação do meu nome.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Doutor, respondeu a tudo menos ao que eu lhe perguntei.

De que forma é que houve ingerência, e até que ponto já a considerou demasiada, na gestão da TAP? Foi o Ministro das Infraestruturas, à data, ou foi o Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, se não respondi cabalmente à sua pergunta, peço-lhe desculpa, não foi de todo a minha intenção.

Não tenho qualquer evidência de ingerência, de interferência ou de decisões na TAP tomadas pelo Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para questionar. Só queria alertá-lo de que o tempo está próximo do fim.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Então, a que Ministério se referia o Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Os Ministérios que tutelam a TAP, os únicos que participavam na vida da TAP, foram o Ministério de Infraestruturas e Habitação e o Ministério das Finanças.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ministério das Finanças que o Sr. Doutor acusou de, passo a citar, «imobilidade». Portanto, só resta um.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Os dois Ministérios que têm a tutela da TAP e que participaram na vida da TAP foram esses dois.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Para concluir, o senhor usou há instantes esta expressão: «imobilidade» do Ministério das Finanças. O que é que isso quer dizer? Que o Ministério das Finanças não cumpriu o seu papel de tutela com a TAP? Em que ponto é que falhou, se é que acertou em algum?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O Ministério das Finanças, por questões culturais e organizacionais que já referi, tem um ritmo de ação que, em alguns casos, é incompatível com as necessidades de uma empresa com as características da TAP. Isso sentia-se na vida da TAP e há alguns temas que têm uma resposta e que têm, por obrigação legal, a necessidade de terem aprovações de entidades internas ou do Ministério das Finanças, como a DGTF ou a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, a UTAM, em que as respostas são mais lentas do que aquilo que seria desejado.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado Bernardo Blanco. Faça favor, Sr. Deputado.

Vozes do PSD: — Bloco de Esquerda?!

Risos.

O Sr. **Presidente:** — Também tenho direito a dizer assim umas coisas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O equívoco podia ser pior!

O Sr. **Presidente:** — É aquele princípio da direita e da esquerda e às vezes nós trocamos, pronto.

Sr. Deputado **Bernardo Blanco**, da Iniciativa Liberal, as minhas desculpas. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, quer fazer um intervalo?

Risos.

O Sr. **Presidente:** — É já seguir à sua intervenção. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não querendo acabar com este bom humor, deixe-me só fazer um ponto de ordem prévio.

Parece-me um bocadinho má prática os Deputados da própria Comissão de Inquérito estarem durante a Comissão de Inquérito a prestar declarações à imprensa. Parece-me que o mínimo dos mínimos é esperar que a Comissão termine.

Obviamente que não quero que o Sr. Presidente obrigue ninguém. Estou só a dar esta nota, porque tivemos aqui um episódio que foi: o Sr. Deputado

Bruno Aragão chegou aqui a meio, já o Sr. Dr. Manuel Beja estava a falar, por isso nem apanhou o contexto da conversa, e pediu a palavra — coisa que eu não quis fazer nessa altura — para colocar a intervenção em causa, porque o Sr. Dr. Manuel Beja tinha dito que o papel do Grupo Parlamentar do PS não tinha sido de escrutínio, mas de proteção do Governo.

Mas o Sr. Dr. Manuel Beja não se estava a referir à intervenção do Partido Socialista na Comissão. Acho que o Sr. Bruno Aragão estava a fazer uma proteção da sua intervenção. Não foi sobre essa intervenção, foi sobre uma intervenção do Partido Socialista lá fora, fora da Comissão de Inquérito, mas sobre a Comissão de Inquérito, que é mais um motivo, a meu ver, para não haver declarações de Deputados da Comissão de Inquérito enquanto a Comissão de Inquérito está a decorrer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço a sua chamada de atenção. Acho que é muito oportuna e deve fazer-nos a todos, na nossa consciência, pensar na melhor maneira de trabalharmos.

Dito isto, Sr. Deputado, pedia que fizessem todas as questões ao Sr. Dr. Manuel Beja.

Sr. Deputado Bruno Aragão, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pela segunda vez...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra para uma interpelação à Mesa, que espero que seja uma verdadeira interpelação à Mesa.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, é só para lhe pedir que corrija uma informação.

Como eu disse na minha outra interpelação à Mesa, o rigor, para mim, é absolutamente fundamental. Eu não entrei na sala, já estava na sala. Não saí no intervalo — confundiu os Srs. Deputados. Ouvi integralmente a intervenção do Sr. Dr. Manuel Beja, entendi e respondi e, portanto, a interpelação à Mesa do Sr. Deputado Bernardo Blanco pode ter sido oportuna, como diz o Sr. Presidente, mas foi factualmente errada e eu devo corrigir essa informação, porque, como disse, o rigor é para mim absolutamente fundamental nesta Comissão de Inquérito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então ainda é pior!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Agradeço a todos. Sr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor de fazer as questões.

Sr. Deputado Carlos Pereira, pede a palavra para quê? Para uma interpelação à Mesa também?

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sim, uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Pensei um bocadinho se devia fazer esta interpelação à Mesa, mas acho que é preciso fazer, de facto, porque naturalmente que o Grupo Parlamentar do PS não recebe lições de nenhum grupo parlamentar sobre a forma como deve estar numa comissão parlamentar de inquérito.

É o Grupo Parlamentar do PS que escolhe a altura e o momento em que quer falar sobre o tema. Portanto, Sr. Deputado Bernardo Blanco, lamento, mas a sua intervenção é absolutamente desapropriada. É absolutamente desapropriada!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não falei de si!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ó Sr. Deputado, eu não estou sequer a dizer se falou de mim ou se falou de quem quer que seja. Estou só a dizer que falou do Grupo Parlamentar do PS e isso para mim é absolutamente suficiente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, se a interpelação é à Mesa, queria só dizer ao Sr. Deputado que a Mesa está deste lado. Sr. Deputado...

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — E, portanto, o Sr. Deputado, quando falar do Grupo Parlamentar do PS, a dar sugestões...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, se a interpelação é à Mesa, a Mesa está deste lado. É só para dizer isto, portanto, não é para haver diálogo entre os Srs. Deputados. Se o Sr. Deputado quer fazer uma interpelação à Mesa, faça uma verdadeira interpelação à Mesa, se faz favor.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Vou já terminar a interpelação à Mesa.

Estava só a dizer que o Grupo Parlamentar do PS não aceita nenhuma lição sobre como fazer e como estar numa comissão parlamentar de inquérito.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Quem se mete com o PS, leva!

O Sr. **Presidente**: — Eu só queria dizer o seguinte: mais do que lições a todos uns dos outros, queria era que rapidamente estivéssemos em

condições de passarmos às próximas questões que o Sr. Deputado vai colocar agora ao Sr. Dr. Manuel Beja.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, o Partido Socialista nem foi o único a falar, nem falei de Partido Socialista, mas percebi que serviu para...

O Sr. **Presidente**: — Está o tempo a contar, Sr. Presidente. Já não há tempo para interpelações à Mesa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Cumprimento o Sr. Dr. Manuel Beja e o seu advogado.

A minha primeira pergunta é se, antes da audição parlamentar que teve em junho de 2022, reuniu com alguém do Partido Socialista?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não reuni com ninguém do Partido Socialista para preparar essa audição.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Estranho isso, porque o Partido Socialista tem dito que estas reuniões são normais e regulares. Por isso, se não o fez, estranho isso.

Sr. Dr. Manuel Beja, pergunto-lhe sobre o dia 26 de dezembro de 2022, em que, como sabe, à hora de almoço, os Ministérios das Infraestruturas e das Finanças emitiram um despacho a pedir esclarecimentos à TAP sobre o caso de Alexandra Reis, o que, já sabemos, tinha aqui algum nível de hipocrisia, no sentido em que o Ministério das Infraestruturas sabia de tudo e estava a par de tudo.

Nesse dia, à tarde, a TAP marca uma *call*, às 6 horas e 45 minutos, com o Sr. Doutor, a CEO, o advogado César Esteves, a diretora jurídica da TAP e também o Secretário do Estado Hugo Mendes, para começar a preparar a resposta da TAP ao Governo. Por isso, basicamente, tínhamos o Secretário do Estado do Ministério das Infraestruturas a ajudar a TAP a responder ao próprio Ministério das Infraestruturas.

Durante esse dia, depois da *call*, há uma troca de *e-mails*, cada um dá vários contributos para esse documento final, incluindo o contributo do Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes, e o Dr. Manuel Beja envia, ao final da noite já, a resposta, o documento final para o Ministério das Infraestruturas e das Finanças.

Gostava de lhe perguntar, em primeiro lugar, se não achou estranho ou, no mínimo, incorreto, que estivesse o Sr. Secretário de Estado — basicamente, que estivesse o Ministério das Infraestruturas — a ajudar a responder ao próprio Ministério das Infraestruturas.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, não achei estranho na altura. E, tendo em conta a intervenção do Secretário de Estado Hugo Mendes nos atos que levaram à saída da administradora Alexandra Reis, nomeadamente a decisão ter-me sido comunicada por este, e todo o papel de interface que hoje sabemos que teve nesse processo, ter à roda da mesa as pessoas que podiam garantir que aqueles factos eram bem retratados, agora, *a posteriori*, até me parece positivo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, mas para isso bastava o Ministério ter perguntado ao Ministério. Bastava Pedro Nuno Santos ter perguntado ao Sr. Secretário do Estado e não obrigar a esse número público.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, na única conversa mais expressiva que tive com o Ministro Pedro Nuno Santos, enquanto ainda era Ministro, sobre o tema, a primeira reação foi dizer-lhe que não era aceitável que eu só fosse Presidente do Conselho de Administração para quando a casa estivesse a arder, não sei se a expressão foi esta. Manifestei o meu desacordo ou desagrado de forma veemente porque há bastante tempo que estava a pedir uma participação mais ativa nas comunicações entre o Governo e a TAP. Não se trata de uma participação mais ativa da minha figura e da minha pessoa, mas do meu cargo.

A partir do momento em que recebi aquele despacho, a minha primeira reação, como deve calcular, foi de alguma irritação. Terei falado com o Ministro Pedro Nuno Santos talvez um ou dois dias. Estava a chegar à TAP, no parque de estacionamento. Lembro-me de estar a falar com ele nesse momento e foi uma das expressões que tomei, efetivamente, de maneira que, desse ponto de vista, revejo-me a sua intervenção.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Penso que, realmente, é surreal.

Nessa reunião e nesta cadeia de *e-mails*, estava também uma pessoa que ainda não mencionei, o Dr. Guilherme Dray, ex-chefe de gabinete, também conhecido do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, que, alegadamente, foi contratado pela TAP para negociar com os sindicatos. Por isso, pergunto-lhe o que é que ele estava a fazer nesta reunião em que a TAP estava a responder sobre o caso Alexandra Reis.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Eu não me lembro exatamente de quando conheci o advogado Guilherme Dray. Ele tem um papel essencial nas relações com os sindicatos, é uma pessoa especializada em laboral. O parecer que referi em relação ao administrador Max Urbahn foi feito pelo advogado Guilherme Dray.

É uma pessoa com extremo bom senso, uma pessoa ponderada, equilibrada, que diz a verdade ao poder e que não hesita em dizer quando discorda, que é uma qualidade muitas vezes necessária na TAP, de maneira que, nas poucas — mas algumas — situações em que estive com o advogado Guilherme Dray, apreciei muito a sua intervenção e fiquei muito satisfeito de o ter nessa conversa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então o Sr. Dr. Guilherme Dray faz mais coisas além de negociar com os sindicatos?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Nesse caso, claramente fez. Ou seja, julgo também que a Presidente da Comissão Executiva tem uma grande confiança, provavelmente por estas características, no advogado Guilherme Dray. Em função disso, a convocatória, como também tem conhecimento, foi feita pela Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières, de maneira que, pelo menos nesta ocasião, terá feito mais coisas do que negociar apenas com os sindicatos.

Repare, uma das coisas interessantes neste processo, e que também me fez refletir numa possível explicação para o falhanço — gostava de encontrar uma palavra mais moderada, mas acho que é «falhanço» — do conselho jurídico que foi fornecido, tem a ver, do meu ponto de vista, com a hiperespecialização dos advogados.

A ótica que falhou no processo de desenho da saída da administradora Alexandra Reis foi exatamente a ótica de direito público. Advogados que são especialistas em determinadas áreas podem não dominar as restantes. O advogado Guilherme Dray tem qualidades humanas que justificam que esteja presente em qualquer discussão.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nós temos aqui várias sociedades de advogados e temos pelo menos dois advogados muito participativos em várias coisas, o advogado Guilherme Dray, pelo que diz, e o advogado César Esteves. Os serviços jurídicos da TAP, afinal, o que é que fazem, digamos assim?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — É habitual, em qualquer empresa de grande dimensão, que os serviços jurídicos tenham um papel, em muitos casos, de resolver casos menos complexos e de coordenação do trabalho de contratação externa. Ou seja, exatamente por este princípio de hiperespecialização, a quantidade de conselho jurídico especializado que foi necessária ao longo dos últimos dois anos de mandato é significativa.

Os serviços jurídicos, que escolhem os advogados, criticam, em alguns casos, o seu trabalho, no sentido em que, com a capacidade técnica que têm, fazem a verificação de realidade do trabalho que é feita por advogados externos, mas seria economicamente completamente inviável e irracional ter todos os advogados especializados de que uma empresa necessita, não é? E a minha experiência noutros espaços empresariais também me diz isso.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Dias depois, Pedro Nuno Santos e Hugo Mendes demitiram-se e, poucas horas depois, no dia 29 de dezembro de 2022, o Sr. Doutor pediu uma reunião ao Primeiro-Ministro, António Costa, e, no dia a seguir, ao Ministro Fernando Medina.

Gostaria de saber se alguma das reuniões se realizou e qual era o seu propósito com essas duas reuniões.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Em resposta direta a essa solicitação: nenhuma das duas se realizou.

Como já referi, no dia 10 de janeiro, tive uma reunião com os

Ministros Fernando Medina e João Galamba.

Isso surgiu na sequência... Julgo que o Ministro João Galamba tinha acabado de tomar posse, não sei se um ou dois dias antes — talvez os Srs. Deputados consigam ajudar-me —, e pediu uma reunião com todo o Conselho de Administração da TAP. Estivemos todos, exceto um, que não estava em Portugal.

Eu pedi ao Ministro para reunir com ele antes dessa reunião, a sós, e assim o fiz, de maneira que tive uma reunião curta, intensa, talvez de meia hora, com o Ministro João Galamba, seguida da reunião com todo o Conselho.

A seguir, quando estava a almoçar, recebi um telefonema da minha assistente pessoal, dizendo que o Ministro me pedia para ter uma reunião com os dois Ministros ao fim dessa tarde. De maneira que não sei se terá sido consequência desse segundo pedido ou se não terá sido consequência desse pedido.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas essa foi a reunião do dia 10 de janeiro, certo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Certíssimo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu aqui estou a referir-me a antes. Nos dias 29 de dezembro e 30 de dezembro, tinha pedido reuniões a António Costa e ao Ministro Fernando Medina.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Ó Sr. Deputado, depois de ter pedido a primeira reunião, julgo que em abril, e não ter tido resposta em oito meses, eu considerei um tempo de resposta de dez dias bastante satisfatório.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, eu compreendo isso, mas o que estou a perguntar é em relação à reunião com o Primeiro-Ministro, António Costa, e se não obteve resposta.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não obtive resposta nem em relação a esse pedido, nem ao pedido que fiz, provavelmente em julho de 2021, pouco depois de ter tomado posse.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *Ok*. A seguir, já voltamos a este tema da relação com o Governo.

Tinha aqui uma pergunta rápida, que há bocado a Sr.^a Deputada também fez, mas penso que não fiquei totalmente esclarecido. É em relação à alteração do voo do Sr. Presidente. No *e-mail* — foi a sua assistente pessoal que tratou do pedido —, o Sr. Doutor estava em conhecimento, pelo menos num dos *e-mails*. Eu gostava de lhe perguntar o que é que fez quando soube disso, se falou com ela.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Eu vi, recentemente, esse *e-mail* num meio de comunicação social, uma réplica desse *e-mail*, e não tenho qualquer tipo de dúvida de que a minha assistente pessoal me terá dado conhecimento dele, porque conheço a sua ética de trabalho e não seria possível que ela tratasse esse tema, ou até outro tema menor, sem me dar conhecimento.

Falei do tema com a Presidente da Comissão Executiva. Ambos concordámos que seria bastante improvável que esse pedido viesse do Presidente ou da Presidência; ambos dissemos que, do ponto de vista operacional, do ponto de vista do interesse da TAP, não seria, provavelmente, atendível, a não ser que houvesse alguma mudança operacional que pudesse, por acaso, justificar isso, mas se tivesse aquele impacto nos clientes, então não seria atendível.

A Presidente da Comissão Executiva tratou desse tema, da forma como julgo que ela já descreveu, e deu-me nota disso, deu-me nota de que, não só não foi mudado, como tinha obtido informação do Presidente da República de que esse pedido não tinha vindo daí.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu gostava de saber se, tendo falado com a CEO, não falou com ninguém do Governo ou da Presidência sobre isto?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não tenho memória de ter falado com ninguém do Governo sobre esse tema.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, só a CEO é que falou com o Sr. Secretário de Estado Hugo Mendes.

Eu gostava de lhe perguntar se tem noção de este ter sido um caso único ou não.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não tenho consciência, noção, memória de qualquer caso com contornos semelhantes ou equivalentes.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pergunto-lhe isto, porque no fim de um desses *e-mails*, uma funcionária da TAP escreve à CEO, como contexto, «já fizemos a mesma coisa em janeiro, e pela mesma razão, mas a viagem do Sr. Presidente foi cancelada por coincidir com o surto da Ómicron». E por isso, parece, claramente, que já se tinha alterado uma viagem do Sr. Presidente antes, pelo que está aqui escrito neste *e-mail*.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não conheço o conteúdo desse *e-mail* e não tenho conhecimento disso.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado. Seria, então, importante termos mais conhecimento vindo da TAP sobre esta matéria, visto que o Sr. Doutor não está a par dela e, certamente, iremos pedi-lo também.

Voltando ao ponto da relação com o Governo, já me falou da reunião de dia 10, depois, dia 30 de janeiro, enviou um *e-mail* ao Ministro João Galamba a dizer que a TAP esperava decisões das Finanças, pelo menos para oito temas importantes para a TAP. Eu gostava de lhe perguntar se o Ministério das Finanças não é competente no cumprimento das suas funções. Não respondeu a estes oito temas durante tantos meses. Vê algum motivo para isso?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, eu tenho uma boa impressão da competência das pessoas individuais do Ministério das Finanças, genericamente, ou seja, não é de todo uma instituição que eu, nos contactos que tive, diga que é uma instituição incompetente, que há uma cultura de desleixo. De todo. Aliás, afirmarei exatamente o contrário.

A minha formação talvez mais relevante para o exercício destas funções foi obtida entre 2018 e 2019, no INSEAD (Institut européen d'administration des affaires), num mestrado, se quisermos simplificar, de psicologia organizacional, que tem a ver com a dinâmica das equipas e das organizações. E as organizações têm hábitos, culturas, até tiques, se quiser, que são fruto de muitos anos, e, desse ponto de vista, eu julgo que aquilo que caracteriza o Ministério das Finanças não depende do Partido A ou do Partido B, não depende do Ministro João ou da Ministra Maria, julgo que é um bocadinho mais substancial.

E, pedindo a vossa paciência, gostaria de dizer apenas duas coisas. A legislação é muito restritiva. Por alguns momentos, embora entenda a

necessidade de proteger o erário público, há um grau de necessidade de permissão que quase parece que a legislação — e peço desculpa se ofender os Srs. Deputados, porque ela emana daqui, em última análise — parte do princípio de que os gestores públicos são malfeitores. Os gestores públicos deveriam estar completamente alinhados com os técnicos do Ministério das Finanças para resolver problemas que têm a ver com empresas do Estado. Mas, muitas vezes, eu sentia que nós íamos pedir favores ao Ministério das Finanças, não especificamente ao Ministro.

E, por outro lado, há uma cultura de garantismo, de lentidão, de enorme proteção, que, em algumas coisas, será necessária, mas numa empresa como a TAP, na situação em que tem estado nos últimos dois anos, torna-se muito dolorosa e impeditiva e pouco adequada ao prosseguimento das nossas opções empresariais. Peço desculpa, Sr. Presidente, pela resposta longa, mas pareceu-me que a merecia.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Agradeço, mas, mesmo assim, fiquei sem perceber — porque depois também passou à frente — porque é que durante todos estes meses o Ministério das Finanças não respondeu a todos estes temas.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, eu não direi que... Não respondeu, é verdade, não respondeu, no sentido de não se concluírem. Não quer dizer que não tenha havido trabalho feito nesse sentido e que não tenha havido muitas reuniões, a vários níveis, para tentar encontrar soluções para os temas, mas, de facto, entre os pedidos e as necessidades e as soluções, o tempo que medeia é frequentemente excessivo. Ou seja, não é por falta de trabalho, é por falta de resultados.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A CEO disse-nos aqui que o

Ministério das Infraestruturas lhe tinha dito que só poderia falar com o Ministério das Infraestruturas. Eu perguntava se lhe disseram o mesmo.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não com tanta clareza.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então e a parte sem essa «tanta clareza»? O que é que lhe disseram?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Os subentendidos são sempre subjetivos, mas havia, de facto — e, também aí, julgo que com boas intenções —, uma vontade de garantir que as coisas na TAP corriam bem. E, como é sabido, em determinados níveis de gestão, a pessoa está convencida de que a melhor forma de fazer bem é fazendo ela.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu gostava que desenvolvesse um bocadinho isso, porque, nas comunicações que enviou, a que tivemos acesso, o Sr. Doutor falava muito com o Ministério das Infraestruturas e das Finanças, nas pessoas do Sr. Ministro João Leão e do Secretário de Estado Miguel Cruz, e, depois, a partir da campanha e das eleições, as comunicações com o Ministério das Finanças deixam de existir. Eu gostava de lhe perguntar porquê.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não houve muitos contactos mesmo antes das eleições. Houve alguns, mas, de facto, não foram muito numerosos. Eram muito mais frequentes com o Secretário de Estado Miguel Cruz do que com o Ministro João Leão.

A partir das eleições, a equipa ministerial das Finanças deixou de ser a equipa ministerial das Finanças muito rapidamente. Do meu ponto de vista, essa mudança era evidente. Não quero fazer de analista político, mas julgo

que a continuidade do Ministro das Finanças João Leão não era esperada.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo. A questão é que, com o novo Ministério, o Sr. Doutor deixou de ter comunicação, enquanto, com o outro, mesmo que não tivesse a comunicação mais frequente do mundo, ia tendo.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não ouvi uma pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O que pergunto é porquê, porque é que deixou de comunicar com o Ministério das Finanças, ou eles consigo, não sei.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Eu acho que o silêncio do Ministro das Finanças é ao mesmo tempo causa e consequência daquilo que o Sr. Deputado está a sugerir.

O silêncio do Ministério das Finanças é, ao mesmo tempo, causa e consequência daquilo que o Sr. Deputado está a referir, ou seja, com a mudança da equipa ministerial, os meus canais para o Ministério das Finanças tornaram-se menos fluidos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu isso já percebi, Sr. Doutor. É exatamente o que lhe estou a perguntar. Estou a perguntar-lhe porque é que deixaram de ser tão fluidos e deixou de haver essas comunicações com o Ministério das Finanças.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Posso responder que, pela minha parte, sempre houve vontade e ação para restabelecer estes canais.

A primeira reunião presencial que tive com o Secretário de Estado João Nuno Mendes — está nas minhas notas, não sei se consigo encontrar

— julgo que terá sido talvez no fim do verão. Tivemos uma conversa telefónica, talvez em junho, sobre um tema que precisava de atenção urgente, que tinha a ver com a cooptação da administradora Sofia Lufinha, em que as soluções propostas pelas Finanças não eram, de todo, adequadas e implicariam perder a contratação da administradora em causa, que tinha sido muito difícil, porque ela não iria ficar à espera de ser integrada na TAP, na verdade, mais três meses, que foi o tempo que foi necessário até haver uma alteração do decreto-lei que exceciona a TAP das regras de remuneração.

Recebi uma instrução clara do Secretário de Estado João Nuno Mendes para não avançar com a nomeação para a TAP SA e a solução que encontrámos foi nomear a administradora em causa para a TAP SGPS.

E, no primeiro contacto que tive, depois, com o Secretário de Estado João Nuno Mendes, manifestei a minha vontade e disponibilidade para trabalhar quotidianamente, se necessário, com o Ministério das Finanças e todas as partes, fazendo o meu papel de ligação, enquanto Presidente do Conselho de Administração, entre a empresa e o...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O acionista!

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — ... o acionista. Muito obrigado, Sr. Deputado.

É o adiantado da hora, Sr. Presidente, é o cansaço.

Sr. Deputado, respondi cabalmente?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Doutor, também há várias comunicações, daquelas que enviou, em que parece que tentava falar com o Ministro Pedro Nuno Santos e não obtinha resposta. Eu pergunto-lhe se isso, de não ter respostas da tutela, ia tendo impacto nas operações da TAP.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não, de todo, não havia... Repare, a tutela sempre esteve completamente empenhada em garantir as operações e o sucesso da TAP.

A comunicação da TAP com a tutela era fluida, através da Comissão Executiva, e era muito informal. Podia ser, em alguns casos, entre mim e um assessor, noutros casos, entre o Ministro e um administrador — um diretor, acredito que não —, mas havia uma capilaridade muito grande nos contactos e as operações não eram postas em causa, por alguma distância ou falta de empenho, ou falta de trabalho, que foram sempre excelentes, do Ministério das Infraestruturas em relação à TAP.

Em alguns casos, como referi, essa capilaridade poderia ser excessiva, mas era mais por excesso do que por defeito, e só temos a agradecer o empenho que foi dado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foi noticiado que o seu nome tinha sido imposto por António Costa, contrariando a vontade do Ministro Pedro Nuno Santos. Pergunto-lhe se confirma isto.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, já tive ocasião de responder a essa pergunta. O que posso dizer sobre o tema é que fui convidado pelo Ministro Pedro Nuno de Santos para a função e que, naquele momento, me disse que iria confirmar o nome que tinha proposto ao Primeiro-Ministro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Dia 24 de maio de 2022, ainda na sequência desta relação com o Governo, o Sr. Doutor mandou uma mensagem ao Secretário de Estado Hugo Mendes a dizer: «Esta reunião hoje é basicamente para melhorarmos a forma como funcionamos».

Gostava de perceber, afinal, o que é que se passava, qual era o problema, então, no funcionamento.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, o meu entendimento é que se estabelecem pontes, falando abertamente sobre as coisas.

Os problemas de governança que estava a apontar estavam a acontecer já há algum tempo. Os canais de comunicação não eram os mais adequados. Por exemplo, especificamente em relação à nomeação dos não-executivos, que considerava urgente, entre o meu pedido de propostas a três empresas especializadas, a 10 de fevereiro, e a reunião que tive com o Ministro Pedro Nuno Santos, em que ele me disse, imediatamente, para avançar com esse trabalho, os três meses que medeiam, entendendo embora que houvesse no Governo em formação, foram um bloqueio provocado pelo Secretário de Estado Hugo Mendes.

Dessa maneira, havia, claramente, aspetos a melhorar na forma como a relação entre a TAP e o Governo funcionava e, em particular, a minha com o Secretário de Estado Hugo Mendes, que foi a pessoa com quem trabalhei mais e, na maior parte dos momentos, com muito gosto e cooperação.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quando diz que os canais não eram os mais adequados, o que é que isso quer dizer?

Há aqui um exemplo também das comunicações que enviou. O Secretário de Estado enviou-lhe um *e-mail* para o *e-mail* pessoal e só depois, muito mais tarde, é que o encontrou. Quando diz que os canais não eram adequados, tem também a ver com isto ou está a falar da relação mais formal, digamos assim?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não estou a falar da relação formal, ou seja, um dos papéis do Presidente do Conselho de Administração é fazer a ligação com os acionistas. Obviamente que os Membros do Governo deveriam falar com os membros da Comissão Executiva, quando isso fosse necessário, se

bem que, provavelmente, isso já implica uma participação em temas operacionais um bocadinho excessiva.

Mas, do meu ponto de vista, não deveria haver uma reunião presencial ou por Teams de um Membro do Governo com a Presidente da Comissão Executiva ou com outro administrador executivo sem a minha presença, por exemplo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Dia 29 de setembro de 2021, também envia uma mensagem a Hugo Mendes a dizer que já tinham enviado a proposta de comunicação para os *media* e que também enviariam a proposta de comunicação para a CMVM. Isto é mais um exemplo de comunicados que enviaram ao Governo.

O que lhe pergunto é: todos os comunicados, todas as apresentações, precisavam da autorização do Governo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, como tive a oportunidade de responder, a maior parte da comunicação da TAP era liderada pelo Departamento de Comunicação, que reportava à Comissão Executiva.

Especificamente nesse tema, a articulação com o acionista faz sentido, porque estamos a falar de uma nomeação, ou do equivalente a uma nomeação, do administrador. Ou seja, dando a data que me está a dar, 29 de setembro, estamos a falar do anúncio da renúncia do administrador João Weber Gameiro e do anúncio, a 15 de outubro, da sua substituição, enquanto membro da Comissão Executiva, pelo nosso colega administrador Gonçalo Pires.

Nessa instância em particular, parece-me que a articulação sobre esse tema, que é um tema da competência do acionista, seria apropriada e desejável.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, o Governo também viu o comunicado sobre a saída de Alexandra Reis?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O comunicado sobre a saída de Alexandra Reis consta no acordo. Julgo que o Sr. Deputado indicou que no dia 2 de... Não tenho conhecimento disto, de maneira que estou a fazer deduções que talvez não devesse fazer, mas, no dia 2 de fevereiro, segundo a indicação que deu, a Presidente da Comissão Executiva envia o esboço de texto do acordo para o Secretário de Estado e, presumivelmente, no anexo 2 — se não me falha a memória —, constavam lá os termos, que tinham sido acordados entre advogados, que iriam ser a comunicação da CMVM.

Aliás, como também é público para os Srs. Deputados, na comunicação que fiz a todos os colegas do Conselho de Administração, fui bastante sucinto, exprimi a minha tristeza pela saída da administradora Alexandra Reis — que, como percebem, foi uma forma menos que neutra de comentar o assunto — e copiei o comunicado da CMVM que constava no anexo, que era comunicado público, para a CMVM ou para outra entidade qualquer.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, o comunicado pelo qual a CMVM acaba de abrir um processo contraordenacional à TAP foi também visto pelo Governo?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não conheço o processo contraordenacional que foi aberto pela CMVM, de maneira que não posso confirmar qual é que é o seu conteúdo, e não conheço a versão que foi enviada, alegadamente, pelo Presidente da Comissão Executiva para o Secretário de Estado Hugo Mendes. Não sei se já continha ou não continha esse anexo, não sei em que momento... Acredito que, pelo menos, a versão final tenha seguido também para o Governo, mas estou, de alguma forma, a especular.

Acho que é preciso que o Sr. Deputado e esta Comissão validem essa troca de comunicações, para conseguir chegar a essa conclusão. Peço desculpa se estou a ser demasiado preciosista, mas acho que é a resposta correta ao que me perguntou.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não, acho que fez bem. Teremos aqui a CMVM, daqui a dois dias, e terei também a oportunidade de desenvolver isto.

Queria perguntar-lhe uma coisa final, relativamente à comunicação, exatamente, da CMVM: quem é que fez o texto original? Porque o CFO esteve aqui e disse que tinha sido o Sr. Manuel Beja a enviar-lhe e que ele, basicamente, assinou o comunicado e enviou.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O texto original foi acordado entre advogados e foi objeto de discussão entre advogados. Repare, parece natural, porque o conteúdo dessa comunicação é relevante para as duas partes, do ponto de vista reputacional. Parece-me natural que ele seja discutido entre advogados.

Constava no anexo. Conheci-o no dia 4 de fevereiro, às 8 horas e 35 minutos — talvez uns minutos depois, porque o texto é longo e demorei algum tempo a lê-lo —, e quando, perto das 11 horas da noite, enviei essa comunicação a todos os membros do Conselho de Administração, copiei e coleí o texto que existia já no acordo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, alerta só para que o seu tempo está praticamente no fim. Faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Uma pergunta muito rápida.

Já Alexandra Reis como Secretária de Estado, teve duas reuniões com ela, a 14 e a 16 de dezembro. Pergunto-lhe só qual foi o conteúdo das mesmas.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, a primeira foi uma reunião a sós, de cortesia, em que falámos sobre as motivações dela para aceitar o convite para o Governo e em que falámos sobre a situação da TAP e os desafios que tínhamos nesse momento. Foi uma mistura de uma reunião profissional e pessoal de dois ex-colegas, ao mesmo tempo, e também de duas pessoas que têm, a partir desse momento, de trabalhar juntas.

Sensibilizei a Secretária de Estado Alexandra Reis para a necessidade de corrigir os problemas de governança, dizendo «isso é uma responsabilidade das Infraestruturas, mas peço o seu poder de influência, no sentido de garantir que isso acontece, nomeadamente na nomeação dos não-executivos».

Como deve calcular, a Secretária de Estado Alexandra Reis, tendo sido administradora da TAP, conhecia muito bem a dinâmica do Conselho e percebia muito bem o valor e a importância de nomear estes não-executivos, e disse-me: «de alguma forma, farei o que puder, mas, como sabe, não depende de mim».

E falámos também dos temas que foram objeto da reunião de dois dias depois, sem entrar em grande detalhe, na medida em que tinham uma densidade técnica que precisava, quer do lado da Secretaria de Estado do Tesouro quer do lado da TAP, de outras pessoas para se discutir.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Para terminar, pergunto-lhe só qual era o problema com os não-executivos, porque nós vemos os *e-mails*, as comunicações, e passou tanto tempo e o senhor vai insistindo muito e parece

que nunca lhe dão resposta, nunca consegue resolver o assunto. Qual era aqui o problema? E agradeço as respostas.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Repare, um Conselho de Administração completo, com uma maioria de não-executivos, poderia efetivamente ser um contrapeso, quer da Comissão Executiva quer da ação do Governo.

Propus explicitamente ao Secretário de Estado Hugo Mendes, ao Ministro Pedro Nuno Santos, ao Ministro João Galamba e ao Ministro Fernando Medina que acabassem com o Conselho de Administração e que tivessem apenas uma Comissão Executiva, o que é uma prática comum em muitas empresas públicas e funciona. A CP (Comboios de Portugal) funciona assim e outras empresas funcionam assim.

Seria uma possibilidade e o acionista é completamente soberano para decidir esse modelo de governança, se o entender. Ter meio Conselho de Administração é que não é uma solução adequada. Não teria qualquer problema em que a nossa função acabasse em função dessa decisão, mas, ou há um Conselho de Administração em plenos poderes e com condições para exercer o seu papel, ou não há. O meio-termo em que vivemos durante todo este tempo não é da boa governança.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Terminamos, agora, efetivamente a primeira ronda.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, é muito rápido. É só porque a parte final da pergunta não foi respondida, que era qual era o problema e porque é que não conseguiram dar resposta aos pedidos,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, pode só precisar esta questão?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... porque o Governo não deu resposta aos seus pedidos para resolver este tema.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, peço-lhe só esta precisão na resposta ao Sr. Deputado.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, não encontro o documento em causa, mas ele foi entregue à Comissão, numa pasta única que diz «documentos entregues em mão». Era, de facto, muito útil encontrar essa pasta, mas peço desculpa por não ter organização suficiente para isso.

Mas, de memória, esse processo começou no dia 10 de fevereiro. Repare, a saída do primeiro administrador executivo foi a 15 de outubro, com a substituição do administrador executivo por um não-executivo, ou seja, reduzimos um não-executivo. E, depois, a 29 de janeiro, com efeitos a 31 de janeiro, saiu o administrador Manuel Silva Rodrigues.

Dez dias depois da saída efetiva do administrador, pedi propostas a três empresas do setor, para identificarmos não-executivos. Discuti com todos os membros do Conselho de Administração o perfil desejado. O perfil foi consensualizado e criámos comités de nomeação, que, para um perfil que era um perfil de aviação, tinham três não-executivos e a Presidente da Comissão Executiva, e, para o perfil financeiro, tinham os três mesmos membros não-executivos, incluindo eu próprio, que liderava, e o administrador Gonçalo Pires.

Fizemos o processo todo, completamente conturbado, encontramos excelentes candidatos e apenas em outubro, quando era suposto...

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Por favor, pode continuar.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas em outubro consegui apresentar uma lista, que já estava pronta há algum tempo, ao Secretário de Estado Hugo Mendes. Era suposto apresentá-la ao Ministro, mas, por dificuldades de agenda, apresentei-a ao Secretário de Estado Hugo Mendes, a pedido do Ministro.

Passadas algumas semanas, apresentei essa lista ao Ministro. Na primeira reunião — não sei se na primeira, se na segunda reunião — com o Ministro João Galamba, apresentei-a novamente.

Na reunião com o Ministro Fernando Medina e o Ministro João Galamba, referi a existência dessa lista, mas não a levei, não só porque não era objeto da reunião, como também porque, do meu ponto de vista, a escolha desses dois administradores era feita pelas Infraestruturas.

Dessa maneira, a inação entre 10 de fevereiro de 2022 e 11 de abril de 2023 só é imputável ao acionista.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Está terminada, agora, esta primeira ronda e, portanto, se ninguém se opuser, fazemos um intervalo, para recuperarmos algumas forças, até às 22 horas.

Pedia rigor no cumprimento de começarmos às 22 horas, porque ainda temos a segunda ronda e a terceira ronda pela frente. Até já e muito obrigado.

Eram 21 horas e 37 minutos.

Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 22 horas e 7 minutos.

Temos quórum e vamos continuar com a inquirição do *Chairman* da TAP, o Sr. Dr. Manuel Beja.

Agradeço, mais uma vez, estarmos todos aqui e continuarmos o nosso trabalho e pedia que conseguíssemos ser o mais eficazes possível nos nossos trabalhos.

Esta segunda ronda, que vai também começar pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem previstos 5 minutos de intervenção para cada um dos grupos parlamentares. Queria referir que vou ser muito rigoroso com os 5 minutos. Pedia aos Srs. Deputados ajuda nessa questão. Depois dessa pergunta de 5 minutos, haverá 5 minutos para resposta da parte do Dr. Manuel Beja e fecharemos, assim, esta segunda ronda.

Usa da palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, para os 5 minutos que tem disponíveis.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Dr. Manuel Beja, no início desta audição, já há umas horas, disse que, com esta experiência nestas funções exercidas na TAP, ficou mais descrente sobre o setor empresarial do Estado. Mas eu queria convidá-lo a refletir se, na verdade, a TAP alguma vez — ou por outra, alguma vez neste tempo— neste tempo funcionou como uma empresa do setor empresarial do Estado, porque parece que foi tudo menos isso, por responsabilidade da tutela e da administração.

Vejamos o caso concreto da administradora Alexandra Reis. O senhor assinou o acordo, conhecia o regime em vigor, conhecia o regime jurídico e, naturalmente, não pode escudar-se na ignorância. Ainda há pouco dizia que

os parceiros da IGF não têm força de lei. Os pareceres jurídicos que aparecem a cada passo também não têm força de lei — e já lá iremos —, mas o que é que tem força de lei? É lei! A lei tem força de lei! E o desconhecimento da lei não pode ser invocado para justificar a sua violação.

O Dr. Manuel Beja, enquanto Presidente do Conselho de Administração, tinha conhecimento da lei e do seu próprio regime e das funções que exercia e há uma gestão da TAP que é conduzida como se esta fosse uma empresa privada, com responsabilidades evidentes da tutela e dos administradores.

E, por isso, a questão que se coloca é relativamente à própria capacidade de decisão no sentido de cumprir a lei. Isto é, a TAP tem um gabinete jurídico e tinha, aliás, esses dois serviços que o senhor explicou relativamente à fusão que foi realizada — recursos humanos, isto é, jurídico/laboral e gabinete jurídico — e em cada resposta que o senhor deu, cada exemplo, cada caso concreto, cada situação que foi aqui tratada nesta audição, surge uma contratação externa de um gabinete jurídico e de uma assessoria e já não é a primeira vez que nos dizem assim: «Havia uma falta de capacidade do gabinete jurídico», mas o senhor apresentou uma outra explicação, é que havia uma gestão pelo gabinete jurídico, digamos, das contratações externas; portanto, o gabinete jurídico servia para contratar fora.

Olhe, eu conheço a TAP já há bastantes anos, nomeadamente até nas funções aqui na Assembleia e fora, e posso garantir-lhe que estes disparates nunca teriam acontecido sob a tutela da estrutura jurídica da TAP. Isto é, parece que grande parte dos problemas que aconteceram têm a ver precisamente com o aconselhamento externo e com a forma como as decisões foram tomadas a partir daí, desses aconselhamentos.

Agora, não se pode é destruir as empresas públicas, descapitalizá-las do ponto de vista humano, desmantelá-las do ponto de vista dos recursos,

degradá-las do ponto de vista da capacidade de resposta em termos do conhecimento humano e depois dizer que se está descrente ou desiludido com o setor empresarial do Estado.

Última questão: a Manutenção Brasil. Eu não disse há pouco que a SGPS era uma «TAP má», aquilo que eu disse é que esta forma de dividir a TAP, segmentar entre aquilo que é para privatizar e aquilo que é para dismantelar e vender às peças, isso é que é uma gestão que faz lembrar o que se passou com o BES, com o «banco bom» e o «banco mau». Em relação à Manutenção Brasil — claramente uma vertente má da companhia relativamente àquilo que prejudicou a TAP, desde logo mais uma assessoria, agora para ajudar a encerrar o processo da Manutenção Brasil —, pergunto-lhe se a TAP não tinha estrutura administrativa para tratar deste processo.

Quanto às contas da TAP SGPS, desde 2009, estão 370 milhões de prejuízos acumulados na Manutenção Brasil. De acordo com o relatório e contas de 2021, acresce ainda, como aqui foi dito, 140,3 milhões pelo registo de uma provisão e uma grande parte dos 884,7 milhões por perdas de imparidade em contas a receber da TAP SGPS, pelo que lhe pergunto se confirma isto.

Mesmo a terminar, Sr. Presidente, a questão é a seguinte: já pedimos as contas da Manutenção Brasil, que ainda não chegaram, mas estamos a falar de algo como mais de 1,4 mil milhões de euros de prejuízo. Ora, isto significa que a negociata da Manutenção Brasil trouxe um prejuízo à TAP maior que a crise pandémica e eu pergunto o que é que, na gestão que o senhor acompanhou e participou e dirigiu, fez relativamente a esta situação.

O Sr. **Presidente**: — Para responder às questões do Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra o Sr. Dr. Manuel Beja.

Faça favor de usar da palavra, pelo tempo que entender.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, estou a tentar sintonizar as suas questões, talvez me ajudasse, porque tem a TAP M&E Brasil claramente...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se eu puder ajudar...

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Talvez me ajudasse, porque tenho a TAP M&E Brasil, claramente...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, diga-me exatamente quais é que são as questões, para eu direcionar as perguntas para o Dr. Manuel Beja.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Conhecimento da lei que, independentemente de advogados, cada um tem de saber com que linhas é que se cose. O desconhecimento da lei não justifica o incumprimento.

A questão do aconselhamento jurídico e da consultoria externa à TAP *versus* a capacidade própria do gabinete jurídico e ainda aquela questão do serviço de Manutenção Brasil e o impacto que teve na TAP e a questão, ligada a ela, da própria SGPS e do impacto de 1,4 milhões de euros de prejuízos da Manutenção Brasil na TAP, maior do que os prejuízos da crise pandémica.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel Beja, no fundo são estas as questões às quais pedíamos uma resposta.

A questão do conhecimento da lei; a questão da assessoria jurídica, da evidente grande contratação externa na empresa; a questão do conhecimento da lei e do Estatuto do Estado Público, eu penso que é essencialmente por aí e todos os diplomas que estão relacionados; e as questões da TAP Brasil que

foram colocadas, na parte final da intervenção, pelo Sr. Deputado Bruno Dias. Penso que sobre estes pontos estará a dar resposta a todas as questões que foram colocadas.

Faça favor, Sr. Dr. Manuel Beja.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Muito obrigado, Sr. Presidente e obrigado Sr. Deputado pelas perguntas.

Vou começar pelo tema do conhecimento do regime jurídico. Ao fim de dois anos de TAP e de setor público empresarial do Estado e de sociedades comerciais em geral, percebo que a observação aplicável é vastíssima. Conhecia a existência do regime do Estatuto do Gestor Público, não sabia as consequências que tinha no caso de uma demissão com precisão, se soubesse, um: não teria assinado aquele acordo — nem eu, nem todas as outras pessoas; a boa-fé que pus nesse processo, tenho a certeza que foi a boa-fé que todos os intervenientes puseram.

Dois, sabendo, eu teria utilizado o Estatuto do Gestor Público para garantir que a saída da administradora Alexandra Reis não aconteceria. De maneira que pressupor que poderia haver um conhecimento suficientemente aprofundado do Estatuto do Gestor Público para perceber a sua aplicabilidade naquele momento, não vinga, do meu ponto de vista. Mesmo depois de dia 26 de dezembro, nas análises que recebi, a primeira interpretação era que o Estatuto do Gestor Público permitia aqueles pagamentos — não vou entrar nessa discussão jurídica, há o tema que os Srs. Deputados conhecem dos 12 meses de mandato, que é essencial para essa discussão —, de tal forma que, como referi, um dos professores catedráticos eleito, dos mais conhecidos do País, disse que o 1,5 milhões pedidos poderiam ser devidos. Repito, um dos professores catedráticos eleito, dos mais conhecidos do País, disse no dia 25 ou 26 de dezembro que, perante isso, 1,5 milhões de euros, poderia ser uma indemnização devida. Todos os

advogados que participaram no processo apontavam para aquela forma jurídica, esperar que eu ou a Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières, possamos ter uma opinião mais douta e mais informada do que todas as outras pessoas intervenientes no processo é ter-nos numa consideração superior àquela que nós merecemos, claramente.

Em relação à TAP M&E Brasil, a resposta sucinta para a sua pergunta sobre o que é que esta administração fez em relação a esse problema — a expressão que eu costumo utilizar, talvez demasiado coloquial, é esse «cancro» — foi extirpá-lo.

Os valores que refere, indiferentemente de quais possam ser, que também referi que a única forma de os apurar seria fazer uma auditoria aos últimos mais de 10 anos de gestão da TAP M&E Brasil, são acumulados ao longo de um período muito longo. São enormes, são indesejáveis, não deveriam ter acontecido, deveriam ter sido estancados antes. O que esta administração fez foi, no primeiro momento em que pôde, tomar a decisão de estancar a ferida, com custo adicional, mas muito menor do que aquele que seria o custo se esta operação continuasse, porque não vimos viabilidade nessa operação.

A outra pergunta era sobre o departamento jurídico, genericamente.

Sr. Deputado, eu já referi aqui que a minha experiência profissional no Brasil teve uma intensidade muito grande de advogados. Era uma empresa com cerca de 300 pessoas, quando fui para lá, bastante mais pequena, tínhamos muitos temas jurídicos, fruto da gestão anterior, e eu passei muitas, muitas, horas com o Pinheiro Neto, que é um dos maiores escritórios de advogados da América Latina, a tratar temas jurídicos. E acho que foi a minha primeira experiência de gestor com um *interface* grande com advogados.

Nós temos de ter advogados altamente especializados, capazes, conhecedores do que estão a fazer, não demasiado especialistas também.

Houve claramente, neste momento sabemos, falhanço por parte do conselho jurídico que recebemos nesse tema. Genericamente, eu avalio como positivo, como esclarecedor, como conducente a boas decisões, todos os conselhos jurídicos, ou a generalidade os conselhos jurídicos que recebemos nos últimos dois anos, porque também sabe que os conselhos jurídicos são como os médicos, nós só sabemos da sua bondade ou eficácia meses ou anos depois de os termos utilizado.

Na verdade, sou bastante solidário com o tema da descapitalização da TAP, em particular do ponto de vista humano, e a tensão que tínhamos na TAP e na execução do plano de reestruturação era como reduzir os custos a um nível suficiente para que a TAP fosse viável, mas não os reduzir a um nível tão, tão...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Drástico.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — ... excessivo, tão drástico, que a operacionalidade da TAP pudesse ser posta em causa e este é um equilíbrio muito difícil em qualquer empresa em processo de reestruturação.

Em muitos casos, acredito que possamos ter ido mais do que apenas à carne ou à gordura, tínhamos ido ao osso, de alguma forma, e que isto tem tido consequências nocivas. E também a contratação que foi feita de reforço da gestão e a contratação mais tarde de, por exemplo, tripulantes foi importante para encontrar esse equilíbrio. Tivemos uma recuperação da procura suficiente também para conseguir voltar a ter uma TAP mais forte e os números dos trabalhadores voltaram a aumentar.

Agora, as decisões que foram tomadas no plano de reestruturação foram tomadas à luz da informação que se tinha naquele momento e se não tivessem sido tomadas, provavelmente não tínhamos a aprovação do plano de Bruxelas, ou seja, as reduções de custos em muitas áreas, com

fornecedores, mas também de pessoal, foram necessárias para a aprovação do plano por Bruxelas, de maneira que tínhamos de conseguir encontrar um caminho equilibrado entre um corte que não fosse excessivo e pusesse em causa o futuro da TAP, e um corte que não fosse tão leve que também pusesse em causa o futuro da TAP.

Sr. Deputado, julgo que tratei os três temas que me tinha posto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel Beja, agradeço-lhe as respostas.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, dispõe de 5 minutos para colocar as questões que entender.

Faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Manuel Beja, gostaria de esclarecer uma questão que gerou um combate feroz de declarações ali fora entre o PS e o PSD, ambos a disputarem o verdadeiro significado do parecer da Linklaters e quem é que sabia e quem é que não sabia a quem o Estatuto do Gestor Público se aplicava.

Isto porque, o parecer da Linklaters existe, porque existe a necessidade de um contrato de gestão, é sobre isso que é o parecer da Linklaters. E existe a necessidade de um contrato de gestão porque existe um Estatuto do Gestor Público, porque é o Estatuto do Gestor Público que obriga a um contrato de gestão.

E, portanto, presumo que o Presidente do Conselho de Administração, se está consciente de que tem de ter um contrato de gestão, está também consciente de que está ao obrigo do Estatuto do Gestor Público. Não me parece que essa seja uma questão de grande controvérsia ou discórdia, portanto, pergunto-lhe, para esclarecer cabalmente a polémica que animou o nosso fim de tarde/início de noite, se estava, ou não, consciente de que os gestores da TAP estavam ao abrigo do Estatuto do Gestor Público.

A minha segunda questão é a seguinte: sabendo que estava ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, porque é que não incorporou as normas desse estatuto relativamente às renúncias ao caso de Alexandra Reis, que, claramente, não se enquadrava no estatuto?

São duas perguntas diferentes, mas estão relacionadas, e era importante que isto fosse clarificado. Já havia quem dissesse, ou quem pensasse, que o parecer da Linklaters era um parecer sobre a renúncia de Alexandra Reis, e não é.

Há outra questão que já aqui foi abordada e que eu também gostaria de clarificar, que é o papel de Guilherme Dray em vários momentos da TAP. Ele surge nas negociações com sindicatos, se não estou em erro, e também na resposta ao despacho que foi pedido pelo Ministro Pedro Nuno Santos e pelo Ministro das Finanças e que foi respondido pelo Secretário de Estado do Ministro Pedro Nuno Santos — isto é bizarro, no mínimo.

A minha pergunta é: em relação a estas colaborações que Guilherme Dray fazia com a TAP, ele fazia-as enquanto contratado pela TAP ou enquanto contratado pelo Ministério das Infraestruturas? Para quem trabalhava o consultor Guilherme Dray, enquanto esteve envolvido nestas reuniões?

Finalmente, uma última pergunta. O Dr. Manuel Beja disse que defenderia a sua honra pessoal e profissional — já teve de o fazer aqui —, mas eu gostaria de lhe perguntar se isso significa que vai contestar judicialmente o despedimento.

O Sr. **Presidente**: — Vai usar agora da palavra o Sr. Dr. Manuel Beja, para responder. Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr.^a Deputada, Sr. Presidente, em ordem inversa, em relação à última pergunta, não tenho ainda informação sobre a

provável destituição por parte do acionista. Não analisei a argumentação que será utilizada pelo acionista e tomarei decisões sobre esse tema em devido tempo. Não tenho ainda uma decisão tomada sobre esse tema.

O advogado Guilherme Dray, através da sua sociedade de advogados, tem sido contratado pela TAP. Presumo que seja exclusivamente contratado pela TAP, até porque, provavelmente, ser contratado por outra parte interessada próxima poderia — talvez me possa socorrer do meu advogado para isso — corresponder a um conflito de interesses, de maneira que o meu pressuposto é que, neste domínio, o advogado Guilherme Dray apenas trabalha para a TAP, mas não há factualidade aqui. Não diria que é uma especulação, mas é uma derivação lógica.

Em relação ao conhecimento do contrato do gestor público e ao parecer da Linklaters já referido, o parecer da Linklaters — que se socorre de e que refere o contrato de gestão, efetivamente, e que visava também estabelecer os contratos de gestão — era essencialmente sobre a responsabilidade dos administradores. Este é o tema, digamos, central. Tinha, também, como objetivo estabelecer os contratos de gestão.

O facto de estarmos ao abrigo do Estatuto do Gestor Público era do nosso conhecimento. O facto de, no caso específico da TAP e também da Caixa Geral de Depósitos, haver exceções que não se aplicam também é do conhecimento público. Exatamente qual é o limite dessas exceções é uma coisa que, em alguns momentos, ainda nos tem suscitado dúvidas. Deixe-me referir, por exemplo, uma conversa com o Ministro João Galamba sobre a admissibilidade de um hipotético bónus, prémio de gestão, à Presidente da Comissão Executiva. Uma das perguntas que, a certa altura, se pôs foi a de saber se esse prémio seria permitido ou não, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, à luz das exceções que a TAP tem, de maneira que, mesmo agora, a aplicação do Estatuto do Gestor Público pode ter temas controversos.

Não conhecia, à data da assinatura do acordo, as normas de destituição e já expliquei que, se as conhecesse, não só não teria assinado o acordo, como teria invocado o Estatuto do Gestor Público para não prosseguir com essa saída.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra, pelo Grupo Parlamentar do PS, o Sr. Deputado Bruno Aragão.

Faça favor, Sr. Deputado, dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, retomo o ponto em que tinha parado, esclarecendo que, de facto, o parecer da Linklaters não é sobre este caso da Eng.^a Alexandra Reis, aliás, nunca disse isso. O parecer é sobre o Estatuto do Gestor Público e ele releva para esta discussão porque é precisamente o problema a que ele procura responder, da cláusula de risco, que se suporta na parte do Estatuto do Gestor Público referente à indemnização, a algum tipo de retribuição por cessação de funções. Por isso é que ele releva para esta discussão, ou para a análise que temos de fazer, porque ele é concomitante àquele período.

Tínhamos parado no dia 2. Procurando fazer novamente a linha do tempo e essa factualidade: portanto, no dia 2, que é um dia determinante neste processo, às 14 horas e 38 minutos, a CEO da TAP confirma ao CFO que o acordo está fechado. Ela diz: «Fechei com a Alexandra.» Às 17 horas e 5 minutos, ela envia um *e-mail* com uma versão do acordo, recomendando aquele acordo. Às 18 horas e 15 minutos, o Governo autoriza. No dia 3, não temos praticamente interação, há umas questões de redação. Portanto, o dia 4 é um dia absolutamente derradeiro e é sobre esse dia que farei algumas questões.

Esse é um dia muito longo, começando às 2 horas e 43 minutos da manhã e terminando às 23 horas. Há uma enormidade de mensagens trocadas e de trabalho feito nesse dia.

A minha primeira pergunta é: confirma que só tem acesso ao acordo no dia 4? Seguidamente, poderia ter sido outra pessoa a assinar o acordo? É que, às 2 horas e 43 minutos da manhã, a SRS envia à CEO da TAP o acordo com um *e-mail* dizendo: «Espero rever consigo o acordo durante a manhã e, relativamente aos representantes legais da TAP para o acordo, veja por favor quem assina consigo. Coloquei o Manuel Beja, mas é uma mera sugestão.»

Portanto, se qualquer pessoa poderia assinar o acordo, alguma vez falou com a SRS? Ou foi sempre a CEO a fazer essa gestão?

Às 7 horas e 55 minutos, é-lhe enviado um SMS, perguntando se estaria disponível para fazer a assinatura. Às 8 horas e 35 minutos, é-lhe enviado um *e-mail* com o acordo, sem qualquer mensagem no corpo de texto. Pergunto-lhe se, entre essa hora da mensagem e do *e-mail*, falou com a CEO da TAP e se tiveram algum tipo de conversa sobre este assunto, porque só às 15 horas e 43 minutos é que há uma resposta sua a este processo, perguntando — e pedia-lhe para traduzir, porque isto pode ter várias interpretações — «*Is there an agreement to be signed?*» Isto pode ter várias interpretações e pedia-lhe para traduzir.

Durante o período da manhã, falou com o Secretário de Estado sobre este processo. Pede para falar com ele e diz que tem um *gap* de 10 minutos para poderem falar sobre o assunto. Pergunto-lhe se achava que esses 10 minutos eram suficientes, se falou com o Secretário de Estado e do que é que falaram nesse momento.

Pergunto-lhe também se tinha conhecimento de que, durante a tarde, a Eng.^a Alexandra pediu incessantemente para poder comunicar mais tarde. Fez esse pedido às 18 horas e 17 minutos, precisamente no momento em que o Sr. Doutor estava a fazer essa assinatura; insistiu novamente às 19 horas e

39 minutos para poder adiar a comunicação, com a resposta da CEO sempre negativa — neste caso, «*no delay for come*», nem completa a frase —; e volta a insistir às 20 horas e 15 minutos sobre esse processo, com a SRS a dizer à CEO: «A Alexandra está extremamente relutante em relação à comunicação ter lugar hoje, antes de falar com as equipas — «*I'm insisting.*» Pergunto-lhe se teve conhecimento destas insistências da Eng.^a Alexandra.

Pergunto-lhe também a que horas chegou à TAP — sabemos que foi depois das 16 horas e 50 minutos — e se foi nesse período que assinou, porque sabemos que saiu às 18 horas e 17 minutos, segundo as mensagens que temos.

Uma última questão, para terminar, é com o final deste dia. Este dia termina às 22 horas e 47 minutos, com a comunicação à CMVM, de acordo com as mensagens que temos, e, às 23 horas, há uma última mensagem da CEO para si, que termina assim: «*But the agreement could not be quoted as confidential. Just saying...*» Ou seja: «O acordo não pode ser referido como confidencial. Apenas para referir.»

Pergunto-lhe porque é que acha que surgiu este último alerta, no final deste processo.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Manuel Beja, tem a palavra para responder a este lote de perguntas.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, Sr. Presidente, peço a sua ajuda para o caso de me esquecer, porque contei sete perguntas, mas poderá haver mais.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Podem ser mais!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não sejas ganancioso!

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Eu ouvi sete. Se me falhou alguma, pronto.

Só tive acesso ao acordo no dia 4, às 8 horas e 35 minutos da manhã. O acordo podia ter sido assinado por quaisquer dois administradores.

Nunca falei com a sociedade de advogados e só conheci o advogado César Sá Esteves já depois do Natal de 2022.

A minha mensagem da tarde, «*Is there an agreement to be signed?*», era a perguntar se o acordo estava pronto para ser assinado, basicamente, porque a expectativa era de que o acordo fosse assinado durante a manhã e foi assinado perto da hora de jantar, se não me engano.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Às 18 horas e 17 minutos.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A conversa com o Secretário de Estado aconteceu, de facto, às 11 horas e 50 minutos, e teve o tempo que foi necessário. Acho que foi relativamente curta, mas, se durasse para lá do meio-dia, não seria um problema. Sei que tinha um compromisso ao meio-dia, mas, obviamente, adiaria esse compromisso para continuar a conversa com o Secretário de Estado.

Tenho memória de, talvez só no dia seguinte ou muito tarde nesse dia, já depois da assinatura, ter um lamento da administradora Alexandra Reis sobre a impossibilidade de comunicar antecipadamente às suas equipas, dizendo que o interesse dela era encontrar o espaço suficiente para poder falar pessoalmente às suas equipas, antes de o acordo ser público, e que isso não tinha sido possível.

Eu tinha combinado com a Presidente da Comissão Executiva, com o meu papel de Presidente do Conselho de Administração, fazer a comunicação a todos os membros do Conselho.

Havia o tema da CMVM. Ou seja, depois do momento que citou das 22 horas e 47 minutos, ainda há um *e-mail* meu, de que julgo que também têm conhecimento, a todos os administradores, referindo a saída.

Julgo que a Presidente da Comissão Executiva está a relembrar a cláusula de confidencialidade que consta de um acordo — que, como os senhores conhecem, é bastante longo —, não que fosse necessário, porque nós estamos obrigados a confidencialidade em relação aos temas da TAP, genericamente.

Sr. Deputado, respondi cabalmente a todas as perguntas ou falhou-me alguma?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de dizer.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — É só uma precisão. A mensagem diz que o acordo «*could not be quoted*». É ao contrário.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Não pode ser citado?

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Ou seja, a mensagem diz: «O acordo pode não ser considerado confidencial... *Just saying*.» Estou a ler o texto.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — A minha interpretação dessa frase, sem problemas de transição, é que ele não pode ser citado. Ou seja, há uma referência à existência de uma cláusula de confidencialidade. Foi assim que eu interpretei. «*Quoted*», ou seja, citado, «não pode ser citado».

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora...

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Desculpe, Sr. Presidente, há uma pergunta não respondida, sobre se tive contactos com a Presidente da Comissão Executiva entre as 7 horas da manhã e as 8 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, falámos muitas vezes ao telefone durante esse dia, há uma série de chamadas perdidas de parte a parte, porque o dia é cheio de muitas atividades, falámos muitas vezes.

Não tenho memória, como deve calcular, se antes das 8 horas e 30 minutos da manhã falámos, ou se falámos depois de eu receber o acordo, mas falámos muitas vezes ao longo desse dia.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Faltavam só duas respostas...

O Sr. **Presidente**: — Diga, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — A que horas chegou à TAP e a que horas saiu?

O Sr. **Presidente**: — São apenas estas duas perguntas: a que horas chegou e a que horas saiu?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, não faço ideia a que horas cheguei à TAP...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel Beja, o Sr. Deputado pretendia saber as horas a que chegou e as horas a que saiu nesse dia, se se lembrar.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Eu saí de Lisboa nessa noite, de maneira que julgo ter saído às 8 horas da noite, ou às 7 horas e 30 minutos, pois tínhamos familiares à espera para jantar em Évora.

Se for muito importante, poderei tentar encontrar os registos da Via Verde, mas não sei. Saí da TAP ao fim do dia, não demasiado tarde, provavelmente próximo da hora de jantar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, do Grupo Parlamentar do PSD, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Manuel Beja, já vamos nesta audição com muitas perguntas, e, portanto, os temas começam a ficar esgotados, mas há aqui um ou outro ponto que é importante aprimorar.

Antes de mais, sabendo nós que continua em exercício de funções, há aqui uma pergunta que temos de colocar, que é a seguinte: que orientações é que tem? Não tem nenhuma orientação? Portanto, qual é o seu guia no dia a dia? Chega à empresa, não sabe se tem o dia seguinte, porque o Governo, supostamente, demitiu o Presidente e a CEO, e, portanto, chega à empresa, como é que define o seu dia a dia, qual é o seu mapa estratégico, uma vez que não tem orientação nenhuma?

Na reunião de janeiro que teve com o Ministro das Finanças e o Ministro das Infraestruturas pediu alguma orientação ou não, embora, nesta altura, não soubesse que ia acontecer isto, mas deram-lhe alguma orientação?

Pergunto-lhe também se já se defendeu no processo do despedimento com justa causa. Acho que esta questão não foi colocada, pelo menos eu não tenho ideia, e julgo que é importante.

Gostava também de aprofundar os deveres de reporte do Presidente do

Conselho de Administração e do CFO às duas tutelas, pois acho também que é importante aprofundar exatamente como é que isto se processava.

Gostava que reafirmasse algo que, acho, disse — e, portanto, gostava que confirmasse —, ou seja, que João Galamba excluiu a TAP do processo de privatização. Foi isso que eu percebi há pouco. Numa conversa informal talvez não, mas, depois, por escrito, o que eu percebi é que João Galamba excluiu a TAP do processo de privatização e deu essa informação relevante.

Depois, relacionado com os contratos de gestão, foram levantadas aqui muitas questões sobre o facto de a Direção-Geral do Tesouro e Finanças não responder ou responder de forma contrária àquilo que era a expectativa.

Confirme-me se isto não está ligado com o tal seguro de *directors and officers*, ou seja, como a TAP não tinha credibilidade no mercado segurador, inclusive foram a um *broker* no Reino Unido — julgo eu, a engenheira Alexandra Reis — para arranjar um seguro, os capitais do seguro reduziram substancialmente e a alternativa ao seguro era contemplar no contrato de gestão essa segurança aos administradores.

Gostava que me confirmasse se é assim ou não e se se mantém até hoje a questão dos contratos de gestão por resolver, que eu julgo que também, pelo menos, até há pouco tempo, esta questão estava por resolver — desde 2021 até hoje.

Teve contactos ou não com João Nuno Mendes e em que contexto? Também acho que ainda ninguém colocou esta questão e é importante nós percebermos.

Alexandra Reis reportou aqui, e consta da audição, que teve um pequeno desaguizado com o CFO a 27 de janeiro de 2022. A 25 de janeiro o CFO tem acesso à reestruturação ou àquilo que se estava a pensar para o Conselho. E aqui a nossa dúvida é se a interferência do CFO em competências que estavam sob os pelouros de Alexandra Reis era já porque, eventualmente, o CFO saberia, ou não, que Alexandra Reis poderia estar com

guia de marcha, como se costuma dizer — isto se tiver informação, se não tiver, diz isso e a questão fica esclarecida.

Para terminar, era importante perceber se, em algum momento, elaborou algum memorando, documento, pedido informativo, ou similar ou conexo, para o Sr. Primeiro-Ministro sobre a questão da TAP. Se sim, quando, em que contexto, em que a data e qual o respetivo conteúdo.

Em jeito de conclusão, face a todas as respostas que aqui deu e a tudo aquilo que ouvimos, há algumas conclusões que nós podemos tirar desta inquirição: que o Governo assumiu, através do Ministério das Infraestruturas, a determinada altura, quase a gestão da TAP, até a questão do *renting* das viaturas bloqueou, portanto era o Ministério que já decidia questões que eram mediáticas, como aqui disse, e, por outro lado, o Ministério das Finanças tardava em responder a questões essenciais, ou era a Direção-Geral do Tesouro, ou era o Ministro das Finanças, ou era algum Secretário de Estado... Também concluímos isto.

Percebemos também o incómodo do PS, mas, de facto, o tal parecer da Linklaters confirma que, a 12 de janeiro de 2022, o Ministro Pedro Nuno Santos recebeu esse parecer, sabia que a empresa está ao abrigo do Estatuto de Gestor Público e, portanto, se houvesse algum pagamento de indemnização ela seria ilegal.

Para terminar, pedia que me dissesse se afirmou esta frase: «O papel do Grupo Parlamentar do PS não é de escrutínio, é de proteção do Governo.» Gostava que confirmasse se disse mesmo isto, é que eu posso ter ouvido mal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel Beja, tem a palavra para responder às questões que foram formuladas pelo Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, eu encontro 11 questões na

sua intervenção, vou tentar ser sistemático e pedir, novamente, a sua ajuda.

Do ponto de vista das orientações que temos do Governo, o Conselho de Administração quando entrou em funções o documento mais relevante que teve foi o plano de reestruturação, que continuamos a seguir.

Desde o anúncio da intenção da nossa destituição, não tenho a linha do tempo, julgo que fizemos duas reuniões de Conselho da Administração, uma particularmente longa, em que até os administradores, em particular, os não-executivos, que recebem a documentação apenas, normalmente, quatro dias antes, queixaram-se de que a documentação total a analisar era de 1300 páginas...

O princípio que temos seguido do ponto de vista do Conselho da Administração é fazer tudo aquilo que é necessário fazer, mas não tomar decisões futuras de Conselho da Administração que possam ser tomadas pelo novo Presidente do Conselho da Administração e da Comissão Executiva, que será a mesma pessoa — a quem já dei os parabéns pela nomeação e por quem tenho excelente estima profissional.

Em relação à segunda pergunta sobre se já me defendi da intenção de destituição, posso dizer-lhe que já fui ouvido em audiência prévia, como é conhecido.

Em relação aos deveres de reporte, há uma articulação natural maior do administrador do pelouro financeiro com as Finanças, até pela natureza as decisões têm de ser tomadas.

Genericamente — aquilo que tentei —, disponibilizei-me e pedi para que a comunicação entre a TAP e as tutelas fosse feita com o meu conhecimento e com a minha presença, mas não tive sucesso suficiente nessa demanda.

Em relação à quinta pergunta, a sua interpretação de que o Ministro João Galamba terá excluído a TAP do processo de privatização não foi, de todo, aquilo que eu quis dizer e, peço desculpa, por ter sido pouco claro. O

gabinete do Ministro João Galamba excluiu o Conselho de Administração de informação sobre o trabalho feito, contratado pelo Conselho de Administração e que deve ser reportado ao Conselho de Administração, até na própria resolução em que essa delegação foi feita pelos dois membros da Comissão Executiva. O gabinete do Ministro João Galamba excluiu de informação sobre o progresso desse processo em *e-mail* que me foi reenviado pela Presidente da Comissão Executiva, recebido do gabinete do Ministério.

Sexta pergunta, em relação aos contratos de gestão e se eles são uma alternativa ao D&O. Os contratos de gestão era necessário que fossem feitos, ou seja, mesmo que as sugestões dadas pela TAP em relação à proteção dos administradores não fossem aceites, o contrato de gestão tinha de ser assinado em qualquer dos casos.

Em relação ao futuro, como já tive oportunidade de dizer nesta audição, durante o mês de janeiro foi pedido pelo Ministro João Galamba, ao abrigo do decreto-lei de dezembro de 2021, que fossem propostos objetivos, esses objetivos deveriam ter sido aprovados na reunião de 16 de fevereiro, e conseguimos encontrar a solução jurídica para os administradores não executivos, porque os administradores executivos não podem ter objetivos operacionais, não podem ter objetivos associados com resultados, não podem ter prémios, porque isso poria em causa o seu papel de garante do bom funcionamento.

Combinei com a Comissão Executiva que houvesse uma proposta de objetivos que cumprisse a regulamentação para ser discutida no dia 16 de fevereiro. Foram tempos muito conturbados, a Comissão Executiva não teve capacidade, por isso, na sua agenda, e, entretanto, aconteceu tudo o que aconteceu e, de alguma forma, esse tema saiu do radar, mas eu estou certo de que já há trabalho avançado e de que haverá condições para estabelecer esses contratos de gestão entre os administradores que continuam em funções e o acionista.

Tive contactos extensos com o secretário de Estado João Nuno Mendes na altura da entrada em cooptação, num primeiro momento, da administradora Sofia Lufinha, como já lhe referi, tive uma reunião, presencial, com o secretário de Estado João Nuno Mendes, tive recentemente uma reunião maior já com o novo secretário de Estado, Pedro Sousa Rodrigues, foi o único contato que tive com ele, numa sala bastante completa, naquela sala maior, que não é o Salão Nobre, mas a outra sala grande do Ministério das Finanças, em que estavam presentes os dois secretários de Estado, e estes foram os contactos presenciais que me lembro de ter tido.

Não tenho qualquer interpretação sobre o «desaguisado», não sei se foi a expressão que utilizou, ou se estou eu a interpretá-la, entre o administrador com o pelouro financeiro e a administradora Alexandra Reis. A descrição que eu ouvi foi aquela que foi feita aqui pela administradora Alexandra Reis há poucos dias.

Nunca fiz nenhum memorando para o Primeiro-Ministro, nunca tal me foi pedido.

Em relação à frase sobre o papel do Grupo Parlamentar do PS, a minha sugestão é que consulte as atas que vão ser emitidas desta reunião, em que *verbatim* será dito, porque eu, como deve calcular, não tenho memória das palavras exatas que utilizei.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, por cinco minutos para colocar as questões.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Doutor Manuel Beja disse que teve conhecimento do despedimento no dia do anúncio público, da parte da manhã e sem referência à justa causa.

Disse também que, e passo a citar: «se tivéssemos consciência teríamos aplicado o Estatuto do Gestor Público.»

Ora, o Estatuto do Gestor Público, estando em forma de decreto-lei, no seu artigo 25.º, n.º 1, alínea *b*) diz que: «O gestor público pode ser demitido quando lhe seja individualmente imputável uma das seguintes situações: a violação grave por ação ou omissão da lei ou dos estatutos da empresa.»

A questão que lhe coloco, objetivamente, e uma vez que assumiu que não tinha conhecimento do Estatuto do Gestor Público, é se, aqui, não há uma omissão da lei, e, havendo omissão da lei, o artigo 25.º é claro no que diz respeito à demissão, e por aqui podemos concluir que terá sido bem demitido — esta é a primeira questão que lhe faço.

Depois, tenho uma série de afirmações proferidas pelo Sr. Doutor hoje, que vou citar, uma a uma, e sobre as quais gostaria que me dissesse se são corretas, para não utilizar outros termos hoje, ou se são incorretas — afirmações que terão sido da sua autoria, e que eu vou citar.

Primeira, acusou o Governo de ingerência; disse que o princípio da não-interferência foi sendo substituído pela prática de controlo por parte do Governo; disse que a tutela política perdeu o norte; disse que o papel do Grupo Parlamentar do PS não é de escrutínio, mas, sim, de proteção do Governo; sugeriu que se devesse perguntar ao Grupo Parlamentar do PS como chegou a tais conclusões ilógicas; disse também que a IGF deu cobertura aos membros do Governo; disse que os advogados deram cobertura aos membros do Governo e não aos gestores da TAP.

Depois, é certo e sabido que, pelo menos, foi o que assim foi comunicado, a origem dos despedimentos do Presidente da Administração e da Presidente da Comissão Executiva foram com base nos relatórios da IGF e o Dr. Manuel Beja disse que a opinião da IGF não tem força de lei, mas que, desde o início do processo, António Costa e Fernando Medina — e

peço-lhe que aponte estes nomes, António Costa e Fernando Medina — tinham querido colocar a IGF como decisor neste processo.

Portanto, para finalizar, respondendo-me afirmativa ou negativamente se estas são afirmações suas, pergunto-lhe, com base nesta última afirmação que fez, se acha que também há ingerência política no seu processo de despedimento. Terão sido António Costa e Fernando Medina, segundo o que as afirmações me levam a concluir, a querer demitir o Dr. Manuel Beja, tendo usado a Inspeção-Geral de Finanças como instrumento mais fácil para lá chegar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel Beja, pedia-lhe que desse resposta a estas questões.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigado pelas suas perguntas.

Em relação à justificação para a destituição, o meu conhecimento é que as leis emanam do Parlamento e a interpretação das leis é feita pelos tribunais, de maneira que a interpretação daquilo que se passou e da aplicabilidade das leis poderá, eventualmente, vir a ser feita pelo poder próprio, que é o poder judicial.

Em relação a todas as afirmações que me atribuiu, eu referia duas: «Este exercício de tutela política começou muito bem, mas perdeu o norte ao longo do caminho», que consta na minha intervenção inicial; e refiro também que: «O princípio da não-interferência...» — foi a palavra que utilizei — «... foi sendo progressivamente substituído pela prática do controlo».

Todas as outras declarações que o Sr. Deputado me atribui constarão em ata da Comissão, de maneira que peço, por favor, que as verifique, que confie nos trabalhos dos serviços da Assembleia para conseguirem reproduzi-las *verbatim*.

Muito obrigado, Sr. Deputado, muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Filipe Melo pede a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, o Sr. Dr. Manuel Beja respondeu, como ouvimos, e estará em ata certamente, pelo que poderemos aí tirar as conclusões devidas do que foi ou não proferido.

Mas a última questão que eu fiz foi uma questão, não foi uma afirmação, e eu gostava que pudesse ser respondida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, está-se a referir concretamente a qual última questão que fez? Se puder precisar-me para eu colocar a questão...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Com a permissão do Sr. Presidente, eu volto a fazer a questão.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, e eu transmito-a ao Dr. Manuel Beja, como temos feito até aqui.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem.

Sr. Presidente, eu tinha dito que o que foi anunciado foi que o despedimento do Sr. Presidente do Conselho de Administração e da Sr.^a

Presidente da Comissão Executiva tinha surgido por causa das conclusões tiradas do relatório da IGF.

Depois, disse o Dr. Manuel Beja que as opiniões da IGF não têm força de lei, mas que, desde o início do processo, António Costa e Fernando Medina tinham querido colocar a IGF como decisor neste processo.

O que eu pergunto é muito simples: se o que levou ao despedimento foi o relatório da IGF — pelo menos, foi isso que nos chegou ao conhecimento —, na opinião do Dr. Manuel Beja, quem deu força a este relatório terão sido o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças? E, se sim, essa foi a forma mais fácil de chegar ao despedimento dos dois Presidentes, a da Comissão Executiva e o do Conselho de Administração?

O Sr. **Presidente**: — Dr. Manuel Beja, a estas questões que o Sr. Deputado Filipe Melo acabou de colocar, pedia-lhe que desse a resposta que é possível, em função daquilo que foi a audição.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, eu referi aquilo que entendi como sendo uma intenção do Primeiro-Ministro António Costa e do Ministro Fernando Medina de pôr a IGF enquanto juiz deste processo, em declarações públicas no início deste processo, dizendo que, de alguma forma, a sua opinião seria uma opinião que moldaria a ação e que, de alguma forma, teria força de lei.

Tecnicamente, obviamente, a IGF não tem força de lei, é um parecer jurídico legítimo, feito por uma entidade credível...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Que não fala português...

O Sr. **Presidente**: — Pedia só que criássemos condições. Estamos quase no fim dos nossos trabalhos, falta muito pouco.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Confesso-lhe que esqueci a primeira parte da pergunta, mas não quero voltar a pedir e vou tentar repô-la.

Em relação às motivações, terão de perguntar aos dirigentes políticos que cá virão falar sobre estes temas.

Eu adivinharia que se escudarão em temas legais, que serão hipoteticamente disputados pelo poder judicial. Mas, obviamente, a TAP, neste momento, assumiu uma dimensão política mediática tão grande que é inevitável que Governo e oposição não continuem a utilizar a TAP como instrumento para temas que não têm nada a ver com a gestão da TAP nem com o bom desempenho operacional que está a ter.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Filipe Melo pede a palavra novamente.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É para uma interpelação à Mesa novamente, Sr. Presidente, agora sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, eu, se posso concordar com a resposta elegante do Dr. Manuel Beja na primeira parte da questão, fugindo em responder à questão, já não posso aceitar que o Sr. Doutor tivesse dito que havia — e, por outras palavras, foi o que disse — um aproveitamento político dos vários grupos parlamentares em usar a TAP como arma de confronto.

Eu acho que isso não pode ser utilizado neste tipo de inquérito, pelo que peço ao Sr. Presidente que esclareça isso devidamente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a resposta do Dr. Manuel Beja é a resposta que o Dr. Manuel Beja entendeu dar às questões que foram colocadas. Penso que é esclarecedor aquilo que ele respondeu e, como é evidente, a Comissão de Inquérito avaliará todas as questões e todas as respostas em termos de relatório final.

Pedia que passássemos, então, à última das perguntas desta segunda ronda. O Sr. Deputado Bernardo Blanco tem 5 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Manuel Beja, nas suas mensagens com Hugo Mendes relativamente à Groundforce, diz, no dia 23 de julho de 2021: «Bom dia, Hugo. Conselho da Administração sobre a Groundforce agora às 9 horas. Documentos de suporte foram enviados ontem quase à meia-noite, terá recebido informação sobre a operacionalização da Comissão Executiva. Vou confirmar que assim foi.»

A resposta, nós não a temos, por isso eu tento só aqui adivinhar o que é que se passa, porque depois diz que a base é o Decreto-Lei n.º 133/2013, artigo 25.º, n.º 5. Quando se vai ver, eu acho que uma das alíneas diz que as operações que tragam responsabilidades financeiras efetivas que ultrapassem o orçamento precisam da autorização da tutela, da função acionista.

Depois, também não sabemos o que é que o Sr. Secretário de Estado na altura respondeu, mas disse-lhe: «De acordo, a minha expectativa é que ambos deem a sua autorização, cumprindo a legislação acima referida» — imagino que «ambos» aqui sejam os dois Ministérios, o das Finanças e o das Infraestruturas.

Também não sabemos a resposta, mas depois volta a dizer: «Tem de haver sustentação numa posição muito bem definida, sugiro que tente perceber junto das Finanças e/ou junto da Comissão Executiva onde podem estar estes 5 milhões de euros no orçamento anual da TAP para 2021.»

A minha primeira pergunta é: que operação era esta?

Segunda: o que é que eram estes 5 milhões de euros, que, pelos vistos, estavam perdidos e não se conseguiam encontrar, nem do lado da TAP, nem do lado do Governo?

Depois, perguntava também se, efetivamente, houve alguma operação financeira, neste caso assinada pelos dois Ministérios.

O Sr. Doutor acaba as mensagens com uma expressão curiosa — «é bom que rememos todos para o mesmo lado» —, e eu gostava de saber também, então, qual era a discrepância entre as Finanças e as Infraestruturas nesta operação.

Eram estas quatro perguntas.

Ainda relativamente à Groundforce, do que eu percebo, quer dizer, a TAP, em si, começou por fazer os adiantamentos dos pagamentos de serviços, exatamente para ajudar a Groundforce a pagar salários, do que me parece, entre novembro e março.

Do que eu consigo perceber também, ali no início do ano houve uma grande guerra, digamos assim, entre o Ministro Pedro Nuno Santos e o acionista privado, que era maioritário, como se sabe. A partir daí acabaram-se os adiantamentos, sendo que, em março, a TAP faz aquele *sale-leaseback* e compra por 7 milhões os ativos da companhia.

A seguir o acionista diz «eu não pago», basicamente, e aí começou a haver também uma pressão cada vez maior, acho eu, para nacionalizar a companhia. E depois foi declarada a insolvência, até pela Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis.

O que eu percebo é que chegamos ao verão e, não havendo adiantamentos, já não havendo os 7 milhões do valor por que os ativos foram comprados, provavelmente já não havia dinheiro para pagar salários.

O que eu lhe pergunto é se esta operação de que se falava anteriormente, que foi em julho de 2021, quando chegamos ao verão, era exatamente para pagar salários.

Gostava de saber que operação foi esta, porque, já não havendo adiantamentos, já não havendo esta hipótese de comprar os ativos, houve aqui alguma operação financeira, provavelmente. Como sabemos, também há aqui muitas condicionantes europeias, porque isto poderia ser considerado algum tipo de apoio, não é? Por isso, gostaria de saber o que é que foi esta operação e se foi efetivamente para pagar salários nos meses seguintes.

Depois, muito rapidamente, tenho algumas perguntas ainda sobre o caso de Alexandra Reis.

Pergunto-lhe se considera que a CEO e o CFO, ao falarem diretamente com o Governo, passavam por cima da sua função de fazer a ligação com o acionista.

Pergunto-lhe também se considera que os serviços jurídicos da companhia estiveram envolvidos no processo, porque até agora toda a gente que veio aqui disse que não, mas o Ministro Pedro Nuno Santos, no seu comunicado, disse que todo o processo de saída foi acompanhado pelos serviços jurídicos da companhia. E eu gostava de ter a sua posição.

Depois, terminando, muito rapidamente, isto já fazendo uma nota final, o Estatuto do Gestor Público é referido várias vezes nos *e-mails* relativos aos contratos de gestão, que toda a gente recebeu. Por isso, quer o Sr. Dr. Manuel Beja, quer a Sr.^a CEO, quer a Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis, quer os governantes na carta que o Sr. Dr. Manuel Beja enviou ao Ministério das Finanças e ao Ministério das Infraestruturas, por exemplo, toda a gente recebeu *e-mails* em que se falava do Estatuto do Gestor Público.

Se a lógica aqui é provar que alguém tem culpa, porque, se viu um *e-mail* com isto, deveria conhecer... Todos eles! Nós temos as comunicações e os *e-mails*, e todos eles viram *e-mails* em que se referia o Estatuto do Gestor Público.

O ponto a seguir é que todos eles dizem que confiaram nos advogados — e nós aí, obviamente, poderemos questionar —, mas o meu ponto é que todos eles tiveram *e-mails* em que se referia o Estatuto do Gestor Público, incluindo os governantes.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Manuel Beja, tem a palavra para responder a estas questões.

Faça favor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Deputado, a primeira coisa que noto, com agrado porque era uma das minhas funções, é a garantia de que havia boa circulação de informação. De maneira que, quando diz que há uma informação que é disponibilizada a todos os intervenientes, eu vejo isso com bons olhos, na medida em que essa é uma função importante para garantir que não há assimetria de informação.

Em relação aos serviços jurídicos, a descrição que eu tenho da Presidente da Comissão Executiva sobre a intervenção deles é que foi apenas no *interface* com a CMVM e que, na altura, também não havia capacidade dos serviços jurídicos para fazer mais. A pessoa que liderava a área jurídico-laboral julgo que já tinha saído nessa altura, o líder da área jurídica não laboral estava interinamente, como já foi referido nesta audição. De maneira que, do que é meu conhecimento e por descrição de terceiros, neste caso da Presidente da Comissão Executiva, Christine Ourmières, foi apenas a articulação com a CMVM.

Em relação ao tema da Groundforce e da troca de mensagens, nem olhando para as mensagens completas consigo perceber exatamente o que está aqui em causa.

O meu «rememos todos para o mesmo lado» é no sentido de garantir que, de facto, há a mesma vontade de resolver os temas que estão em cima da mesa. Essa reunião foi menos de um mês depois de tomarmos posse, e poderei tentar ir às atas das reuniões — talvez o Sr. Deputado tenha feito isso — perceber o que é que estava em causa nesse momento.

Em duas palavras também, qual foi a nossa preocupação em relação à Groundforce? Garantir que não havia interrupções operacionais. Ou seja, a Groundforce é uma empresa participada da TAP, mas também é um fornecedor da TAP. Como qualquer acionista, e nós éramos minoritários, ou com administradores judiciais, nós temos de garantir a continuidade da operação da Groundforce, porque sem Groundforce não há TAP — e podemos discutir se deve ser internalizada ou não deve ser internalizada, não é essa a opção. Mas a nossa preocupação foi sempre garantir que a Groundforce não parava, que a paz social da Groundforce era atingida e atingível, que os problemas de recrutamento que a Groundforce tinha sentido ao longo dos últimos tempos eram ultrapassados e que tinha *staff* suficiente — isto já mais tarde, talvez no ano seguinte.

Ou se a preocupação foi sempre para, no futuro, garantir um bom acordo de prestação de serviços entre a Groundforce e a TAP, nos momentos críticos, garantir que a Groundforce não parava, por exemplo, por falta de caixa. Isso pode ter sido feito com adiantamentos de serviços futuros ou outra solução qualquer. Não me lembro de nenhuma situação que merecesse preocupação em relação a esse tema.

Normalmente aquelas que merecem preocupação, Sr. Deputado, ficam na memória.

Respondi ao Sr. Deputado ou faltou alguma coisa?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não!

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Se o Sr. Presidente me permitir responder melhor eu responderei, mas tenho de perceber melhor a pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Doutor.

Penso que estamos em condições de passarmos à terceira ronda. Sr. Deputado Bernardo Blanco, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, é muito rápido.

Eu fiz, efetivamente, várias perguntas sobre este tema da Groundforce que não foram respondidas. Por um lado, eu percebo: se o Sr. Dr. Manuel Beja não se lembrar, não se lembra mesmo, claro. O Sr. Dr. Manuel Beja também me respondeu que se fosse uma operação relevante se lembraria. Mas estamos aqui a falar de 5 milhões de euros do orçamento da TAP em que, pelas mensagens, nem o Governo nem a TAP sabem onde é que estão.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — São 10 Alexandras!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Exato, são 10 vezes o caso da Alexandra Reis. E por isso, eu se calhar até pedia...

Nós, como sabe, só recebemos as comunicações de um lado, não é? Não recebemos as respostas a essas comunicações. Mas, se calhar, o Sr. Doutor poderia ver as respostas que recebeu e, tendo esse contexto, conseguiria responder, porque estamos a falar de 5 milhões de euros.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, Sr. Deputado, aquilo que sugere é que a Comissão pergunte formalmente sobre essa questão. É essa a sugestão, não é? Porque aparentemente o Sr. Dr. Manuel Beja...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Se o Sr. Doutor não tiver aqui as respostas que recebeu...

O Sr. **Presidente**: — Eu presumo que não, porque foi o sentido da resposta, mas Dr. Manuel Beja, se tiver alguma questão mais...

Ou então, faremos a pergunta por outra forma, nomeadamente por escrito, para a TAP.

Faça o favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Srs. Deputados, pode haver uma discussão legal grande sobre a admissibilidade das mensagens. Para mim, as mensagens são profissionais e, desse ponto de vista, forneci aquilo que emiti, que me pareceu a solução equilibrada.

Se os Srs. Deputados tiverem interesse em obter aquelas que foram emitidas por outras partes, a minha sugestão é que peçam diretamente a essas partes.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não enviaram.

O Sr. **Manuel Beja**: — Depois de ler — estou a ler aqui — aquilo que as duas partes dizem, continuo a não conseguir compreender, nem a conseguir lembrar-me do contexto a que estamos a referir-nos e, especificamente, ao que é que esse valor de 5 milhões de euros diz respeito.

Com toda a transparência.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Portanto, Sr. Deputado Bernardo Blanco, aquilo que sugiro é que nesta questão, se assim entender, façamos a questão através da Comissão, para que possamos mais bem dar a compreender e a relembrar as questões que tenham sido colocadas pelo Sr. Deputado.

Passamos à terceira ronda. Na terceira ronda, cada um dos Srs. Deputados inscritos tem 3 minutos e o depoente tem o tempo que entender para as respostas.

Temos inscritos, para esta terceira ronda, cinco Srs. Deputados: o Sr. Deputado Paulo Moniz, o Sr. Deputado Filipe Melo, o Sr. Deputado Bernardo Blanco, o Sr. Deputado Bruno Aragão e o Sr. Deputado Bruno Dias.

Sr. Dr. Manuel Beja, pede a palavra para que efeito?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Com a sua licença, Sr. Presidente.

Não é uma interpelação à Mesa, mas é quase, é um esclarecimento. Esclareça-me só como é a mecânica da terceira ronda. É resposta-pergunta-resposta-pergunta, ou é tudo em conjunto?

O Sr. **Presidente**: — Não, é uma resposta global a todas elas. Ou seja, teoricamente teria 15 minutos para responder, mas, como é evidente, temos todo o gosto e todo o tempo para ouvir as respostas, se o tempo de resposta for mais longo.

De qualquer forma, são cinco intervenções, cada uma delas tem 3 minutos e seremos muito rigorosos com o tempo atribuído a cada uma das perguntas.

Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra, por 3 minutos. Faça o favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Manuel Beja.

Dr. Manuel Beja, tenho três questões. Ou melhor, uma primeira conclusão que me ficou da sua longa audição, que é uma relação tortuosa com os acionistas. Aliás, registei uma expressão sua, que é, «parece que estamos a pedir favores, no relacionamento com as Finanças».

Sr. Doutor, como é que entende que uma empresa que está no mercado competitivo da aviação internacional — que tem de tomar decisões, que tem de ser ágil, que tem de ser consequente — tenha meses de espera na resposta dos acionistas e tenha de pedinchar a intervenção do acionista? Como é que o Estado, corporizado nestes acionistas, pode gerir bem uma empresa da dimensão da TAP?

Tenho uma segunda pergunta. O Sr. CFO, relativamente a uma pergunta que, aliás, eu fiz, sobre aquilo que foi para a CMVM uma mentira, face às razões da rescisão da Eng.^a Alexandra Reis, disse-me: «foram-me dadas instruções para colocar isto que aqui está e eu só assinei.» Como é que o mercado pode confiar naquele que, formalmente, no Conselho de Administração, representa a relação da companhia com os mercados, onde a confiança e a credibilidade são fatores absolutamente cruciais para o mercado entender o que a companhia diz? Como é que, num processo de privatização que se vai iniciar, se pode entender uma figura que se relaciona com o mercado e que admite aqui que, consciente de uma mentira, assina o que lhe põem na frente para enviar para a CMVM?

Isto é algo de fundo. Quer dizer, temos aqui um pecado mortal, é um pecado capital. Não é possível que aquele a quem se exige uma credibilidade inquestionável perante os mercados, assine de cruz o que lhe põem na frente, mesmo reconhecendo que é uma mentira objetiva.

Finalmente, gostaria que elaborasse sobre a relação, na sua perspetiva, do Dr. Miguel Cruz com a Eng.^a Alexandra Reis. Ela, quando aqui esteve,

de facto disse-nos que foi no âmbito do processo de reestruturação, que ela liderou e que culminou com a aprovação por parte da União Europeia, que desenvolveu, digamos, um contacto mais próximo e regular, com o Dr. Miguel Cruz.

Pareceu-me, da sua intervenção — posso estar equivocado —, que também reconheceu, na pessoa do Dr. Miguel Cruz, uma pessoa muito presente, a acompanhar o dia a dia deste processo de execução do plano de recuperação, de reestruturação. Como é que classificaria a relação entre a Eng.^a Alexandra Reis e o Dr. Miguel Cruz? Próxima, muito conhecedora, muito assídua? Quiçá, porventura, tenha sido a génese para que ela pudesse, depois, vir a ser Secretária de Estado do Tesouro, ou pelo menos ter sido identificada para tal?

Gostava que aprofundasse esta relação entre a Eng.^a Alexandra Reis e o Dr. Miguel Cruz.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Filipe Melo, faça o favor, tem 3 minutos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Manuel Beja, na minha opinião, no final desta audição, ouvimos, em audição, as três peças fundamentais do xadrez dentro da TAP — excluindo, naturalmente, o Governo —: Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e CFO.

O CFO disse aqui — precisamente onde o senhor está sentado — que teve conhecimento formal do acordo quando o Dr. Manuel Beja lhe enviou um *e-mail*, a 4 de fevereiro de 2022, com o comunicado que teriam de enviar para a CMVM.

A CEO, na semana seguinte, desmentiu e disse que o CFO sabia de todo o processo desde o início. Foi mais longe e disse que essa informação poderá

ser corroborada, ou não — este ou não, não sei o que é que queria dizer —, pelo *Chairman*.

Portanto, temos o CFO a dizer uma coisa, temos a CEO a desmentir e temos a mesma CEO a desafiar o Presidente do Conselho de Administração a repor a justiça neste processo. Portanto, de uma forma concreta, e neste impasse, será o Dr. Manuel Beja a desempatar este processo.

E o que lhe pergunto, clara e objetivamente, é: quem é que tem razão nesta troca acesa de palavras dentro desta Comissão, CEO ou CFO? Sabia ou não o CFO desde o início do processo?

Quanto ao desafio lançado pela Sr.^a Christine Widener, o Dr. Manuel Beja corrobora ou não esta informação, de que ele sabia e simplesmente assinou um contrato, um acordo falso, com irregularidades, para ser enviado à CMVM que, ao que parece, foi preparado por uma sociedade de advogados e teve o crivo final do Presidente do Conselho de Administração e da Presidente da Comissão Executiva?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Usa agora da palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco. Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, eu ainda estou aqui a ver se descubro sobre o que é que isto era, a ver se tenho aqui mais alguma informação sobre isto. Quer dizer, tenho duas potenciais hipóteses. Podia ter a ver exatamente com resultados do tal *sale-leaseback*, que, depois, não sei, como não chegou a ser pago, podia ter havido ali algum problema, não sei... Podia também ter a ver com aquela questão de a Groundforce dizer que a TAP lhes devia dinheiro, mas acho que o valor também era mais do que 5 milhões — acho que a Groundforce dizia que eram 5,5 —, por isso também duvido que seja isto, porque senão penso que a mensagem teria o valor exato.

Por isso, ainda não consegui perceber. Ando aqui à procura da ata da reunião, mas também me parece que não está aqui, também não a encontro — mas pode ser falha minha, depois vou procurar melhor.

Por isso, o que lhe peço é, então, que se se lembrar de alguma coisa nos envie por escrito, e eu também irei fazer um requerimento.

Tenho apenas uma pergunta final rápida, que é relativamente à privatização em si. Do que já sabemos, a Evercore está, há pelo menos nove meses, a trabalhar para a TAP sem ter um contrato. Já tinha dito aqui que não sei se isto é ilegal, mas altamente irregular é de certeza. E depois parece que não há nenhum processo de privatização em curso. Portanto, queria-lhe perguntar se há um processo de privatização em curso ou não.

Quero dizer, contrataram... Não contrataram ainda, mas está uma empresa há nove ou dez meses a fazer a assessoria para vender a empresa, mas depois parece que, formalmente, não há nada, só porque isso não dá jeito ao Governo. Mas, na prática, está a haver, e se, na prática, está a haver, então não estão a cumprir a Lei Quadro das Privatizações.

E pergunto-lhe, por isso: quando é que o processo começou? Pelo que também se sabe, imediatamente a seguir às eleições, houve quase esta instrução para que se comesçasse, então, a vender a companhia. Depois, houve a seleção da Evercore, e eles estão há nove ou dez meses sem contrato. E eu pergunto-lhe se não acha isto altamente irregular, no mínimo.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão. Faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, peço desculpa pelo rigor ou pelo detalhe de perguntar a hora a que entra e a hora a que sai, mas é porque, de facto, isto é sobre factualidade, não é sobre o que eu penso que aconteceu, é mesmo sobre o que aconteceu, e isso é muito relevante.

Portanto, faço-lhe uma última questão, exatamente sobre esse período. Nós sabemos que chega à TAP já depois das 16 horas e 50 minutos, temos isso em mensagens. E, por meio de mensagens da CEO, sabemos que sai da TAP por volta das 18 horas e 17 minutos, o que significa que está na TAP entre as 17 horas e as 18 horas, entre as 17 horas e as 19 horas, portanto, durante duas horas nesse longo dia. Isso significa que tudo o resto nesse dia foi sendo articulado por meios telefónicos, WhatsApp e mensagens.

E sabemos também que alguma da factualidade de audições anteriores não se confirma. Mas há um dado que temos hoje: a CEO da TAP é o pivô que contacta com os diferentes atores de todo este período. Articula, ou fala, consigo, com o CFO, com a SRS, com o Secretário de Estado Hugo Mendes, com a CMVM — porque é a CEO que faz essa coordenação, essa comunicação à CMVM no final do dia, com aquela mensagem às 22 horas e 57 minutos —, é a CEO que fala com Alexandra Reis, é a CEO que fala com a SRS, que fala com os advogados de Alexandra Reis, que falam com Alexandra Reis. Portanto, há aqui alguém que tem sempre a informação toda.

Falta-me uma última questão para poder fechar, ou ir fechando, a factualidade do que pode ter acontecido naquele tempo e para termos, de facto, um fio do tempo que seja rigoroso e a partir do qual cada um de nós, naturalmente, tirará as suas conclusões, que é sobre a comunicação ao Conselho de Administração.

Nós temos uma mensagem que a CEO lhe envia, às 21 horas e 28 minutos do dia 4, sugerindo que envie uma mensagem a todos os membros do Conselho de Administração, por WhatsApp ou por *e-mail*, para ter a certeza de que eles recebem — incluindo a Comissão Executiva —, dizendo que ela resignou. A CEO escreve isto nessa mensagem. A pergunta que eu lhe faço é quem coordena, de facto, a comunicação aos restantes membros do Conselho de Administração e se os restantes membros do Conselho de Administração tiveram acesso, entretanto, nos dias posteriores, ao acordo

assinado pela Eng.^a Alexandra Reis, porque isso pode ser uma das coisas que explica a tal mensagem, das 23 horas, sobre a confidencialidade, ou não, daquele acordo.

O Sr. **Presidente**: — Usa agora da palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Dr. Manuel Beja, vou terminar colocando as últimas perguntas, que são as primeiras que eu coloquei hoje à tarde, sobre o tema que esta tarde abordámos, do seu alerta ao Governo sobre as potenciais incompatibilidades e conflitos de interesses de quem está como administradora da TAP, SGPS e da TAP, SA ao mesmo tempo.

Queria voltar a esse tema para fazer uma pergunta que, na altura, não fiz, que é se aquela carta, com um carácter tão vivo, com um carácter tão impressionante, era alguma coisa mais que um *disclaimer*, do que uma coisa do género «vocês lá sabem, mas não é para falta de aviso.»

É que, depois, as consequências daquilo foram nada, porque depois o resultado daquilo, pelo que eu percebi, foi zero. Portanto, no limite, aquilo resolvia-se de uma forma: o senhor admitia-se de um lado e ficava do outro, já não havia conflitos de interesses. Mas não fizeram isso, nem o senhor nem os outros.

Última questão, só para a gente esclarecer aqui uma dúvida, se calhar fui só eu que fiquei com esta dúvida. Quando falámos da questão — e agradeço, desde já, aquela correção ao lapso dos 5 milhões de euros — da cobertura da apólice do seguro dos *Directors* e *Officers*, na sua resposta, o senhor disse, de uma forma muito breve e muito sucinta, que considera, sujeito a confirmação, que o risco que é coberto pela apólice deste tipo de seguros exclui, à partida, os riscos de litigância com o Estado e, desde logo, com o acionista Estado.

Não lhe vou perguntar se é assim, o senhor não tem a obrigação de saber de cor a apólice do seguro, a questão que eu coloco é a outra. É que, tendo em conta que aqui, numa outra audição, alguém nos disse que admitia a possibilidade de ativar essa apólice e de recorrer a esse seguro, relativamente a um processo de litigância com o Estado, eu pergunto qual é o seu posicionamento nessa mesma matéria — no que a si diz respeito, não pedindo a sua opinião sobre outras pessoas.

Não tendo nós agora, aqui, a certeza absoluta se a apólice desse seguro de *Directors e Officers* faz a cobertura de riscos de litigância eventualmente com o Estado, eu pergunto-lhe, independentemente de ter ou não essa cobertura, caso tenha, se o senhor admite, como já outra pessoa aqui admitiu, a hipótese de o ativar e de recorrer a ele nessa situação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel Beja, tem a palavra para responder às questões que foram formuladas pelos Srs. Deputados.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados, por todas as perguntas.

O Sr. Deputado Paulo Moniz faz-me a pergunta de como o Estado pode gerir bem uma empresa com a dimensão da TAP — julgo que a pergunta é essa. Eu diria que, primeiro, a responsabilidade da gestão da empresa não é do acionista.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não está a responder...

O Sr. **Presidente**: — Faz favor de continuar Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Neste caso, eu fico desiludido comigo mesmo, porque foi a pergunta que eu fiquei convencido de que tinha

apontado quase palavra por palavra, de maneira que, se começa a correr já mal... O meu cansaço não me está a permitir tomar as notas adequadas para vos responder.

Do meu ponto de vista, o acionista não tem de gerir a empresa, o acionista tem de dar orientações estratégicas, tem de nomear um Conselho de Administração independente, competente, o acionista tem de fazer tudo aquilo que o Ministro Pedro Nuno Santos fez, disse que queria fazer e começou a fazer no início do nosso mandato, e continuar consistentemente a seguir esse caminho. A gestão de uma empresa como a TAP é bom que seja deixada nas mãos de gestores profissionais.

Segundo, em relação ao tema da CMVM, eu acho que esse tema vai ser esclarecido com o processo contraordenacional que vai ser aberto. Não conheço exatamente o tema da contraordenação que está aberta neste momento, porque só o conheci às 4 horas da tarde, mas o esclarecimento sobre o impacto da completude das declarações na relação com os obrigacionistas, neste caso — porque a CMVM só tutela, entre aspas, só trata a TAP, SA porque nós somos emitentes de obrigações —, será objeto dessa contraordenação.

Em relação ao Secretário de Estado Miguel Cruz e à administradora Alexandra Reis, o papel fundamental, muito positivo, do Secretário de Estado Miguel Cruz no processo não foi de todo na execução do dia a dia, foi na aprovação do plano de reestruturação.

Como os senhores saberão, o Secretário de Estado Miguel Cruz tinha sido presidente da Parpública anteriormente, conhecia muito bem os canais com Bruxelas, relacionava-se com a equipa técnica que estava a tratar o tema do lado de Bruxelas e fez esse papel muito bem. Não tenho qualquer conhecimento, formal ou informal, sobre a natureza da relação profissional do Secretário de Estado Miguel Cruz e da administradora Alexandra Reis,

nem percebi, para ser completamente honesto, que tinha sido tema na primeira audição.

Espero, Sr. Deputado, que considere o meu esforço de ser o mais direto, e peço desculpa pelas dificuldades de interpretação que possa ter tido.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: —No fim faremos uma ronda, Sr. Deputado.

Faz favor de continuar, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — O Sr. Deputado Filipe Melo pergunta-me quem é que tem razão na eventual diferença de opiniões sobre o conhecimento, ou não, do CFO sobre o acordo e sobre o processo de saída, entre as declarações que foram feitas por estes dois administradores.

Não tenho qualquer informação que o possa ajudar a esclarecer isso. Posso-lhe dizer que, até dia 4 de fevereiro, não falei com o CFO sobre esse tema, de qualquer maneira, nem houve qualquer referência a esse tema.

O Sr. Deputado Bernardo Blanco perguntou-me, novamente, sobre o tema da Groundforce e o que é que poderia estar a ser discutido na reunião de 23 de julho. A melhor...

Neste momento, o Deputado Bernardo Blanco forneceu mais informação sobre o tema ao depoente.

Não sei como é que os senhores têm essas informações, mas isto faz algum sentido. Ou seja, neste caso, e é muito coerente com aquilo que lhe disse, naturalmente, nós quisemos garantir a continuidade das operações — julgo que houve uma ameaça de greve, uma possibilidade de greve, caso os subsídios de férias não fossem pagos — e a TAP, que ainda era acionista da

Groundforce, quis encontrar uma maneira de garantir que não havia interrupção operacional e era essa a discussão que estava a ser tida nesse momento.

Também me lembro que, sendo pagamentos de salários, esses valores foram considerados como um crédito da TAP no futuro, não havendo, portanto, um custo assumido pela TAP nesses temas. Não sei se foi a forma de adiantamento de serviços futuros, mas, basicamente, foi uma forma de garantir a liquidez à Groundforce sem incorrer em custos para a TAP, foi apenas uma operação com impacto no balanço.

Em relação à Evercore, a principal pergunta que entendi foi «como vê o não-estabelecimento do contrato até ao momento?» Há poucas semanas tive consciência de que o contrato não tinha sido assinado. A delegação de poderes que é dada aos administradores, Christine Ourmières-Widener e Gonçalo Pires, dá-lhes, claramente, a responsabilidade e a autoridade para estabelecer esse contrato, de maneira que não conheço as razões pelas quais não foi assinado até este momento.

O Sr. Deputado Bruno Aragão faz uma pergunta sobre — duas perguntas, não é? — o conhecimento dos restantes membros em relação ao acordo. Que seja do meu conhecimento, os restantes administradores receberam o texto do acordo só depois do dia 26 de dezembro de 2022, de maneira que, no momento da assinatura do acordo, não seria do conhecimento... pelo menos pela minha parte, esse conhecimento do texto do acordo não foi dado.

Depois, a outra pergunta que me fez foi sobre o tratamento remoto da situação. Posso pedir ajuda ou quer deixar para a segunda ronda, Sr. Presidente? Como é que...

O Sr. **Presidente**: — Não, não, não, faz favor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Vou ter de inventar a pergunta para encontrar uma resposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, pode precisar?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Muito obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Bruno Dias pergunta-me, em relação aos temas da TAP SGPS, SA, se a carta era mais do que o *disclaimer*. Era muito mais do que o *disclaimer*, era um pedido de ajuda, Sr. Deputado.

Nós quisemos, durante todo este período, que houvesse uma solução para esse tema. Que fosse com contrato de subordinação, foi uma das possibilidades que foi seguida durante bastante tempo e havia concordância em relação a essa solução e se a memória, ou a linha do tempo, não me falha, perdeu-se com a mudança de Governo, depois, em abril ou maio de 2022, ou qualquer outra solução.

Mais recentemente, foi proposto que todos os administradores da TAP, SGPS renunciassem ao seu cargo na SGPS e apenas um administrador mostrou disponibilidade para ficar com mais dois administradores externos, foi outra das soluções que foi ponderada.

Ou seja, a separação das duas empresas, não sendo indispensável, porque conseguimos operar durante dois anos sem conflitos de interesse insanáveis — conseguimos fazê-lo durante dois anos —, era desejável e de forma alguma a carta foi mais do que um *disclaimer*. Aliás, como é notório, não foi nunca, nem do nosso estilo coletivo enquanto Conselho de Administração, nem do meu particular, enquanto Presidente do Conselho de Administração, fazer *disclaimers*.

Ou seja, se eu quisesse fazer ouvidos, para constar em ata, todos os pedidos de governança, de melhoria, que fiz ao acionista teriam sido formalizados de outras formas que não as minhas notas pessoais, por exemplo, para a reunião de 10 de janeiro, e que referi na minha intervenção inicial.

Em relação à pergunta que faz sobre a cobertura dos riscos do seguro *Directors and Officers*, no caso de eu, pessoalmente, entrar em litigância com o Estado, remeto para a resposta que dei à Sra. Deputada Mariana Mortágua. Eu não tomei uma decisão sobre esse tema. Embora me possa custar muito dinheiro, não será isso, o facto de ser coberto, ou não, que vai influenciar a minha decisão. Ou seja, eu tomei essa decisão independentemente de existir, ou não, cobertura do segundo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa, mas não percebi.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Então eu posso tentar repetir. O que eu entendi da sua pergunta era se entendia que, no meu caso, eu iria utilizar o seguro *Directors and Officers* para cobrar uma hipotética litigância contra o Estado.

Eu não consigo falar da segunda derivada da cobertura desses custos, quer seja individual ou pelo seguro, quando eu ainda não tomei uma decisão sobre a litigância, quando eu ainda não fui demitido.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Está a caminho...

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Fui substancialmente demitido, isso aconteceu no dia 6 de março, numa declaração ao País, mas, do ponto de vista da deliberação da Assembleia Geral, ainda não fui demitido e não

conheço a formulação que o acionista utilizará para essa potencial destituição.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor. O Sr. Deputado Paulo Moniz tinha pedido a palavra para um esclarecimento sobre a questão. Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente. É evidente que, no adiantado da hora, já estamos aqui há muitas horas e há o cansaço natural do Dr. Manuel Beja, mas as duas questões que eu coloquei não têm mesmo rigorosamente nada a ver com o seu entendimento e, porventura, fui eu que me explicitiei mal.

É evidente que eu sei qual é o papel do acionista na relação que tem com a *governance* e o Conselho de Administração e qual é a autonomia, qual é a independência, onde é que surge a Assembleia Geral, mas essa não é a questão.

A questão que coloquei e o que suscitei à reflexão foram as suas queixas, primeiro, da incapacidade de resposta, em tempo oportuno, do acionista a questões que dependem do acionista, sejam 8 meses para a substituição dos administradores não executivos — a este propósito, registei que disse que, durante este período,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, diga-me exatamente qual é a pergunta, para o Sr. Doutor poder responder.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, com base nas evidências enunciadas pelo Dr. Manuel Beja, o que lhe perguntei é se a este acionista, com este relacionamento de acionista, é possível gerir uma companhia como a TAP no mercado concorrencial.

Falta uma segunda pergunta, Sr. Presidente.

A segunda pergunta sobre o Dr. Gonçalo Pires, CFO, não teve nada a ver nem com o processo, que ainda não lemos em detalhe, ou com a CMVM. Não tem a ver com isso. Tem a ver com o primeiro princípio do CFO, que está designado como o que tem relacionamento com o mercado de valores e capitais, que é: ele assina de cruz um conteúdo que sabe que é falso.

E a pergunta que fiz foi: acha que uma pessoa dessas tem condições, se não está ferido de morte, agora que vai entrar num processo de privatização de um privado que está cotado na Bolsa de Frankfurt, ou noutra qualquer. Essa pessoa vem cá, e diz: «Vou ter uma pessoa a relacionar-se comigo que, se alguém lhe puser um papel à frente para assinar a dizer que a empresa tem o dobro do valor, ele assina de cruz».

Acha que isso é alguém que... ?

O Sr. **Presidente**: — Já percebemos as perguntas, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Essas foram as perguntas.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Bruno Aragão pediu também a palavra para um esclarecimento.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, o Dr. Manuel Beja, como é natural, não se lembrava da questão e não respondeu, e fez bem. Não ia inventar.

Assim, gostaria de saber se o Sr. Presidente me dá a oportunidade de lhe colocar a questão para que o Sr. Presidente a possa colocar ao Dr. Manuel Beja. É a minha questão final, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — A pergunta não foi respondida. É isso, não é, Sr. Deputado?

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Sim, Sr. Presidente.

Foi a pergunta relativamente à qual o Sr. Dr. Manuel Beja disse que não se lembrava e que não podia inventar, porque não fazia sentido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, então se puder esclarecer exatamente, para o Sr. Dr. Manuel Beja poder responder, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Sim, a minha última pergunta tinha a ver com quem é que tinha coordenado a comunicação ao Conselho de Administração — o Sr. Doutor já tinha respondido que os membros não souberam do acordo e, portanto, o CFO que é um membro do Conselho de Administração, não sei se viu o acordo ou não, estava confidencial —, porque na sua intervenção nesta audição a CEO tinha dado um conjunto de informação, que agora verificamos que não é correta, sobre essa forma de comunicação e sobre quem é que fez de facto a comunicação.

Portanto, dentro do Conselho de Administração quem é que coordenou a comunicação para que os outros membros soubessem naquele dia e posteriormente?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agradeço que sejam criadas condições para prosseguirmos. Estamos quase a chegar ao fim dos nossos trabalhos. Está tudo a correr muito bem.

Quero mesmo que cheguemos ao fim para o Dr. Manuel Beja poder agora dar estes esclarecimentos finais, antes de darmos por finda a nossa reunião.

Sr. Dr. Manuel Beja, tem a palavra. Faça favor.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a comunicação ao Conselho de Administração foi feita por mim, por *e-mail* — que achei ser a forma digna de a fazer — e, como os Srs. Deputados saberão, porque leram o texto desse *e-mail*, os membros do Conselho de Administração tinham conhecimento da existência de um acordo. Isso consta da primeira linha do *e-mail*.

Acho que a expressão é capaz de ser algo como: «*We reached an agreement*» ou uma coisa parecida com isso. Ajude-me, Sr. Deputado, porque não tenho o texto à frente. Mas há essa referência... Não, Sr. Deputado, não. Estou a citar de memória. É um risco que não deveria ter corrido. Eu julgo que a referência que faz é apenas que «chegámos a um acordo para a saída da administradora Alexandra Reis», mas poderei estar enganado.

Confirmo-lhe que não conhecia o texto do acordo nem o articulado do acordo, conseqüentemente não conhecia o valor da indemnização, por exemplo.

Em relação ao tema das condições do administrador Gonçalo Pires para continuar em funções, quer enquanto ligação à CMVM, quer enquanto administrador financeiro, do meu ponto de vista, o administrador Gonçalo Pires tem todas as condições, toda a competência, para continuar em funções.

Não acompanho o Sr. Deputado quando diz que o administrador Gonçalo Pires assinou declarações falsas. Mas isso será, naturalmente, potencialmente, um tema da contraordenação da CMVM.

Quanto à capacidade de se gerir a TAP nesse contexto, Sr. Deputado, o contexto não é ótimo — e acho que isto foi patente durante as 5 ou 6 horas de audição que tivemos —, mas, apesar desse contexto não ótimo, os resultados são...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Excepcionais!

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Continue com os adjetivos, por favor, Sr. Deputado — excelentes, excepcionais, piramidais. Não consigo encontrar adjetivos suficientes.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sem salários ainda era melhor!

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Isto porque os objetivos que estavam traçados eram para 2024 e 2025, a incerteza era muito grande, a discussão em Conselho de Administração sobre o orçamento foi difícil e os não-executivos achavam que o orçamento era demasiado ambicioso, de maneira que termos atingido esses resultados é um mérito, em primeiro lugar, dos trabalhadores, em segundo lugar, da Comissão Executiva e, em terceiro, do Conselho de Administração como um todo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E o acionista?

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Do acionista também, claramente. O acionista que, se não tivesse salvo a TAP...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Os acionistas são os portugueses!

O Sr. **Presidente**: — Eu pedia mesmo que não entrassem em diálogo. Se houver algum diálogo é com o Presidente.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Desculpe, tem toda a razão.

O Sr. **Presidente**: — Pedia mesmo que fizéssemos isso.

Portanto, o que peço é: pode haver apartes, mas não há diálogo.

Sr. Doutor, faça favor de concluir as respostas a estas questões que foram colocadas.

O Sr. Dr. **Manuel Beja**: — Fomos todos muito disciplinados na audição até ao momento.

Eu só queria fazer referência, porque foi um tema importante desta audição, ao facto de que encontrei o *e-mail* de agradecimento que o nosso colega, que estava nesse momento a sair da TAP, escreveu, dizendo-me: «Escreve-lhe o indivíduo que teve o enorme prazer de o acompanhar ontem ao almoço e de onde vem, desde já, pedir, de uma vez, as suas sinceras desculpas pela forma como, em alguns instantes, me deixei levar para a emoção».

Basicamente, o tom do *e-mail* é de agradecimento por ter sido ouvido naquele momento e foi um momento muito útil para mim, porque senti, na primeira pessoa, as dificuldades, a dor, o impacto que estes processos têm na vida das pessoas — algo que já sabia, da minha vida profissional.

É diferente para as 2000 pessoas. Algumas reconfiguraram as suas vidas, outras tiveram dificuldades maiores em fazê-lo. E foi um momento que acho que foi útil, quer para mim, quer para esse colega em causa.

É um *e-mail* com um tom bastante privado, mas, se for útil para os trabalhos da Comissão e se for instruído a fazê-lo — de forma anónima, como é natural —, poderei transmiti-lo à Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Doutor.

Antes de terminarmos a nossa audição, queria só partilhar com os Srs. Deputados que recebemos, e foi distribuído há pouco, um requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, com três pedidos.

Sobre isto, quero dizer que hoje ainda é dia 11, mas o requerimento do Grupo Parlamentar do PCP já antecipa que estamos no dia 12, portanto conseguimos terminar antes das perspectivas mais otimistas do Partido Comunista Português.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Era o fuso horário à chegada, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Exatamente, conseguimos fazer isto.

Há dois pedidos de audição que proponho que sejam avaliados na próxima reunião, como, aliás, tem sido sempre.

Há aqui um pedido de documentação à Parpública e, tendo em conta que vamos ouvir a Parpública para a semana que vem, considero que está aceite por todos. Portanto, amanhã farei esse pedido para ver se conseguimos que a documentação venha em tempo útil, para preparar a nossa audição da próxima quinta-feira.

Dito isto, quero agradecer ao Sr. Dr. Manuel Beja a sua presença, bem como a do seu advogado, o trabalho e o esforço que todos aqui fizemos. Agradeço igualmente aos Srs. Deputados, aos Srs. Jornalistas, a quem nos apoia, os assessores, a equipa técnica, por mais esta sessão.

Até quinta-feira, para a próxima reunião.

Muito obrigado a todos e boa noite.

Está encerrada a reunião.

Eram 23 horas e 47 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.